

Reinaldo Corrêa Costa
(Org.)

CADEIAS PRODUTIVAS DA BIODIVERSIDADE DAS ROÇAS AOS MERCADOS



científica digital



CIENTÍFICA DIGITAL EDITORIAL LTDA

Barueri - São Paulo - Brasil
www.cientificadigital.org - contato@cientificadigital.org

Diagramação e Arte	Edição © 2025 Científica Digital
Diego Santos	Texto © 2025 Os Autores
Diogo Lima	1ª Edição - 2025
Imagens da Capa	Acesso Livre - Open Access
Adobe Stock - 2025	

© COPYRIGHT - TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. A editora detém os direitos autorais sobre a edição e o projeto gráfico, enquanto os autores mantêm os direitos autorais de seus respectivos textos. Esta obra está licenciada sob a Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, permitindo o download e compartilhamento integral ou parcial, desde que a fonte seja devidamente citada e os créditos atribuídos aos autores. É obrigatório que a obra permaneça em formato de Acesso Livre (Open Access), sem qualquer alteração. A catalogação em plataformas de acesso restrito ou com fins comerciais é estritamente proibida.



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C122 Cadeias produtivas da biodiversidade: das roças aos mercados / Organização de Reinaldo Corrêa Costa. – Barueri-SP: Científica Digital, 2025.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui Bibliografia
ISBN 978-65-83998-83-5
DOI 10.37885/978-65-83998-83-5

1. Economia agrícola e recursos naturais. I. Costa, Reinaldo Corrêa (Organizador). II. Título

CDD 338.1

Elaborado por Janaína Ramos – CRB-8/9166

Índice para catálogo sistemático:

I. Economia agrícola e recursos naturais

E-BOOK

ACESSO LIVRE ON LINE - IMPRESSÃO PROIBIDA

2025

Reinaldo Corrêa Costa
(Org.)

Cadeias Produtivas da Biodiversidade: das roças aos mercados

1ª EDIÇÃO



científica digital

2025 - BARUERI - SP

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. André Cutrim Carvalho
Prof. Dr. Antônio Marcos Mota Miranda
Prof^a. Ma. Auristela Correa Castro
Prof. Dr. Carlos Alberto Martins Cordeiro
Prof. Dr. Carlos Alexandre Oelke
Prof^a. Dra. Caroline Nóbrega de Almeida
Prof^a. Dra. Clara Mockdece Neves
Prof^a. Dra. Claudia Maria Rinhel-Silva
Prof^a. Dra. Clecia Simone Gonçalves Rosa Pacheco
Prof. Dr. Cristiano Marins
Prof^a. Dra. Cristina Berger Fadel
Prof. Dr. Daniel Luciano Gevehr
Prof. Dr. Diogo da Silva Cardoso
Prof. Dr. Ernane Rosa Martins
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes
Prof. Dr. Fabricio Gomes Gonçalves
Prof^a. Dra. Fernanda Rezende
Prof. Dr. Flávio Aparecido de Almeida
Prof^a. Dra. Francine Náthalie Ferraresi Queluz
Prof^a. Dra. Geuciane Felipe Guerim Fernandes
Prof. Dr. Humberto Costa

Prof. Dr. Joachin Melo Azevedo Neto
Prof. Dr. Jónata Ferreira de Moura
Prof. Dr. José Aderval Aragão
Prof. Me. Julianno Pizzano Ayoub
Prof. Dr. Leonardo Augusto Couto Finelli
Prof. Dr. Luiz Gonzaga Lapa Junior
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva
Prof^a. Dra. Maria Cristina Zago
Prof^a. Dra. Maria Otília Zangão
Prof. Dr. Mário Henrique Gomes
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes
Prof. Dr. Nelson J. Almeida
Prof. Dr. Pedro Afonso Cortez
Prof. Dr. Reinaldo Pacheco dos Santos
Prof. Dr. Rogério de Melo Grillo
Prof^a. Dra. Rosenery Pimentel Nascimento
Prof. Dr. Rossano Sartori Dal Molin
Prof. Me. Silvio Almeida Junior
Prof^a. Dra. Thays Zigante Furlan Ribeiro
Prof. Dr. Wescley Viana Evangelista
Prof. Dr. Willian Carboni Viana
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme

Acesse a lista completa dos Membros do Conselho Editorial em www.editoracientifica.com.br/conselho

Parecer e revisão por pares

Os textos que compõem esta obra passaram por avaliação do Conselho Editorial e revisão por pares externos (*Peer Review*), recebendo a devida recomendação para publicação.

Nota: Esta obra é fruto de um processo colaborativo, configurando-se como uma coletânea na qual os direitos autorais permanecem resguardados para os respectivos autores. Alguns capítulos podem ter origem em trabalhos anteriormente apresentados em eventos acadêmicos; no entanto, os autores foram orientados a adotar o devido rigor na prevenção do autoplágio. A responsabilidade pelo conteúdo de cada capítulo, assim como pela originalidade e integridade das informações publicadas, é inteiramente dos respectivos autores e autoras. O conteúdo da obra não reflete, necessariamente, a opinião da editora, dos organizadores ou dos membros do conselho editorial.

APRESENTAÇÃO

Esta obra é fruto de um esforço colaborativo que reuniu professores, estudantes e pesquisadores cujo envolvimento enriqueceu significativamente as discussões neste espaço formativo. Além disso, resulta de iniciativas interinstitucionais e ações voltadas ao incentivo à pesquisa, congregando especialistas de diversas áreas do conhecimento, vinculados a Instituições de Educação Superior, públicas e privadas, em âmbito nacional e internacional.

Seu principal objetivo é fortalecer a integração entre instituições, tanto no Brasil quanto no exterior, por meio de redes de pesquisa comprometidas com a formação continuada de profissionais da educação. Para isso, busca-se a produção e a ampla disseminação do conhecimento em distintas áreas do saber.

Expressamos nossa profunda gratidão aos autores pelo empenho, comprometimento e dedicação na concepção e finalização desta obra. Esperamos que ela se consolide como um recurso didático-pedagógico valioso, atendendo às necessidades de estudantes, docentes de todos os níveis de ensino e demais interessados na temática.

Reinaldo Corrêa Costa

SUMÁRIO

Capítulo 01

CADEIAS PRODUTIVAS DA BIODIVERSIDADE: SOCIOECONOMIA DAS ROÇAS AOS MERCADOS

Reinaldo Corrêa Costa

doi 10.37885/251020435 8

Capítulo 02

USO DE PLANTAS MEDICINAIS EM FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO DE MANAUS: UM ESTUDO SOBRE OS PRINCIPAIS FITOTERÁPICOS

Gabriel Nascimento da Silva; Leticia Barbosa de Souza; Reinaldo Corrêa Costa

doi 10.37885/250920066 25

Capítulo 03

CONFIGURAÇÃO SOCIOESPACIAL DAS CADEIAS PRODUTIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA NA AMAZÔNIA: UMA ANÁLISE DE CIRCUITOS, REDES E CAPITAIS

Reinaldo Corrêa Costa

doi 10.37885/250920205 44

Capítulo 04

ANDIROBA: CADEIAS, CIRCUITOS, FIXOS E O OCIOSO

Bárbara Evelyn da Silva Ferreira; Reinaldo Corrêa Costa

doi 10.37885/250920214 66

Capítulo 05

AGRICULTURA ORGÂNICA E AGROECOLÓGICA EM ILHA SOLTEIRA: PERFIL, DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Larissa Freitas Rodrigues; Camila Fernandes Ferreira Aparecido; Débora Pavani Silva; Jaqueline Bonfim de Carvalho

doi 10.37885/250920272 90

Capítulo 06

AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA E SUA IMPORTÂNCIA PARA O BRASIL

Reinaldo Corrêa Costa

doi 10.37885/251020301 101

Capítulo 07**ELEMENTOS BÁSICOS PARA ENTENDER A ECONOMIA MORAL NA AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA E INDÍGENA NO BRASIL**

Reinaldo Corrêa Costa

doi 10.37885/251020406 122**Capítulo 08****USOS DO TERRITÓRIO E CIRCUITOS PRODUTIVOS: ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA, RESERVAS EXTRATIVISTAS, AGRICULTURA ORGÂNICA E AGROECOLOGIA**

Reinaldo Corrêa Costa

doi 10.37885/251020443 138**Capítulo 09****TÓPICOS BÁSICOS DE CIRCUITOS PRODUTIVOS: PRODUTOS ORIUNDOS DA AGRICULTURA E PESCA INDÍGENAS NO BRASIL**

Reinaldo Corrêa Costa

doi 10.37885/251020482 150**Capítulo 10****ASSOCIAÇÕES, COOPERATIVAS E A ECONOMIA SOLIDÁRIA: DAS ROÇAS AOS MERCADOS**

Reinaldo Corrêa Costa

doi 10.37885/251020487 163**SOBRE O ORGANIZADOR** 176**ÍNDICE REMISSIVO** 177

CADEIAS PRODUTIVAS DA BIODIVERSIDADE: SOCIOECONOMIA DAS ROÇAS AOS MERCADOS

Reinaldo Corrêa Costa
Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA)

RESUMO

Este ensaio apresenta uma visão do processo interativo Cadeias produtivas, biodiversidade e socioeconomia a respeito dos circuitos de produção de origem na biodiversidade, com foco na Amazônia. A abordagem destaca a importância da sociobiodiversidade como um sistema integrado que abrange práticas agrícolas e extrativistas familiares, saberes tradicionais e processos de inclusão social e ambiental. A abordagem histórica e multidisciplinar enfatiza a diversidade estrutural das unidades produtivas, a interação entre produção rural e indústria local, e os desafios da dinâmica fundiária. A bioeconomia da sociobiodiversidade emerge como um caminho para conciliar conservação e desenvolvimento integrado e socialmente justo, valorizando a floresta em pé e as comunidades tradicionais desde as roças até os mercados.

Palavras-chave: Cadeias produtivas; biodiversidade; sociobiodiversidade.

INTRODUÇÃO

A abordagem a respeito das cadeias produtivas da biodiversidade, especialmente no contexto amazônico e em uma perspectiva que integra as “roças aos mercados”, é uma contribuição fundamental para compreender a dinâmica socioeconômica e ambiental dessa região, há um conjunto de autores que historicamente vem trabalhando o tema, ainda que sob outras denominações, mas pautados no desenvolvimento socialmente justo como Costa (2012), Castro (2012), Almeida (2012) entre tantos outros.

A biodiversidade e a sociobiodiversidade formam componentes de cadeias produtivas multifacetadas, apresentando uma complexa inter-relação entre diversidade biológica e diversidade sociocultural. Essa sociobiodiversidade está ligada aos povos tradicionais, agricultores familiares e comunidades locais que manejam os recursos naturais de forma socioambientalmente distintas, promovendo a conservação ambiental junto com a geração de renda e inclusão social. As cadeias produtivas, assim, não envolvem apenas a produção na “roça” ou na origem agrícola/extrativista, mas todo um sistema que inclui educação, pesquisa, manejo, beneficiamento, comercialização e consumo, incorporando valores culturais e saberes locais (COSTA: 2017, 2019). A dinâmica socioeconômica na distribuição espacial dos processos de trabalho ao longo dessas cadeias é um dos pontos centrais em nossa análise. (RODRIGUES *et al.* 2024).

Distinto dos modelos tradicionais de monocultivo ou das economias dominadas por grandes capitais, Costa (2017, 2019) ressalta a importância do campesinato amazônico, um conjunto de unidades produtivas familiares com uma história que remonta a Lei de Terras de 1850. Esse campesinato, constituído por famílias nucleadas formadas a partir dos aldeamentos jesuítas e pela miscigenação entre indígenas e europeus, desenvolveu sistemas produtivos diversificados que combinam agricultura, extrativismo e manejo florestal, vinculados aos conhecimentos tradicionais e práticas culturais específicas. Destacamos que essas famílias camponesas são ao mesmo tempo unidades de produção e consumo, gerindo seu trabalho de modo orientado pelas necessidades internas, o que diferencia claramente sua economia das grandes propriedades capitalistas. Isso tem implicações diretas para políticas públicas, que devem considerar

essa diversidade estrutural para promover uma reprodução socialmente justa de grupos sociais (MARTINS 1997a, 1997b, 1991; OLIVEIRA, 1995, 2000).

Também temos o papel ambíguo da industrialização e do capital urbano na Amazônia. Ele evidencia que a partir da crise do ciclo da borracha, a região desenvolveu uma indústria diversificada, predominantemente de semielaborados, que dialoga com a diversidade produtiva rural, especialmente em produtos como o açaí, óleos, fármacos e cosméticos. Essa indústria surge não como um rompimento, mas como uma continuidade e complementação dos processos produtivos camponeses e extrativistas. A importância dessa integração entre produção rural e indústria local é central para um desenvolvimento regional socioambientalmente justo e para a inclusão social das comunidades tradicionais, ainda que seja em um sistema que não valorize em preços e pagamentos o trabalho do agricultor familiar. (COSTA: 2020; FERNANDES, MOSER: 2021).

Outro ponto em destaque é a análise da dinâmica fundiária e territorial, que impacta diretamente a biodiversidade e a reprodutibilidade das cadeias produtivas. Tem-se críticas aos processos de concentração fundiária e a mercantilização ilegal das terras na Amazônia, que promovem o desmatamento e a perda de biodiversidade, além de exacerbarem a desigualdade social, o processo de formação de latifúndios desmata e expulsa pessoas que não raro vão para periferia de cidades. A regularização fundiária justa, combinada com políticas públicas de apoio às comunidades tradicionais, é vista como indispensável para a conservação da floresta em pé e para a reprodutibilidade das cadeias produtivas da sociobiodiversidade. (COSTA: 2020, 2017b, 2021; ALMEIDA; 2012; GOMIDE, FALCÃO; 2021).

Em uma perspectiva histórica, temos a importância da economia da sociobiodiversidade no desenvolvimento regional e setorial desde os tempos coloniais, desconstruindo narrativas simplificadas dos ciclos econômicos que tradicionalmente obscurecem o papel dos camponeses e comunidades locais. Isso evidencia que as bases econômicas da Amazônia são profundamente conectadas às práticas desses sujeitos sociais, que historicamente garantem tanto a produção para o mercado externo quanto para o mercado interno, articulando uma economia diversificada e complexa, mais comum de ser vista em feiras urbanas. (COSTA: 2020, 2017b, 2012; CASTRO: 2012; GOMIDE, FALCÃO; 2021).

Por fim, temos que a bioeconomia da sociobiodiversidade, conceito que enquadra uma bioeconomia bioecológica, deve ser promovida com foco na valorização dos processos ecológicos e culturais inerentes à produção socioambientalmente justa da floresta, rios e seus serviços ambientais. Essa bioeconomia propõe o uso racional, que inclui a racionalidade de povos historicamente oprimidos como indígenas, povos tradicionais e agricultores familiares, dos recursos naturais, associado à inovação tecnológica e incorporando técnicas tradicionais, pesquisa, políticas públicas de crédito, assistência técnica e mecanismos de pagamento por serviços ambientais. Assim, se busca manter o equilíbrio entre conservação e desenvolvimento, promovendo a melhoria da qualidade de vida das populações envolvidas nessas cadeias produtivas, desde as roças até os mercados. (COSTA:2020, 2017b, 2012, 2021; CASTRO: 2012; RODRIGUES *et al.* 2024; GOMIDE, FALCÃO; 2021).

Em suma, nossa abordagem destaca a necessidade de compreender a sociobiodiversidade amazônica de forma integrada e histórica, com ênfase na diversidade estrutural profunda dos agentes, nos saberes locais, nos arranjos produtivos familiares e comunitários, na articulação entre produção, indústria e mercado. Essa visão amplia o entendimento das cadeias produtivas da biodiversidade para além dos modelos convencionais, apontando caminhos para políticas públicas mais justas, inclusivas e socioambientalmente, capazes de valorizar a floresta em pé e os povos que dela dependem.

CADEIAS PRODUTIVAS E MERCADOS

As cadeias produtivas da biodiversidade representam um campo essencial para compreender a interação entre biodiversidade, práticas sociais e dinâmicas econômicas, especialmente no contexto amazônico. O processo interativo Cadeias produtivas, meio ambiente e sociedade, é uma das principais abordagens nesse tema, articulando análises que cruzam história econômica, geografia e ecologia, com foco no conceito de sociobiodiversidade, visto que os processos e sujeitos sociais agem em conjunto articulado em não em separado. (GOMIDE, FALCÃO; 2021)

As cadeias produtivas da sociobiodiversidade ocupam um papel estratégico no desenvolvimento socioeconômico, integrando conhecimentos tradicionais,

práticas agrícolas familiares e tecnologias modernas para garantir a preservação dos ecossistemas ao mesmo tempo em que promovem a geração de renda e a inclusão social. Estas cadeias abrangem desde as roças, onde ocorre o cultivo diversificado de espécies nativas e adaptadas aos diversos biomas brasileiros, até os mercados nacionais e internacionais, que demandam produtos que aliam qualidade e valor agregado. A importância das diversas formas de agricultura familiar camponesa, que engloba diferentes grupos em seus respectivos contextos como indígenas, quilombolas, assentados e pescadores, entre outros é central nesse contexto, pois mantém a agrobiodiversidade ao cultivar variedades locais conectadas aos biomas, assegurando a segurança alimentar (de quem produz e de quem consome, visto que muitas vezes são os próprios produtores que vendem em feiras a preços baixos) e a resiliência frente às mudanças climáticas, pressões do mercado e expansão do agronegócio expropriador e desmatador. (COSTA:2020, 2017b, 2012, 2021; CASTRO: 2012).

No entanto, esses sistemas produtivos enfrentam desafios significativos. A volatilidade dos mercados, a pressão por monoculturas intensivas, a crescente utilização de agrotóxicos, e o avanço de latifúndios ameaçam a reprodução social, ambiental e econômica dessas cadeias. Além disso, a inserção de novas tecnologias, apesar de oferecer potencial para melhorias, pode colocar em risco os saberes tradicionais e práticas locais que contribuem para a reprodução da biodiversidade. Para mitigar esses impactos, torna-se essencial fortalecer políticas públicas que promovam o acesso a mercados justos, assistência técnica adequada e incentivos para os produtores familiares e comunidades tradicionais, valorizando seus conhecimentos e práticas.

A bioeconomia, especialmente nas regiões amazônicas, destaca-se como uma alternativa promissora para o desenvolvimento das cadeias produtivas da sociobiodiversidade. A valorização dos produtos da floresta e do extrativismo socioambientalmente justo, demonstra o potencial de gerar renda sem comprometer a conservação ambiental. Contudo, são necessárias ações coordenadas para superar entraves como a falta de infraestrutura (na produção, no armazenamento, no transporte, entre outros), ausência de padronização, dificuldade na agregação de valor e limitação na ampliação dos mercados. A inovação tecnológica aliada ao respeito pelos saberes locais pode ser um diferencial para dinamizar essas cadeias, ampliando nichos de mercado e garantindo a

conservação da biodiversidade, por exemplo, com máquinas e equipamentos que acabem ou diminuam a penosidade do trabalho, tema clássico em estudos do campesinato como abordado em Martinello e Scheineider (2010) e em Chayanov:

Exaustivos estudos empíricos das explorações camponesas na Rússia e outros países nos permitem estabelecer a seguinte tese: o grau de auto-exploração é determinado por um peculiar equilíbrio entre a satisfação da demanda familiar e a própria penosidade do trabalho. (CHAYANOV, 1981, p.138-139).

Nesse cenário, o estudo das cadeias produtivas da biodiversidade revela-se fundamental para compreender os processos que ligam as práticas agrícolas e extrativistas às dinâmicas de mercado, propondo estratégias para equacionar os conflitos entre produção e conservação. Essas cadeias não apenas contribuem para a manutenção dos ecossistemas e da biodiversidade, mas são também vetor de justiça social ao incluir povos tradicionais, trabalho de mulheres e agricultores familiares na economia formal, promovendo o desenvolvimento local e regional com base na reprodutibilidade de modos de vida.

A análise das cadeias produtivas a partir da biodiversidade — das roças aos mercados — deve considerar um olhar integrado que envolve aspectos ambientais, sociais, econômicos e culturais, buscando identificar e superar entraves para promover práticas socialmente justas, agregação de valor e a ampliação do acesso a mercados justos. Esse enfoque interdisciplinar é essencial para garantir que a biodiversidade funcione como um recurso renovável capaz de reproduzir a vida, gerar e fixar renda e assegurar o bem-estar dos conjuntos sociais que dela dependem, configurando-se como uma estratégia chave para um desenvolvimento equilibrado em face dos desafios contemporâneos. (RODRIGUES *et al.* 2024).

SOCIOBIODIVERSIDADE E DIVERSIDADE ESTRUTURAL

As cadeias produtivas da biodiversidade não podem ser compreendidas como processos lineares tradicionais e homogêneos. Elas constituem sistemas complexos, nos quais a sociobiodiversidade – a interação entre diversidade biológica e cultural – é o elemento central. Agricultores familiares, povos indígenas e comunidades extrativistas são protagonistas nessa produção, que combina

manejo socioambientalmente justo da floresta e produção para mercados externos e locais. Diferentemente da economia capitalista convencional, o campesinato amazônico, formado por famílias nucleadas com raízes históricas no período colonial, pratica uma produção diversificada, orientada não apenas pela lógica mercadológica, mas também pelas necessidades sociais e culturais da comunidade, envoltos no clássico tema das relações sociais de produção. (DIEGUES, ARRUDA: 2001; RODRIGUES *et al.* 2024; GOMIDE, FALCÃO; 2021).

A sociobiodiversidade, conceito que conecta a diversidade biológica à diversidade cultural e socioeconômica, é base para compreender os elos das cadeias produtivas a partir da biodiversidade (produzida e natural) na Amazônia. Conforme temos, a sociobiodiversidade abrange os sistemas produtivos que unem povos indígenas, comunidades tradicionais, extrativistas e agricultores familiares numa relação socioambientalmente justa, não deletéria, com os sistemas naturais. Essa diversidade sociocultural é fundamental para manter práticas cultural e socialmente justas que agregam valor social, econômico e ambiental aos produtos originados da floresta. (DIEGUES, ARRUDA: 2001; RODRIGUES *et al.* 2024; GOMIDE, FALCÃO; 2021).

O processo interativo tanto dos sujeitos e agentes quanto dos elos das Cadeias produtivas, meio ambiente e sociedade destaca que essa sociobiodiversidade está situada em uma diversidade estrutural profunda, ou seja, coexistem diferentes tipos de agentes produtivos no mesmo território, em interseções territoriais, desde unidades familiares tradicionais até aos grandes mercados. Os agricultores familiares amazônicos, historicamente formados por processos coloniais e jesuíticos, praticam sistemas diversificados de produção, que combinam agricultura, extrativismo e manejo florestal, diferenciando-se das economias capitalistas convencionais que privilegiam monoculturas e concentração de terras. Uma conexão conhecida pelos circuitos superiores e inferiores, conforme Santos (1979).

Essa diversidade estrutural responde por uma complementaridade funcional entre os sistemas, onde o campesinato gerencia seu território e sua economia de forma integrada, orientada por usos múltiplos da terra, mantendo a floresta em pé enquanto produz para o mercado local e externo. Tal heterogeneidade socioeconômica é essencial para a resiliência diante de crises ambientais, sociais

e econômicas, sendo também um elemento-chave para fazer frente ao avanço do desmatamento e das alterações no bioma.

A sociobiodiversidade está ligada à transmissão e preservação de conhecimentos tradicionais, aos quais organizam práticas agroecológicas e o manejo socioambientalmente justo dos recursos da natureza. Essa relação entre a diversidade cultural e a biológica contribui para a conservação dos ecossistemas sob princípios baseados nos modos de vida, além de enriquecer a produção com atributos únicos para mercados que valorizam a reprodutibilidade e a cultura local, ou nem uma visão de mercado, uma identificação geográfica de origem. (GOMIDE, FALCÃO; 2021).

A abordagem da sociobiodiversidade e da diversidade estrutural em processos mercantis enfatiza que o desenvolvimento integrado e socialmente justo na Amazônia deve reconhecer e valorizar essa pluralidade produtiva, integrando políticas que incentivem a agricultura familiar, extrativismo socioambientalmente justo e a manutenção dos saberes ancestrais, resistindo assim às pressões de monoculturas e da concentração fundiária. Essa compreensão amplia a visão das cadeias produtivas para além dos modelos econômicos tradicionais, enfocando o fortalecimento territorial e social como condição para a conservação ambiental e agregação de valor, como por exemplo no ideário da Cesta de bens e serviços territoriais de Pecqueur *et al.* (2022).

INTEGRAÇÃO ENTRE PRODUÇÃO RURAL E INDÚSTRIA LOCAL

Abordagem destaca que a industrialização, ainda predominantemente de semi-elaborados, na Amazônia se desenvolveu não como um rompimento, mas como uma continuidade da diversidade produtiva rural. Produtos da sociobiodiversidade, como óleos, cosméticos e alimentos, ganharam valor agregado por meio da indústria local, fortalecendo o desenvolvimento regional e ampliando a inclusão social das comunidades tradicionais.

Na visão do processo interativo das Cadeias produtivas, meio ambiente e sociedade, a integração entre a produção rural camponesa e a indústria local configura-se como um elemento vital para o desenvolvimento regional socioambientalmente justo na Amazônia. Temos que a industrialização na região não é um fenômeno isolado ou imposto, mas uma continuidade e valorização das

cadeias produtivas da sociobiodiversidade que envolvem famílias produtoras e comunidades tradicionais.

Ao analisar cadeias como a de produtos da floresta, demonstra que as famílias produtoras, ao extrair e preparar o fruto na 'roça', é parte inicial, mas a agregação de valor ocorre também na fase de beneficiamento industrial e comercialização, que amplia mercados e gera emprego em polos urbanos próximos. Assim, a indústria local complementa e fortalece a produção rural, garantindo maior distribuição de renda e incentivando práticas mais integras e respeitadas do meio ambiente, com processos de beneficiamento que valorizam características regionais e culturais dos produtos. (MARIOSIA *et al.* 2024).

Essa integração industrial envolve agroindústrias estratégicas, como processamento de frutas, óleos, cosméticos e outros derivados da biodiversidade com suas respectivas mão-de-obra e precificações de mercadorias, trabalho e salários, apropriando-se de insumos regionais e preservando as especificidades locais, funcionando em rede com a produção familiar e extrativista. Uma ação de interiorização industrial polarizado por algum órgão do governo, por exemplo, incentiva a implantação de específicas indústrias no interior da Amazônia, visando ampliar as oportunidades de emprego e renda nas regiões rurais e potencializar ações municipais valorizando empregos e comércio em cidade do interior. (COSTA *et al.*; 2021).

A indústria local pode ser um agente de inovação tecnológica, desde que respeite os saberes tradicionais e o manejo socioambientalmente justo, o calendário agrícola ligado aos modos de vida contribuindo para a bioeconomia e agregação de valor que fortaleça todos os elos da cadeia produtiva, das roças aos mercados. Essa sinergia territorial possibilita a geração de produtos competitivos em mercados nacionais e internacionais, com destaque para a valorização da sociobiodiversidade amazônica. Mas coma cautela, devido a existência da guerra entre lugares, conforme Santos (1996), por exemplo, uma comunidade rural entre guerra comercial com outra comunidade rural, uma delas sairá perdendo, formando processos de desigualdades socioeconômicas por competição comercial entre irmãos de classe social:

Os lugares se distinguiriam pela diferente capacidade de oferecer rentabilidade aos investimentos.¹⁰ Essa rentabilidade é maior ou menor, em virtude das condições locais de ordem técnica

(equipamentos, infra-estrutura, acessibilidade) e organizacional (leis locais, impostos, relações trabalhistas, tradição laboral). Essa eficácia mercantil não é um dado absoluto do lugar, mas se refere a um determinado produto e não a um produto qualquer (SANTOS: 1996: 197).

Ou ainda no contexto analisado por Tavares dos Santos (1978), pela ação de cooperativas e as relações de exploração aso cooperados:

Identificando-se como personagens subalternos, os camponeses expressam de forma fragmentária sua revolta contra a dominação burguesa comercial e industrial. (...) Uma sociabilidade solidária perpassa seu trabalho, o lazer, as instituições locais, resistindo assim à disseminação da lógica da mercadoria nas relações pessoais entre eles. Por fim, a postura política dos camponeses oscila entre a entrega da representação de seus interesses ao Estado e uma emergente definição de órgãos próprios de representação, política, ou seja, uma nascente consciência sindical que indica nas formas de sua participação política (TAVARES DOS SANTOS 1978: p.174-175).

Temos que o espaço do negócio ligados à agricultura familiar é um dos elementos da capilaridade espacial de reorganização do território da agricultura familiar brasileira, especialmente a partir da década de 1990, quando após a Eco 92, houve uma valorização de produtos da floresta e produzido por povos tradicionais, e de como isso se torna o vetor de uma reestruturação dos espaço biodiversos, não somente nos espaços florestados, mas em assentamentos também, o que em ambos os casos envolve os contextos urbanos e regionais (microrregional principalmente) em todo o território brasileiro.

A comercialização que se estrutura a partir dos negócios no campo, circuito inferior, já é pensada em alguns circuitos ao uso corporativo do território, via comerciantes, pois está viabilizada em circuitos de grandes comerciantes e até em grupos internacionais (circuito superior). Fazendo com que a Amazônia da biodiversidade com suas florestas e rios seja e tenha um uso seletivo do território, conforme Santos, nesse processo os lugares se diferenciam pelas suas capacidades, pelo que oferece aos mercados, a capacidade de oferecer lucros. Isso culmina numa maior divisão do trabalho e numa reorganização do território, potencializando especializações produtivas em territórios especializados. Como

um dos impactos temos o território como um mosaico, como assembleia, que já é pensado para receber os chamados arranjos produtivos locais, fazendo com que determinados setores no espaço seja portadores de uma força competitiva, levando vantagem em algum tipo de concorrência, mas não como vitoriosos, mas como o mais adequado aos circuitos mais fortes e próximos de centros decisórios de poder e mercado.

Um ponto, linha ou área produtiva de circuitos específicos é um conteúdo de paisagem que estrutura o espaço agrário e rural ao espaço urbano, tendo os fluxos de capital como elos. É uma composição de uso objetivado do capital, como produtor de mercadorias para mercados diversos, seja em vilas, cidades pequenas e médias, mas com conexões com grandes centros nacionais e mundiais e especializadas para a produção de mercadorias em bases sólidas de gestão de uso do território. Com isso há a formação de uma área de atuação, um raio de ação entre um interior capacitado e estruturado e a sede do empreendimento, um espaço não homogêneo e nele há um uso do território.

Alguns dos principais fatores produtores de espaços, são os grandes agregados de capital que buscam caminhos para novas fontes de negócios. Esse movimento, oriundo de processos coloniais, encontra resistências em povos tradicionais que reivindicam seus direitos em suas terras historicamente ocupadas (ALMEIDA, 2012). Os grandes grupos concentradores de capital são os que polarizam cada vez mais os instrumentos de gestão dos meios de produção, com isso temos que, determinadas áreas setoriais são partes de um todo maior, não raro descartáveis no processo produtivo que pode ir para outro lugar, apenas uma peça na engrenagem do processo produtivo.

Tais áreas setoriais são pontos do processo produtivo, que podem ser compostos por processo de expropriação de terras, mas em nome do desenvolvimento que dificilmente chega em base local tem conexões de vigilância com centros mundiais, principalmente para garantir a produção na forma desejada, enfim processos de controle do uso do território.

O desafio está em articular políticas públicas que garantam infraestrutura adequada, linhas de crédito, assistência técnica e comercialização, e que promovam a reprodutibilidade social e ambiental juntamente com o crescimento econômico. A integração eficiente entre produção rural e indústria local é, portanto, condição necessária para o desenvolvimento regional integrado

e socioambientalmente justo, ampliando as oportunidades para os povos e territórios amazônicos.

DINÂMICA FUNDIÁRIA E REPRODUTIBILIDADE

A análise da dinâmica fundiária mostra que a concentração e a mercantilização ilegal das terras ameaçam a biodiversidade e a equidade social. A regularização fundiária e políticas de apoio às comunidades são imprescindíveis para manter a floresta em pé e garantir a reprodutibilidade das cadeias produtivas da sociobiodiversidade. A dinâmica fundiária na Amazônia é um dos principais fatores que impactam a conservação da biodiversidade e a reprodutibilidade das cadeias produtivas da sociobiodiversidade. Segundo o processo interativo cadeias produtivas, meio ambiente, sociedade, a concentração de terras e os processos ilegais de grilagem fomentam o desmatamento e a perda dos serviços ecossistêmicos essenciais. (ALMEIDA: 2012).

A precariedade da regularização fundiária dificulta o desenvolvimento integrado e socialmente justo, pois a insegurança quanto à posse e uso da terra somados a situação econômica do país estimula práticas predatórias, conflitos e dificulta investimentos em atividades produtivas com menor impacto ambiental. A ausência de títulos formais ou a sobreposição de usos e direitos forma uma insegurança jurídica, acirrando a pressão sobre áreas de floresta e restringindo o acesso de pequenos produtores e comunidades tradicionais às políticas públicas. (ALMEIDA; 2012).

Temos que a regularização fundiária justa e participativa é condição essencial para preservar a floresta em pé e garantir a viabilidade das cadeias produtivas da biodiversidade, pois assegura aos agricultores familiares e comunidades extrativistas o direito à terra e os incentiva a investir em formas de manejo socioambientalmente justos. Além disso, as políticas integradas devem incluir o reconhecimento dos territórios tradicionais, como terras indígenas e quilombolas, unidades de conservação e assentamentos diferenciados, para garantir a continuidade das práticas ancestrais fundamentadas na sociobiodiversidade, contribuindo para a proteção dos biomas e dos modos de vida locais, isso também deve ser pensado em produções específicas, como as associações de mulheres produtoras. (GOMIDE, FALCÃO; 2021).

A fiscalização e gestão ambiental devem estar alinhadas à regularização fundiária, combinando instrumentos como o Cadastro Ambiental Rural (CAR) com apoio tecnológico, georreferenciamento democrático e participativo e planos ambientais integrados para fortalecer o monitoramento e o controle do uso da terra em prol de valores da cidadania participativa. Dessa forma, a reprodutibilidade das cadeias produtivas que está profundamente vinculada à resolução dos entraves fundiários, que demandam esforços coordenados entre os entes públicos e privados, é possível promover a segurança jurídica, justiça social e a conservação ambiental, mantendo a Amazônia como ambiente estratégico para a vida e atividade econômica socioambientalmente justa.

BIOECONOMIA DA SOCIOBIODIVERSIDADE COMO CAMINHO

A proposta de bioeconomia da sociobiodiversidade é um modelo que alia uso racional dos recursos naturais, inovação tecnológica e valorização dos saberes locais. É uma alternativa na lógica do desenvolvimento integrado e socialmente justo da Amazônia, conciliando conservação ambiental com geração e fixação de renda e melhoria das condições de vida das sociedades interioranas, fortalecendo assim todos os elos da cadeia produtiva com baixa densidade de capital e tecnologia, das roças aos mercados. (COSTA: 2021; RODRIGUES *et al.* 2024).

A bioeconomia da sociobiodiversidade é um conceito importante na abordagem de Circuitos e Cadeias produtivas, meio ambiente e sociedade para o objetivo de desenvolvimento integrado e socialmente justo na Amazônia. Diferentemente dos modelos tradicionais de exploração, a bioeconomia tem sentido na valorização social dos grupos sociais historicamente subalternizados, visto que são eles os grandes produtores e conhecedores de tal processo de produção, que concatena o uso racional dos recursos naturais à manutenção dos processos naturais e à valorização dos saberes tradicionais. (RODRIGUES *et al.* 2024).

A bioeconomia inclui o desenvolvimento de atividades extrativistas e agrícolas familiares, combinadas com biotecnologia, inovação tecnológica e políticas públicas que incentivam a agregação de valor e o acesso a mercados, sem abrir mão da conservação ambiental. Ela deve se articular em três áreas

fundamentais: sociobiodiversidade, base floresta/rios e mercadorias com alto valor agregado com retorno aos seus produtores. (RODRIGUES *et al.* 2024).

Uma bioeconomia viável deve ser orientada para respeitar a diversidade estrutural das sociedades amazônicas, estimulando processos participativos, crédito responsável evitando processos de endividamento, pesquisa, assistência técnica e bioinovação que valorizem a identidade cultural e os recursos locais. Assim, espera-se que os processos produtivos desde as roças até os mercados são fortalecidos em sua competitividade e reprodutibilidade, contribuindo para a conservação da floresta em pé e melhoria da qualidade de vida local. (COSTA: 2021; RODRIGUES *et al.* 2024).

Deve-se priorizar a construção de modelos que propiciem a valorização e a inclusão social e o pertencimento territorial como já apontado por vários autores que dão fundamentação a este trabalho, que seja capaz de enfrentar os desafios da economia mundializada e propor um conjunto de alternativas concretas para a resposta contra os históricos processos de desmatamento e a degradação socioeconômica, principalmente dos povos tradicionais, promovendo uma base de desenvolvimento adaptado às especificidades dos grupos sociais amazônicos ante às demandas contemporâneas globais da economia, que não pode ver a Amazônia como um espaço sem sociedades, apenas como fonte de recursos.

CONCLUSÃO

O processo interativo cadeias produtivas, meio ambiente e sociedade amplia o entendimento dos circuitos produtivos de biodiversidade ao integrar uma perspectiva histórica e estrutural que valoriza a sociobiodiversidade e os sujeitos sociais locais. A necessidade de políticas inclusivas e socialmente justas que reconheçam a diversidade produtiva e cultural das sociedades amazônicas, promovendo um desenvolvimento que respeite a floresta, os rios e os povos tradicionais.

A análise das cadeias produtivas da biodiversidade na visão do processo interativo Cadeias produtivas, meio ambiente e sociedade revela uma abordagem integrada e multidimensional, que considera a sociobiodiversidade como base para o desenvolvimento integrado e socialmente justo na Amazônia, não temos

isso como repetição, mas como ênfase. A diversidade estrutural dos agentes produtivos, a integração entre a produção rural e a indústria local, a complexa dinâmica fundiária e o conceito inovador de sociobioeconomia compõem um panorama robusto para pensar políticas, inovação e práticas produtivas socioambientalmente justas.

Abordagem destaca que o fortalecimento das cadeias produtivas deve reconhecer e valorizar os saberes e práticas tradicionais, promovendo a inclusão social, a equidade territorial e a conservação ambiental, superando os desafios impostos pela concentração fundiária e pela lógica extrativista predatória. Esse enfoque é essencial para garantir que as comunidades tradicionais e familiares possam usufruir dos benefícios econômicos decorrentes da biodiversidade, assegurando a maior justiça socioambiental e a reprodutibilidade das florestas e dos rios.

Buscamos fornecer subsídios teóricos e práticos para um modelo de desenvolvimento amazônico que privilegia a sociobiodiversidade enquanto vetor de conservação e prosperidade, integrando ciência, políticas públicas e conhecimento local, com vistas à construção de um futuro socioambientalmente justo e equilibrado para a região e seus povos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Territórios e territorialidades específicas na Amazônia: entre a "proteção" e o "protecionismo". CADERNO CRH, Salvador, v. 25, n. 64, p. 63-71, Jan./Abr. 2012.
- CASTRO, Edna. AMAZÔNIA: sociedade, fronteiras e políticas. CADERNO CRH, Salvador, v. 25, n. 64, p. 9-16, Jan./Abr. 2012.
- CHAYANOV, Alexander V. "Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas". In: SILVA, José Graziano; STOLCKE, Verena (Orgs). A questão agrária. Weber, Engels, Lênin, Kautsky, Chayanov, Stálin. São Paulo: Ed brasiliense, 1981.
- COSTA, Francisco de Assis. Economia camponesa referida ao bioma da Amazônia: atores, territórios e atributos. Paper do Naea, Volume 1, n. 2, Edição/Série 476. 2020.
- COSTA, Francisco de Assis. Dinâmica fundiária na Amazônia: concorrência de trajetórias, incertezas e mercado de terras. In: MALUF, Renato S.; FLEXOR, Georges (org.). Questões agrárias, agrícolas e rurais: conjunturas e políticas públicas. Rio de Janeiro: E-papers, 2017b.
- COSTA, Francisco de Assis. Economia camponesa nas fronteiras do capitalismo: teoria e prática nos EUA e na Amazônia Brasileira. Belém: NAEA, 2012.

COSTA, F. A., CIASCA, B.S., CASTRO, E.C.C., BARREIROS, R.M.M., FOLHES, R.T., BERGAMINI, L.L., SOLYNO SOBRINHO, S.A., CRUZ, A., COSTA, J. A., SIMÕES, J., ALMEIDA, J.S., SOUZA, H.M. Bioeconomia da sociobiodiversidade no estado do Pará. Brasília, DF: The Nature Conservancy (TNC Brasil), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Natura, IDB-TN-2264, 2021.

COSTA, Reinaldo C. Cadeias produtivas, biodiversidade e Camponado no Amazonas. In: COSTA, Reinaldo C.; NUNEZ, Cecilia V. (orgs.). Cadeias produtivas e seus ambientes. Manaus: Ed. INPA, 2017.

COSTA, Reinaldo C. A mercadoria como evidência de múltiplos circuitos espaciais produtivos. In: COSTA, Reinaldo C. (org.). Circuitos e Cadeias de Produção e a Natureza. Manaus. Ed. INPA. 2019.

DIEGUES, A. C. S. & ARRUDA, R. S. V. Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001.

FERNANDES, Joyce Sampaio Neves; MOSER, Liliane. Comunidades tradicionais: a formação sócio-histórica na Amazônia e o (não) lugar das comunidades ribeirinhas. R. Katál, Florianópolis, v.24, n. 3, p. 532-541, set./dez. 2021.

GOMIDE, Plínio Henrique Oliveira, FALCÃO, Márcia Teixeira. (Org.) Sociobiodiversidade Amazônica: saberes, olhares e práticas agroecológicas. – 1. ed. – Boa Vista, RR. UERR Edições, 2021.

MARIOSA, P. H., PEREIRA, H. S., KLUCZKOVSKI, A. M., & VINHOTE, M. L. A. Cooperativas agroindustriais da cadeia de valor da castanha-do-brasil: um novo paradigma extrativista na Amazônia. Revista de Economia e Sociologia Rural, 2024.

MARTINELLO, André Souza; SCHNEIDER, Sérgio. paralelos entre Antônio Candido e Alexandre Chayanov: economia fechada, equilíbrio mínimo e rusticidade. Revista Territórios e Fronteiras V.3 N.2 – Jul/Dez2010.

MARTINS, José de Souza. Exclusão social e a Nova Desigualdade. São Paulo. Paulus. 1997a.

_____. Fronteira: A degradação do outro nos confins do humano. São Paulo. Hucitec. 1997b.

_____. A Chegada do Estranho (prefácio). In: HÉBETTE, J. (ORG.). O Cerco Está se Fechando. Petrópolis. Vozes. 1991.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. Geografia e Território: desenvolvimento e contradições na agricultura. In: Boletim de Geografia Teórica. Vol.25, nº 49-50. Rio Claro. 1995.

_____. Amazônia: Terra e Território. In: OLIVEIRA, Ariovaldo U. et. al. (orgs.) Milton Santos, Cidadania e Globalização. São Paulo. Saraiva. 2000.

PECQUEUR, Bernard *et al.* Da economia de escala à especificação de recursos territoriais: introdução ao dossiê “desenvolvimento rural e a cesta de bens e serviços territoriais”. Revista Raízes, Campina Grande, v. 42, n. 1, jan./jun. 2022.

RODRIGUES, D. C., RIBEIRO, A. S., SILVA, J. P. S., & PASSADOR, C. S. Sociobioeconomia e tecnologia social na Amazônia: Uma proposta de framework integrado. Revista de Administração Contemporânea, 2024.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec. 1996.

SANTOS, Milton. O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2. ed. São Paulo: EdUSP, 1979.

TAVARES-DOS-SANTOS, José Vicente. Colonos do Vinho (a subordinação do trabalho camponês ao capital). São Paulo: HUCITEC, 1978.

USO DE PLANTAS MEDICINAIS EM FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO DE MANAUS: UM ESTUDO SOBRE OS PRINCIPAIS FITOTERÁPICOS

Gabriel Nascimento da Silva

Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA)

Leticia Barbosa de Souza

Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA)

Reinaldo Corrêa Costa

Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA)

RESUMO

O trabalho trata de identificar as plantas mais utilizadas em farmácias de manipulação em Manaus ligadas aos mercados e as dimensões e impactos, assim como identificar como se articulam as cadeias produtivas. Circuito Espacial Produtivo: análise da circuitos produtivos de plantas medicinais em Manaus, identificando os circuitos superior (indústria farmacêutica) e inferior (produção local).- Rede Sociotécnica: estudo das interações entre atores (produtores, farmácias, laboratórios) e objetos (plantas, medicamentos) na produção e manipulação de plantas medicinais.- Fatores de Proximidade: análise da proximidade geográfica, organizacional e institucional entre os atores da cadeia produtiva e sua influência na inovação e cooperação.- Redes e Ecossistemas de Inovação: identificação de uso do território por empresas e instituições que promovem a inovação e o desenvolvimento da indústria de plantas medicinais em Manaus. - Conversas e Observações: realização de interlocução com atores-chave e observações em campo para entender as dinâmicas da cadeia produtiva e as interações entre os atores - Análise de Dados: coleta e análise de dados sobre a produção, comercialização e manipulação de plantas medicinais em Manaus, para entender as dimensões e impactos dos processos produtivos. O estudo do panorama das plantas mais utilizadas nas farmácias de Manaus, mostrou em sua maioria, que as plantas amazônicas são menos usadas na elaboração de manipulação. Já as que se destacam são as plantas originárias de outras regiões e países. A análise do Circuito Espacial Produtivo de plantas medicinais em Manaus revelou que as plantas amazônicas são menos utilizadas nas farmácias de manipulação, enquanto as plantas originárias de outras regiões e países são mais destacadas. A Rede Sociotécnica mostrou que a escolha das plantas é influenciada por atores externos, como fornecedores e laboratórios. Os Fatores de Proximidade institucional e organizacional não foram suficientes para promover a valorização da biodiversidade e das pesquisas locais. A falta de investimento em Redes e Ecossistemas de Inovação locais pode ter contribuído para essa situação, limitando a capacidade de inovação e desenvolvimento da indústria de plantas medicinais amazônicas.

Palavras-chave: Plantas medicinais; farmácias de manipulação; fitoterápicos.

INTRODUÇÃO

O uso de plantas medicinais é uma prática utilizada para a prevenção ou tratamento de várias doenças. Sua ampla utilização, se configura por razões econômicas e/ou sociais; dificuldade de acesso à consulta médica; valor monetário de medicamentos farmacêuticos ou distância de comunidades e municípios. O “*conhecimento das plantas*” foi passado por gerações familiares, utilizando conhecimento tradicional como o uso de folhas, cascas, sementes e raízes encontradas na floresta, sem nenhum conhecimento científico prévio a respeito dos benefícios ou malefícios para a saúde humana. (CECHINEL FILHO & ZANCHETT, 2020) (DANTAS, 2019) (Lorenzi *et al* 2002).

A fitoterapia é uma prática terapeuta reconhecida pelo uso de plantas com fins medicinais. O Brasil, por sua grande composição de sociodiversidade utiliza a grande diversidade vegetal de diferentes formas, buscando validar junto ao conhecimento tradicional e tecnologia, o uso científico dessa prática. Ainda segundo portaria nº 971, de 03 de maio de 2006 (que marcou o início da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde), desde a Declaração de Alma-Ata que foi uma conferência internacional de cuidados primários a saúde, a OMS vem destacando a indispensabilidade de valorizar a utilização das plantas medicinais no âmbito sanitário, uma vez que 80% da população mundial faz a utilização de plantas no cuidado primário da saúde. (Ministério da Saúde, 2016)

Com a inovação tecnológica e científica, iniciou uma nova era de medicamentos sintéticos na indústria farmacêutica, os medicamentos desenvolvidos em laboratórios, mas com substâncias e insumos orgânicos. (SOUZA *et al.*, 2020; CECHINEL FILHO & ZANCHETT, 2020). Em estados como o Amazonas, as indicações das plantas podem ser realizadas por meio da cultura local, uma vez que a biodiversidade da flora regional é vasta e essas indicações podem ser evidenciadas e monitoradas por estudos e seus processos tecnológicos, criando oportunidade e alternativas para uso terapêutico e ambulatoriais (CAMPOS, NACIMENTO E SILVA, 2021 *apud* EVANGELISTA *et al.*, 2013).

Na cidade de Manaus, há trinta e uma farmácias de manipulações que são legalizadas pelo Conselho Regional de Farmácia de Manaus – CRF/AM. Tendo em vista que, duas destas possuem uma grande rede de filiais (Amazônia

Fórmula: 12 filiais e Bioexata: 07) distribuídas na cidade, diferente das outras que possuem só uma loja ou funciona como drogaria e manipulação, e no mercado Adolpho Lisboa localizado no centro da cidade, onde é conhecido por busca de insumos terapêuticos originários de plantas.

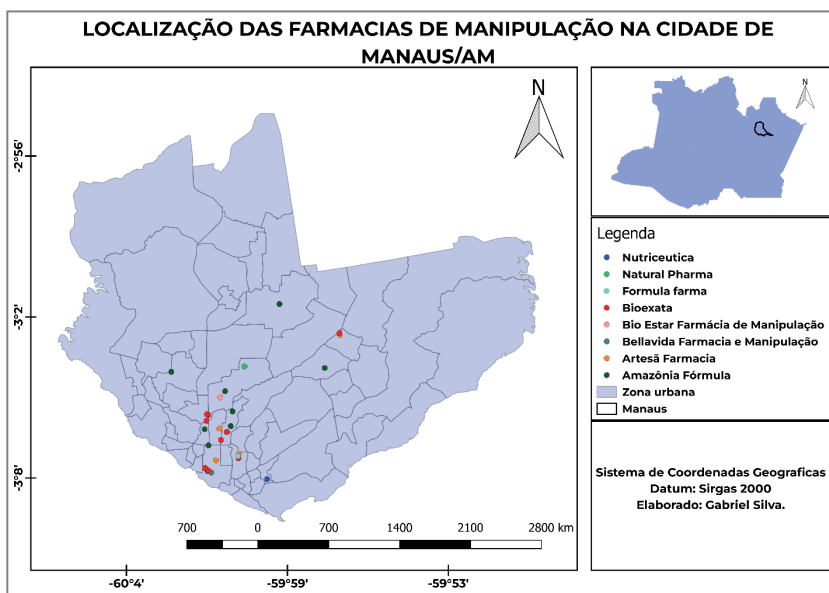
Este estudo objetiva identificar o panorama das plantas medicinais utilizadas em farmácias de manipulação e a feira do mercado Adolpho Lisboa, buscando listar as espécies mais mencionadas, assim como, quais as formas de beneficiamento, usos, origem das plantas e identificar a correlação de espécies que são encontradas nas farmácias e suas diferenças daquelas que foram citadas no mercado Adolpho Lisboa. Para isso, fizemos trabalhos de campo com interlocução a respeito plantas medicinais, assim como, foi identificado que a maioria das espécies de vegetais vem de fornecedores de fora do estado do Amazonas, como São Paulo e Rio de Janeiro e sua origem de maioria da Ásia e China.

METODOLOGIA

A análise da cadeia produtiva de plantas medicinais em Manaus é fundamentada pela teoria do Circuito Espacial Produtivo (SANTOS; 1979), que identifica os circuitos superior (indústria farmacêutica) e inferior (produção local). A Rede Sociotécnica (LATOUR: 2012) estuda as interações entre atores e objetos, enquanto os Fatores de Proximidade (BOSCHMA: 2022) influenciam a inovação e cooperação. A identificação de redes e ecossistemas de inovação (STORPER: 2020) revela oportunidades para o desenvolvimento do setor fitoterápico e as farmácias. Esses procedimentos teórico-metodológicos permitem entender a dinâmica da cadeia produtiva e promover a inovação e o desenvolvimento regional. A integração desses conceitos fornece uma visão integrada do circuito produtivo de plantas medicinais em Manaus.

Este estudo foi realizado em 2023 e 2024 nas farmácias de manipulação da cidade de Manaus – AM. Para um melhor direcionamento, a primeira interlocução foi realizada no Conselho Regional de Farmácia configurando uma abordagem aberta e explicativa a respeito do projeto, sendo assim, o conselho disponibilizou uma lista de farmácias que estão localizadas em zonas administrativas da cidade, conforme o mapa (figura 1) abaixo.

Figura 1 - Mapa de localização das farmácias de manipulação que tiveram visita técnica.



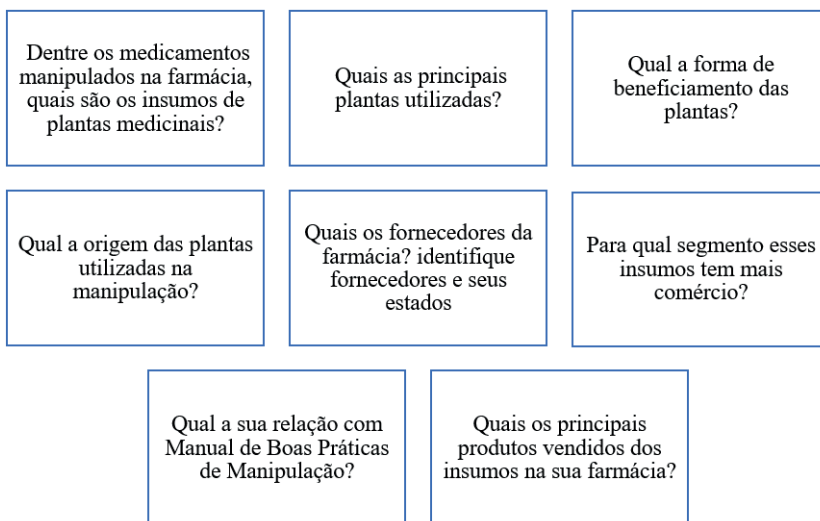
Os nomes disponíveis possibilitaram uma delimitação de farmácias que possuem o profissional farmacêutico responsável pela loja de manipulação, uma vez que o conselho fiscaliza e legaliza apenas o profissional técnico. A lista disponibilizada conta com trinta e um (31) farmácias de manipulação, sendo que três destas, possuem filiais que se estabelecem por toda a cidade, reduzindo o número para dez (10) farmácias, conforme a lista abaixo (Tabela 1). Ainda na tabela, é possível observar as lojas que concordaram em responder e contribuir com o projeto e aquelas que não obtivemos respostas ou não quiseram ou não souberam responder. A farmácia Pharma Pele, localizada no Adrianópolis, não constava na lista disponibilizada, mas como ficava perto de outras das farmácias, mostrou-se em acordo para participar da pesquisa.

Tabela 1 - Lista de farmácias de manipulação em Manaus que aceitaram ou recusaram em participar da pesquisa.

Nome	Filiais	Participação
Fórmula Farma		Sim
Amazônia Fórmula	Onze (11)	Não
Bioexata Farmácia de Manipulação	Oito (08)	Sim
Beauty Pharma		Sem contato
Nutriceutica		sem contato
Nutri Infinity		Inexistente
Artesã Farmácia	Seis (06)	Não
Bio Estar		Não
Bella Vida		Não
Natural Pharma		Sem contato
Pharma Pele		Sim

As conversas informativas seguiam um roteiro prévio produzido pela equipe. As entrevistas foram realizadas em cada loja, apresentando o documento do CEP (Comitê de Ética em Pesquisa) do projeto, junto com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), apresentando brevemente o projeto em uma conversa aberta com perguntas para o farmacêutico ou responsável pela loja. Nas farmácias que não obtivemos respostas, foi reagendado para uma nova data para tentar fazer a entrevista e também foi disponibilizado um *link* de um formulário com as perguntas que foi enviado por e-mail ou aplicativos de mensagens, mas que mesmo assim, não foi obtido resposta. As farmácias que aceitaram colaborar, responderam às perguntas abaixo (figura 2) que foram norteadoras para a pesquisa.

Figura 2 - Perguntas que foram utilizadas na pesquisa.



Após a interlocução, os dados foram analisados observando e pesquisando a respeito as plantas que foram identificadas. Foi enviado aos fornecedores *e-mail* para empresas em São Paulo e Rio de Janeiro solicitando os dados quantitativos a respeito dos insumos destinados ao Amazonas, mas não houve respostas. Mais uma vez, foi enviado *e-mail* com ofício para as farmácias em que não obtivemos resposta, para mais uma tentativa de abordagem para a coleta de dados, sem êxito.

RESULTADOS

O mercado tradicional como potencializador da biodiversidade local

O município de Manaus, com mais de 2.255.903 habitantes segundo a estimativas do IBGE/2021, tendo em seu entorno a maior floresta tropical do mundo, com a maior biodiversidade em fauna e flora, portanto um grande conjunto de possibilidades e potencialidades, com várias instituições financeiras públicas e privadas, vários cursos de graduação e pós-graduação envolvendo tecnologia, química, farmácia e biotecnologia, entre tantos outros. Portanto há uma capacitação institucional, burocrática e científica.

Um grande balizador é a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) é responsável por regulamentar os fitoterápicos no Brasil. É a própria autarquia por meio da Resolução da Diretoria Colegiada – RDC 26/2014 que apresentam as definições a respeito das categorias e usos, ressaltando aqui definições como: **fitoterápicos** definido como produto de matéria-prima ativa de origem vegetal, que não inclui substâncias isoladas, com finalidade preventiva, curativa ou paliativa, incluindo medicamento fitoterápico e produto tradicional fitoterápico, podendo ser simples, quando o ativo é proveniente de uma única espécie vegetal medicinal, ou composto, quando o ativo é proveniente de mais de uma espécie vegetal; **droga vegetal**, origem de uma planta medicinal, ou partes de uma planta, que possuem substâncias responsáveis pela ação terapêutica, após processos de coleta/colheita, estabilização, quando aplicável, e secagem, podendo estar na forma íntegra, rasurada, triturada ou pulverizada; assim como, **planta medicinal** como espécie vegetal, cultivada ou não, utilizada com propósitos terapêuticos; e o **uso tradicional** baseado no longo histórico de utilização no ser humano demonstrado em documentação técnico-científica, sem evidências conhecidas ou informadas de risco à saúde do usuário (ANVISA 2014).

Outros autores como Eldin e Dunford (2001) corroboram que fitoterapia pode ser definida em estudos sobre aplicações de drogas vegetais e os efeitos que podem surgir a partir dela e de seus derivados. Martin (1995) já definia o termo conhecimento tradicional, como conhecimento do povo local, que residem em uma região que conhece sobre seu ambiental natural.

O conhecimento tradicional associado às plantas medicinais na Amazônia é fruto de séculos de observação, experimentação e transmissão oral entre povos indígenas, ribeirinhos e comunidades tradicionais, enfim uma produção social e historicamente consuetudinária. Esse saber constitui não apenas uma prática de saúde, mas também um patrimônio cultural imaterial que integra modos de vida e cosmologias próprias da região (DIEGUES, 2000). O uso de plantas medicinais na Amazônia não é apenas uma prática de saúde popular, mas um saber ancestral e cultural que expressa a maneira como essas comunidades se relacionam com a natureza e com o mundo. No contexto amazônico os principais responsáveis por esse acúmulo de conhecimento são os povos indígenas e ribeirinhos. Para eles, as plantas medicinais não servem apenas para curar

doenças ou tratar sintomas, envolve a relação com a floresta, o modo de vida comunitário e crenças espirituais.

As avaliações desses saberes eram feitas a partir de experiências empíricas, fazendo uso e observações de dosagens, tempo, secagens, ebulição ou maceração e também observando comportamento de animais com o uso de plantas, isso ajudou a criar uma base para a farmacologia moderna e assim expandindo o acervo para a fitoterapia (BRASIL, 2006; BRANDÃO, 2011).

Por tanto, a fitoterapia é o uso mais antigo e funcional da medicina da terra, o estudo de plantas medicinais e seus usos, permite ampliação da relação sociedade-natureza quando investiga as propriedades farmacológicas de plantas que podem ser utilizadas para tratamento de doenças e valida comprovando cientificamente sua aplicação, valorizando e conservando o saber tradicional. (ABILIO, 2001 *apud* PEREIRA; LIMA e SOUZA 2021).

Nas farmácias, foram mencionadas 41 espécies de plantas (tabela 2), sendo de origem amazônica apenas 03 espécies, quanto as 38 espécies restantes são originárias de outras partes do mundo. Com isso, é necessário questionar porque a biodiversidade local é *marginalizada* pelo circuito formal da própria região? As plantas amazônicas serão mais encontradas nas feiras e mercados municipais, onde a população encontra o produto *in natura* ou processados caseiros (remédios ou chás), onde são procurados tratamentos para doenças crônicas tanto quanto em farmacêuticas, mas se torna mais simples e mais barato, do que a procura formal, com passagem por médicos e receituários.

Para responder tal pergunta, é necessário ressaltar que o estabelecimento do mercado de plantas medicinais, vem avançando na inovação da saúde pública brasileira, no qual é de interesse público e privado gerar essa competitividade em setores industriais, mas que se torna necessário o avanço de todas as etapas, na integração de sua cadeia produtiva, aumento de articulação entre os produtores de matéria prima e/ou detentores dos conhecimentos medicinais com as instituições de P&D e empresas. (LEPSCH-CUNHA e FRICKMANN, 2024).

Tabela 2 - Nomes listados em farmácias de manipulação, identificando sua origem e seu uso etnobotânico.

PLANTA	NOME CIENTÍFICO	ORIGEM	ETNOBOTÂNICA
Açafrão-da-terra	<i>Curcuma longa</i>	originária da Ásia (Índia e Indonésia)	Anti-inflamatório e digestivo
Cumaru	<i>Dipteryx odorata</i>	floresta pluvial amazônica	Anti-inflamatório
Unha de gato	<i>Uncaria tomentosa</i>	nativa das florestas da América Central e do Sul	Infecções e gastrointestinal
Andiroba	<i>Carapa guianensis</i>	É nativa da Amazônia	Anti-inflamatória e cicatrizante
Pata-de-vaca	<i>Bauhinia forficata</i>	Mata Atlântica e de outros biomas, encontrada na Argentina, Brasil, Uruguai, Paraguai, Peru e Bolívia	Diabetes e hipertensão
Silimarina ou cardo-mariano	<i>Silybum marianum</i>	Mediterrâneo e na Ásia Menor	Doenças hepáticas
Melão de são caetano	<i>Momordica</i>	origem asiática	Diabetes
Erva-de-são-joão	<i>Hypericum perforatum</i>	distribuída na Europa, Ásia, norte da África e aclimatada nos Estados Unidos.	Depressão e menopausa
Citros	<i>Citrus</i>	originárias do sudeste tropical e subtropical da Ásia	Emagrecimento; ansiedade e insônia
Amora	<i>Morus alba</i>	originária da China	Antioxidante e anti-inflamatório
Garcinia cambogia	<i>Garcinia gummi-gutta</i>	florestas do Camboja, sul da África e Polinésia.	Emagrecimento
Griffonia	<i>Griffonia simplicifolia</i>	nativo da África Central e África Ocidental.	Insônia, ansiedade e depressão
Mulungu	<i>Erythrina verna</i>	encontrada no Cerrado, Caatinga, Amazônia e Mata Atlântica	Calmante
Guaraná	<i>Paullinia cupana</i>	originário da Amazônia	Energizante
Arnica	<i>Arnica</i>	regiões temperadas da América do Norte ocidental.	Dores musculares e inflamações de nervos
Babosa	<i>Aloe vera</i>	África	Cicatrização
Craijiru	<i>Arrabidaea chica</i>	Floresta Amazônica e na Mata Atlântica	Anti-inflamatória e cicatrizante
Valeriana	<i>Valeriana officinalis</i>	distribuído nas zonas temperadas do hemisfério norte, África e América do Sul	Calmante
Passiflora	<i>Passiflora incarnata</i>	nativa da América do Norte	Calmante

O levantamento das espécies de plantas medicinais utilizadas em farmácias de manipulação em Manaus revela que, embora a região possua vasta

biodiversidade e um rico conhecimento tradicional associado ao uso de espécies nativas (como guaraná, andiroba, crajirú, mulungu e unha de gato), observa-se (gráfico 1) uma forte presença de plantas exóticas originárias da Europa e da Ásia, como valeriana (*Valeriana officinalis*) e erva-de-são-joão (*Hypericum perforatum*). Essa predominância reflete não apenas a disponibilidade de evidências científicas oriundas de estudos clínicos realizados em países do norte, mas também fatores culturais e mercadológicos que moldam o consumo de fitoterápicos.

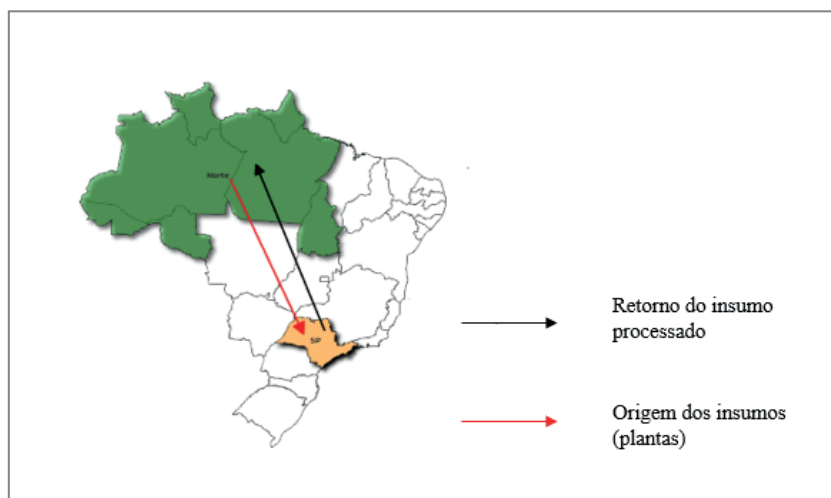
Gráfico 1 - Mostra em porcentagem a origem das plantas manipuladas em Manaus.



Segundo Veiga Júnior (2008), a consolidação de determinadas espécies no mercado farmacêutico está diretamente ligada ao número de pesquisas e à padronização de extratos, aspectos que favorecem plantas já incorporadas às farmacopeias europeias e norte-americanas. Além disso, o *marketing* global e a difusão cultural contribuem para reforçar a percepção de maior eficácia dessas espécies, o que, por sua vez, desvaloriza saberes locais e invisibiliza práticas tradicionais de comunidades amazônicas. Isso mostra que as plantas que já são tradicionais na Europa e América do Norte levam vantagem, porque já contam com muito mais pesquisas e reconhecimento institucional, e as farmácias de manipulação favorecem essas plantas exóticas, pois há inúmeras produções científicas, e apresenta ao cliente a tendencial internacional o que “lá fora” estão usando, utilizando como *marketing* essa tendência.

Atualmente, os produtos farmacêuticos, cosméticos, culinário e bebidas alcoólicas, possuem origem de plantas. As farmácias possuem parcerias com consultório clínico, o médico prescreve a receita e indica as farmácias de manipulação. As farmácias compram os produtos de fornecedores em extrato seco padronizados que são os compostos bioativos, concentrados por meio de um processo de extração com solventes específicos – já compram tudo processados, para utilizar na manipulação. A matéria prima é importada, mas, os outros processos são (é pesado, analisado o extrato) executados no laboratório central das farmácias, vai ser manipulado de acordo com a necessidade da receita. Os fornecedores das farmácias se concentram na região sudeste do Brasil (Figura 3), como: Fagron, florien, Viapharma, valdequimica, Active farma, Galena Farmacêutica.

Figura 3 - Mapa representando os insumos que são comprados na região sudeste para região norte.



Com isso, temos outra questão-problema acerca da pergunta que este estudo busca compreender. Todos os insumos que foram relatados por farmacêuticos, têm sua compra feita a partir de empresas de fora do estado do Amazonas, mostrando que empresas do sudeste já tem seu mercado e economia já consolidados em uma escala que na região amazônicas não possui. Ainda assim, o farmacêutico tem mais benefício pela facilidade e segurança de

extrato padronizado de empresas de fora do estado, do que tentar desenvolver uma cadeia produtiva local, ainda como relatado, a insegurança de compras feitas na região por falta de qualidade da garantia dos princípios ativos dos insumos (figura 4).

Figura 4 - Folhas de Jambu exposta em feiras na cidade de Manaus – Am.



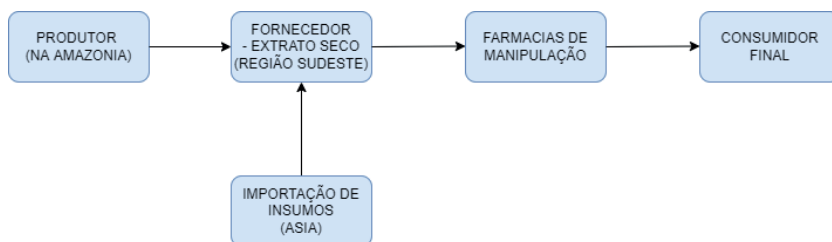
Isso acontece devido ao *conhecimento científico* que validou a valeriana e passiflora, com isso é visto como confiável em contrate com o *conhecimento tradicional* que validou o cajuí ou a unha de gato. Mas não porque as plantas regionais não sejam eficazes na aplicabilidade, mas sim, porque são menos estudadas e pesquisadas por comunidades científicas, deixando de ser comprovadas técnico-cientificamente, um processo que a RDC 26/2014 exige para o uso. Ainda segundo LEPSCH-CUNHA e FRICKMANN (2024), esses produtos receitados por curandeiros, erveiros, pajés entre outros, que tem acessos e asseguram os efeitos benéficos dos insumos, são importantes no tratamento de doenças e por muitas vezes são consultados pelo acesso a medicamentos de baixo custo, por isso são de grande valor social para a população, principalmente

a população mais carente e com dificuldade de acesso aos serviços de saúde, o fortalecimento do uso de fitoterapia em conjuntos com os saberes locais.

Políticas de regulamentação e o fluxo da cadeia produtiva de fitoterápicos

Outro ponto a ser observado é o marco regulatório atual que está estruturado principalmente na Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 26/2014, que diferencia os medicamentos fitoterápicos, exigindo comprovação de segurança, eficácia e qualidade, e os Produtos Tradicionais Fitoterápicos - PTF, cuja notificação simplificada é permitida quando há histórico de uso seguro respaldado por monografias e referências oficiais (ANVISA, 2014). A lei complementar, a Instrução Normativa nº 2/2014 estabelece listas de espécies e usos autorizados para registro simplificado e notificação (ANVISA, 2014).

Diagrama 1 - Mostra a cadeia produtiva de insumos até chegar ao consumidor final.



Dois instrumentos técnico-científicos sustentam a aplicação das normas: Memento Fitoterápico da Farmacopeia Brasileira (elaborado pela ANVISA em parceria com o Ministério da Saúde, reúne orientações para prescrição segura, incluindo indicações, contraindicações, posologia e interações medicamentosas) e o Formulário de Fitoterápicos da Farmacopeia Brasileira (compila monografias e formulações, padronizando parâmetros de qualidade e servindo de referência para manipulação e notificação de PTF). Esses documentos fortalecem o uso racional de fitoterápicos e alinham a prática clínica às exigências regulatórias. (BORGES, SALES: 2018).

O estado do Amazonas não possui fornecedores que possam fornecer insumos, por não atenderem o manual de boas práticas, que são exigidas pela ANVISA. Por isso tudo que é manipulado nas farmácias de Manaus, vem da região

sudeste, um entrave na cadeia de produtiva, aumentando o nível de logística (capacitação territorial) dos produtos que chegam por meio de aviões ou navios.

A fitoterapia hoje em dia no mercado, geralmente dará duas opções de processados, a opção em pó e em extrato seco. A maioria das farmácias utilizam em extrato seco, pois só retira a parte onde está concentrado o ativo das plantas, então é a parte mais útil para obter o resultado na manipulação. Os remédios mais procurados são para emagrecer, antidepressivo, insônia e menopausa. A pesquisa realizada no mercado Municipal de Manaus – Adolpho Lisboa, as plantas mais utilizadas pelos feirantes foram: unha de gato (casca), jatobá, corama, crajirú, mastruz e o jambú, que foi uma das plantas mais procuradas durante a pandemia da Covid-19, uma diversidade maior se comparada com as farmácias de manipulação (Figura 5).

Figura 5 - Contraste de espécies mais encontradas em feiras e farmácias de manipulação em Manaus.



A externalização da cadeia produtiva não tem impacto somente logístico, mas também por concentrar economicamente as rendas fora da região, ficando apenas como um produtor de matérias primas ou apenas um consumidor, enfraquecendo a economia local e socialmente, explora os saberes tradicionais sem alguma retribuição e ambientalmente enfraquece o vínculo econômico e conservação da biodiversidade. Aqui os circuitos superior e inferior estão em

contato ao refletirem em Manaus os agentes e suas forças no mercado de extratos secos. (COSTA, NUNEZ: 2016; COSTA, NUNEZ: 2017).

Ainda que a ANVISA proponha através da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), abertura para que sejam inseridos os fitoterápicos na realidade da saúde pública, o SUS, incentivando o uso e desenvolvimento local, além de ser essencial para segurança do consumo, tem uma visão baseada em operação industrial, mas que acaba diminuindo a inclusão desse próprio meio por uma implementação que não facilita a inclusão para os sujeitos locais, sendo assim, aumentando a dependência de outras regiões que já possuem cadeias produtivas estruturadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo do panorama das plantas mais utilizadas nas farmácias de Manaus, mostrou em sua maioria, que as plantas amazônicas são menos usadas na elaboração de manipulação. Já as que se destacam são as plantas originárias de outras regiões e países. Foram citadas mais de 41 espécies de plantas catalogadas, que são manipuladas para a prevenção de doenças e tratamento estético. Os manipulados mais procurados são para emagrecimento, insônia, antidepressivo entre outros.

Em relação ao mercado de fornecimento de matéria prima o estado do Amazonas, possui dificuldades em ter empresas que sigam as normas da Anvisa, na qual, as farmácias buscam insumos nos grandes centros urbanos do país.

As farmácias de manipulação seguem o Manual de Boas Práticas de acordo com a legislação brasileira. O Conselho regional de farmácias do Amazonas, faz a fiscalização de profissionais atuando no estabelecimento, se possui farmacêutico. Já na parte de instalação e armazenamento de produtos fica com a VISA Manaus, que é um departamento dentro da secretaria de saúde do município de Manaus.

No SUS, as plantas medicinais cada vez mais estão sendo citadas nas prescrições médica, garantindo o acesso a novos tratamentos de acordo com os estudos científicos. E fazendo com que uso de remédios fitoterápicos e manipulados, possam gerar o desenvolvimento da cadeia produtiva nacional e garantindo qualidade de vida.

A análise do Circuito Espacial Produtivo de plantas medicinais em Manaus revelou que as plantas amazônicas são menos utilizadas nas farmácias de manipulação, enquanto as plantas originárias de outras regiões e países são mais destacadas. Isso sugere que o circuito superior, representado pelas grandes empresas farmacêuticas, tem mais influência na escolha das plantas do que o circuito inferior, representado pelas pequenas empresas e produtores locais.

A Rede Sociotécnica mostrou que a escolha das plantas é influenciada por atores externos, como fornecedores e farmácias, que estabelecem relações com as farmácias de manipulação. Essa rede é fundamental para entender como as plantas medicinais são selecionadas e utilizadas na indústria farmacêutica em Manaus.

Os Fatores de Proximidade institucional e organizacional não são suficientes para promover a valorização da biodiversidade local. A proximidade geográfica entre as farmácias de manipulação e os produtores locais não é suficiente para estimular a utilização de plantas amazônicas. Além disso, a falta de investimento em infraestrutura e tecnologia pode ter limitado a capacidade das empresas locais de competir com as empresas de outras regiões.

A falta de investimento em Redes e Ecossistemas de Inovação locais pode ter contribuído para essa situação, limitando a capacidade de inovação e desenvolvimento da indústria de plantas medicinais amazônicas. A ausência de uma rede de inovação forte e conectada pode ter dificultado a transferência de conhecimento e tecnologia entre os atores da cadeia produtiva.

Em resumo, a análise do Circuito Espacial Produtivo, da Rede Sociotécnica, dos Fatores de Proximidade e das Redes e Ecossistemas de Inovação revelou que a indústria de plantas medicinais em Manaus é influenciada por fatores externos e que a valorização da biodiversidade local é limitada pela falta de investimento em infraestrutura e tecnologia. É fundamental que as políticas públicas de capacitação territorial e as empresas locais invistam em inovação e desenvolvimento para promover a utilização de plantas amazônicas e fortalecer a indústria local.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). Resolução RDC nº 26, de 13 de maio de 2014. Brasília: ANVISA, 2014.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). Instrução Normativa nº 2, de 13 de maio de 2014. Brasília: ANVISA, 2014.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). Memento Fitoterápico da Farmacopeia Brasileira. Brasília: ANVISA, 2016.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). Formulário de Fitoterápicos da Farmacopeia Brasileira. 2. ed. Brasília: ANVISA, 2021.

BRASIL. RDC nº 585 de 29 de agosto de 2013. Regulamenta as atribuições clínicas do farmacêutico e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 26 set. 2013b. Disponível em: <<http://www.off.org.br/userfiles/file/resolucoes/586.pdf>>. acesso em: 20/07/2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 971, de 3 de maio de 2006.** Aprova a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde. Disponível em: <http://www.anvisa.gov.br>. Acesso em 20.07.2020.

BRASIL. A Fitoterapia no SUS e o Programa de Pesquisas de Plantas Medicinais da Central de Medicamentos. Secretaria de Ciência, Tecnológica e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

BRANDÃO, A. Fitoterápica, com certeza. Revista Pharmacia Brasileira. Brasília/DF, v. 81, n.2 p.1-28, abril/maio, 2011.

BORGES, Fabricia Villefort; SALES, Maria Diana Cerqueira. Políticas públicas de plantas medicinais e fitoterápicos no Brasil: sua história no sistema de saúde. **Pensar Acadêmico**, v. 16, n. 1, p. 13-27, 2018.

BOSCHMA, Ron. Global value chains from an evolutionary economic geography perspective: a research agenda, Area Development and Policy. 2022.

CAMPOS, Geise Luciane Rocha; DO NASCIMENTO, Luana Maria Ferreira; DA SILVA, Marcos Túlio. Medicamentos Fitoterápicos mais comercializados de 2020 a 2021 em uma drogaria localizada em Manaus-AM-Brasil. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, v. 10, n. 15, pág. e395101522855-e395101522855, 2021.

CECHINEL FILHO, Valdir; ZANCHETT, Camile Cecconi Cechinel. **Fitoterapia Avançada: Uma Abordagem Química, Biológica e Nutricional.** Artmed Editora, 2020.

Conferência internacional sobre cuidados primários de saúde, 1978, **Alma-Ata. Declaração de Alma-Ata.** In: BRASIL. Ministério da Saúde.

COSTA, Reinaldo C.; NUNEZ, C. V. Mercado de bioprodutos fitoterápicos e fitocosméticos: gestão, tecnologias e inovação, Revista Fitos, Rio de Janeiro, Vol, 10(3), 220-372, Jul-Set 2016.

COSTA, R.C.; NUNEZ, C. V. Ambiente, biotecnologia e a biodiversidade. In: Luciana Ferreira da Silva. (Org.). Ciência e Tecnologia para Transformação Socioambiental. 1ed.Jundiaí: Paco Editorial, 2017,

DANTAS, A. D. S. Estudo de toxicidade reprodutiva e genotoxicidade do óleo essencial de Origanum majorana. Tese de Doutorado Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2019.

DIEGUES, A. C. S. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: uctec/NUPAUB, 2000.

- ELDIN, S. & DUNFORD, A. (2001) Fitoterapia, na atenção primária à saúde. São Paulo: Manole Editora.
- LATOURE, B. Reagregando o Social: uma introdução à teoria do Ator-rede. Salvador: Edufba, 2012.
- LEPSCH-CUNHA, Nadja; FRICKMANN, Fabiana dos S. e S. Potenciais fitoterápicos nas perspectivas da regulamentação e da pesquisa e desenvolvimento no Brasil com enfoque em plantas medicinais amazônicas. **Revista Fitos**, v. 18, n. Suppl. 1, p. e1478-e1478, 2024.
- LORENZI HF & MATOS FJA. Plantas Medicinais do Brasil, nativas e exóticas. 1 ed. São Paulo: Plantarum. 2002.
- MARTIN G.S. (1995) Ethnobotany: a method. New York: Chapman & Hall.
- MIGUEL, M. D., ZANIN, S. M. W., MIGUEL, O. G., ROZE, A. O., OYAKAWA, C. N., & de OLIVEIRA, A. B. O COTIDIANO DAS FARMÁCIAS DE MANIPULAÇÃO. Visão Acadêmica, 3(2). 2002.
- OMS (2003a) 56ª ASAMBLEA MUNDIAL DE LA SALUD: Punto 14.10 del orden del día provisional. Ginebra: OMS.
- PEREIRA, Keliene; DE LIMA, Maria Alves; DE SOUZA, Gabriel Oliveira. Plantas nativas da região amazônica: uma revisão integrativa acerca da sua aplicação na fitoterapia. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 14, p. e313101422333-e313101422333, 2021.
- SANTOS, Milton. O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.
- SOUZA, Luiza Queiroz Rosado de *et al.* Analysis of phytotherapeutic drugs marketed in a magistral pharmacy in the sertão paraibano. 2020.
- STORPER, Michael *et al.* The Geography of Innovation and Development: Global Spread and Local Hotspots. Geography and Environment Discussion Paper Series. Paper No. 4. June 2020.
- VEIGA JÚNIOR, Valdir F. e Mello, João Carlos P. (2008). As monografias sobre plantas medicinais. Revista Brasileira de Farmacognosia, 18(3), 464–471.

CONFIGURAÇÃO SOCIOESPACIAL DAS CADEIAS PRODUTIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA NA AMAZÔNIA: UMA ANÁLISE DE CIRCUITOS, REDES E CAPITAIS

Reinaldo Corrêa Costa
Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA)

RESUMO

A Amazônia no século XXI se apresenta como um dos palcos mais complexos e decisivos do Brasil e do planeta, onde se entrelaçam, de forma contraditória, os imperativos globais da acumulação de capital, as urgências ambientais de escala planetária e as resistências tenazes de modos de vida historicamente produzidos. Compreender a dinâmica (ambiental, política, social e econômica) desta região exige muito mais do que a aplicação de modelos teóricos universais; demanda uma composição teórica sensível às suas especificidades, capaz de identificar e analisar a intrincada teia de relações que conectam a floresta, os rios, as cidades aos diversos grupos e classes sociais. Este capítulo se propõe a realizar esta composição, tomando como fio condutor as cadeias produtivas da agricultura familiar camponesa – não como um mero segmento econômico, mas como um fenômeno socioespacial total –, analisadas por meio de um diálogo teórico a partir de pensadores contemporâneos.

Palavras-chave: Amazônia; cadeias produtivas; agricultura familiar camponesa.

INTRODUÇÃO

O ponto de partida é a obra do geógrafo Milton Santos, cujos conceitos de circuito espacial produtivo, circuito superior e circuito inferior oferecem uma base estrutural para decifrar várias processualidades constitutivas que ocorrem na região. Na Amazônia contemporânea, tais processualidades assumem uma dualidade que se manifesta com contornos nítidos e violentos no uso do território. De um lado, um circuito superior globalizado, concatenado pelo grande capital, agronegócio exportador, pela mineração de grande escala, pela exploração madeireira industrial e por projetos de infraestrutura minerais e hidroelétricos. Este circuito opera com uma lógica de horizontalidade, buscando homogeneizar o espaço ao seu uso do território, aplainar suas rugosidades ecológicas e sociais para converter a região em um corredor eficiente de *commodities*, cujo destino final são os mercados distantes. Seu comando é externo ao território localmente vivido e usado, sua tecnologia é intensiva em capital e padronizada, e sua temporalidade é ditada pela volatilidade dos mercados globais.

Em oposição dialética a esta força, historicamente persiste e resiste um circuito inferior, constituído pela agricultura familiar camponesa, pelos povos indígenas, pelas comunidades ribeirinhas e extrativistas. Sua lógica é a da verticalidade, do apego estruturado ao lugar específico, ao ecossistema local, aos saberes tradicionais transmitidos entre gerações. Sua produção é diversificada, orientada para a reprodução social do modo de vida e para o abastecimento de mercados próximos, e seu comando é local ou comunitário e regionalizado. Contudo, reduzir esta relação a uma mera oposição binária é um grande equívoco. Os circuitos estão em constante interação, marcada por uma subordinação articulada do inferior ao superior, que se manifesta na dependência, principalmente, de preços, na atuação de intermediários comerciais e, de forma mais crua, na violência fundiária e na pressão sobre os recursos naturais. Analisar a agricultura familiar camponesa neste contexto significa, portanto, analisar as estratégias que ela desenvolve para sobreviver e se reproduzir dentro de um campo de forças profundamente assimétrico.

Para identificar e analisar estas ações estratégicas, é necessário constituir uma base teórica analítica. A Teoria Ator-Rede (TAR), de Bruno Latour, fornece alguns instrumentos para abordar a produção camponesa para além de sua

dimensão estritamente econômica. Ela nos capacita a vê-la como uma rede sociotécnica híbrida, uma assembleia, um mosaico de sujeitos sociais, actantes humanos e não-humanos. Com isso, nas redes, as sementes nativas, os solos, o regime de chuvas, as normas sanitárias e os aplicativos de celular não são meros cenários ou instrumentos, mas agentes ativos que condicionam, habilitam ou limitam a ação humana, ações contraditórias e socialmente produzidas. Por exemplo, um Sistema Agroflorestal (SAF) bem-sucedido, sob esta abordagem, é o resultado de uma bem-sucedida ação entre estes sujeitos, um conjunto onde ações humanas e não-humanas encontram um específico *modus operandi*. Esta perspectiva permite superar visões romantizadas ou produtivistas, revelando a imensa complexidade e o arcabouço técnico necessário para gerir as redes de forma socialmente justa e resiliente.

A questão que se segue é: como estes coletivos sociotécnicos se coordenam para ganhar eficiência e poder de negociação? Uma base para a resposta surge da convergência entre o conceito de círculos de cooperação de Santos (2013) e a abordagem das proximidades de Ron Boschma (2005). Santos identifica a formação de esferas de solidariedade como uma resposta estratégica do circuito inferior à sua fragilidade intrínseca. Boschma, por sua vez, detalha os alicerces que tornam esta cooperação viável e duradoura. A proximidade geográfica (a simples vizinhança) é apenas a base. A efetiva ação coletiva depende da construção da proximidade organizacional (estar submetido a um conjunto comum de regras, como em uma cooperativa), da proximidade social (laços de confiança e capital social) e da proximidade cognitiva (um repertório compartilhado de conhecimentos e interpretações sobre o trabalho e o mundo). As feiras livres, as associações comunitárias e os contratos coletivos de comercialização são a materialização concreta destas múltiplas proximidades em ação, havendo algum tipo de semelhanças com a solidariedade em Durkheim.

Entretanto, a denominada eficiência econômica e a estrutura logística, ainda que imprescindíveis ao circuito superior, são insuficientes em uma economia onde o valor é cada vez mais determinado por fatores simbólicos. É aqui que a teoria dos campos sociais de Pierre Bourdieu (1989) fundamenta uma dimensão crucial das questões sociais e sua lógica de resistência. A agricultura familiar camponesa pode ser compreendida como um campo social específico, onde os sujeitos sociais competem não apenas por capital econômico, mas, de

forma incisiva, por capital simbólico. Trata-se de uma batalha pela classificação, pela aceitação social de que seus produtos e suas práticas possuem qualidades distintivas e superiores – que sejam elas “naturais”, “tradicionais”, “sustentáveis”, “agroecológicas” ou “éticas”. Essa ação é executada por meio da institucionalização de certificações, da criação de marcas coletivas e da construção de narrativas que consagram este valor, não raro com grandes campanhas de *marketing*. Converter um fruto nativo em um produto cobiçado mundialmente é um ato de específicas articulações e estruturas simbólicas que conferem poder e autonomia de base territorial, permitindo escapar da condição de *commodity* barata e desprovida de contradições socioeconômicas e ambientais.

Todo este constructo conceitual requer ancoragem territorial. As contribuições Jean Hébette (1991; 1997) fornecem esta âncora amazônica. Costa (2004), com sua abordagem de complexo geográfico, comenta que a região é um mosaico de unidades espaciais singulares, moldadas por histórias particulares de interação sociedade-natureza. Hébette, ao abordar os territórios de resistência, captou a dinâmica essencial de como os povos tradicionais e camponeses se reorganizam espacial e socialmente, constituindo territórios e territorialidades para enfrentar a desestruturação imposta por grandes projetos e pelo avanço do capital. A agricultura familiar camponesa, portanto, é a força geradora e mantenedora de complexos geográficos camponeses, que estão em permanente estado de defesa e reinvenção, constituindo-se como territórios de resistência.

Este trabalho, portanto, se estrutura como uma base radicular analítica. Parte da abordagem com uma macroestrutura conflituosa dos circuitos espaciais produtivos, trata também na microescala das redes e das cooperações, também ao plano simbólico das disputas pelo valor e, finalmente, interpreta os processos à materialidade do território social amazônico. O objetivo é demonstrar que a agricultura familiar camponesa na Amazônia é um laboratório vivo de alternativas, possibilidades e potencialidades ao desenvolvimento, um espaço onde se experimentam outras racionalidades econômicas e ecológicas, e cujo estudo é indispensável para se pensar qualquer projeto de futuro para a região que seja socialmente justo, economicamente viável e ecologicamente prudente.

A Estrutura Dual dos Circuitos Espaciais Produtivos na Amazônia Contemporânea

A análise da produção material na Amazônia não pode prescindir da base teórica de Santos, particularmente seus conceitos de circuito superior e circuito inferior, assim como de circuito espacial produtivo. Mais do que categorias identificatórias, estes conceitos revelam uma estrutura dual, assimétrica e conflituosa que organizam o espaço geográfico. Na contemporaneidade, esta dualidade não apenas persiste, é reproduzida e se complexifica, definindo os fluxos de capital, tecnologia, informação e poder que atravessam áreas precarizadas de serviços públicos básicos, colocando, de um lado, um circuito superior globalizado e, de outro, um circuito inferior, de base na agricultura familiar camponesa profundamente enraizada no local, porém cada vez mais conectada às demandas do circuito superior.

A capilaridade do circuito superior na Amazônia é representada pelo agronegócio exportador (especialmente de grãos e carne), pela mineração em grande escala, pela energia proveniente de grandes hidroelétricas e pela exploração madeireira. Este circuito opera com uma lógica de horizontalidade, a partir de Santos, buscando a homogeneização do espaço para maximizar a eficiência e a circulação de mercadorias. Tal processo impõe uma “rugosidade” planejada, aplainando a diversidade ecológica e social por meio do desmatamento, monoculturas e infraestruturas logísticas maciças, como os eixos de escoamento direcionados para portos de exportação, geralmente com processos prejudiciais para as sociedades locais. Sua produção é voltada para um mercado externo e nacional distante, seu comando é exógeno (decisões intermediadas em bolsas de valores e matrizes corporativas globais e planos de negócios) e sua tecnologia é pesada, intensiva em capital e padronizada. Este circuito hegemônico consolida um “meio técnico-científico-informacional” na região, mas de forma seletiva e excludente, servindo prioritariamente aos seus próprios interesses (SANTOS, 2004).

Em oposição dialética a esta força homogeneizadora, o circuito inferior é constituído pela agricultura familiar camponesa, na forma de extrativistas, de comunidades ribeirinhas e pela socioeconomia indígena. Sua lógica é de verticalidade, profundamente ligada ao lugar específico, o lugar como a concretude

do mundo, seu “universo”, seu “mundo”, assim como ao ecossistema local (a floresta, os igarapés, as várzeas) e aos saberes tradicionais, o etnoconhecimento. Sua produção é diversificada (policultura), destinando-se tanto à reprodução de seu modo de vida quanto ao abastecimento de mercados municipais e regionais. O contexto de mercado predominante é local ou comunitário, e a tecnologia frequentemente é adaptada, leve e fruto de um diálogo de saberes (tradicional e técnico-científico). No entanto, é um erro romantizar este circuito como autárquico. Ele é profundamente integrado e subordinado à economia mais ampla, seja através da dependência de preços definidos externamente, da aquisição de alguns insumos ou da submissão a normas sanitárias e fitossanitárias concebidas para a grande escala.

O conflito entre estes circuitos não é meramente econômico; é uma disputa pelo uso do território e pelo significado e potencialidades do espaço. O circuito superior avança sobre áreas historicamente ocupadas pelo circuito inferior, seja por meio da expropriação e grilagem de terras, do esbulho por grandes projetos ou da contaminação por agrotóxicos pulverizados em larga escala. Esta pressão gera o que a partir de Santos, poderia ser chamado de “atrito ou conflito” no espaço, manifestados em conflitos fundiários, violência no campo e desestruturação de modos de vida tradicionais (COSTA, 2017; 2019). A hegemonia do circuito superior se exerce também no plano normativo, por meio de marcos regulatórios que, frequentemente, privilegiam a grande propriedade e a simplificação pela autodeclaração do uso da terra, dificultando a consolidação e a reprodução das práticas camponesas.

A relação não é apenas de oposição, um lado contra outro tal simplismo não explica a complexidade da realidade. Existe uma interdependência e um processo de subordinação articulado. O circuito inferior, por vezes, fornece mão de obra sazonal barata para o circuito superior, que o faz como trabalho anexo, como complemento de renda devido a precariedade em que é subordinado. Além disso, os agricultores familiares muitas vezes são forçados a se articular aos canais de comercialização dominados pelo agronegócio, vendendo sua produção a preços baixos para intermediários que a revendem no atacado. Esta subordinação é um mecanismo central de exploração e de transferência de valor do circuito inferior para o superior.

A análise com uso dos circuitos espaciais produtivos revela, portanto, que a agricultura familiar camponesa na Amazônia não existe num vácuo. Ela se constitui e resiste dentro de um campo de forças assimétricas, pressionada por uma lógica produtivista e globalizante que busca constantemente reconfigurar o território a sua imagem, sua paisagem. Compreender esta dinâmica de conflito e articulação forçada é fundamental para qualquer política pública ou ação coletiva que vise fortalecer a autonomia e a viabilidade econômica desse modo de vida, que é, simultaneamente, um guardião da sociobiodiversidade amazônica e um ator econômico crucial para a segurança alimentar regional.

Redes Sociotécnicas e Ator-Rede na Articulação da Produção Camponesa

Para compreender uma visão meramente economicista ou estrutural identitária da agricultura familiar camponesa, é fundamental a partir do uso da Teoria Ator-Rede (TAR) de Latour (2012). Esta abordagem permite abordar a agricultura familiar camponesa na Amazônia, não como uma atividade socioeconômica isolada, mas como um conjunto heterogêneo, uma composição de estruturas humanas e não-humanas, mas ambas socialmente produzidas com a capacitação no uso do território, que em associação constituem uma rede sociotécnica resiliente e complexa. O uso do pensamento de Latour significa abandonar a dicotomia entre a sociedade e natureza e seguir os próprios sujeitos sociais, actantes – humanos (agricultores, técnicos, consumidores) e não-humanos (sementes, solo, ferramentas, normas) – para entender como eles se aliam, negociam e compõem um espaço vivido, um território em uso.

Sob esta abordagem, um sistema de produção camponês, por exemplo, não é meramente uma “base de produção”, é um elemento vivo na paisagem não somente como aparência, mas também como essência. A técnica utilizada e que produz uma paisagem não é descolada da realidade social, faz parte de sistemas sociotécnicos, que são e compõem um conjunto de padrões de produção, de saber fazer, que garantem a reprodução do modo de vida num dado contexto histórico. Com isso as diferentes técnicas utilizadas na estruturação do território demarcam diferentes circunstâncias históricas, algo como as rugosidades em Santos (2013). As técnicas em cada conjuntura demarcam na paisagem um determinado tempo e um específico espaço no uso do território. É um conjunto

de actantes, um espaço onde múltiplas ações (humanas e não-humanas) convergem e se articulam. Por exemplo, as sementes e as formas de cultivo não são insumos passivos, são como produção social e carregam em seu código genético a historicidade de gerações de agricultores, possuem exigências específicas de sazonalidade, solo e clima, projetam um determinado ritmo e cuidado de manejo humano. Elas mediam as relações sociais, sendo objeto de posse, troca e cooperação entre grupos, como as famílias produtoras, tornando-se, portanto, agentes na construção de um específico capital social. Do mesmo modo, os solos amazônicos, com suas peculiaridades e fertilidade natural específica para alguns produtos e inadequada para outros, é um suporte poderoso que impõe limites e possibilidades. É um tipo de mensagem, de “fala” por meio de sua produtividade (ou da falta dela), forçando os agricultores familiares a desenvolverem práticas específicas de manejo – como o uso de adubação verde e cobertura morta, ou mesmo industrializada – que são respostas a estas asserções do mundo não-humano (LATOURET, 2012), enfim, são estratégias de uso e conservação do território, visto que o território é uma produção social que estrutura as potencialidades de trabalho às dinâmicas do ecossistema.

A rede sociotécnica é também estruturada e espacializada por um conjunto de agentes intermediários e articuladores. Por exemplo, as normas e padrões de certificação para produtos orgânicos ou de origem comunitária são actantes não-humanos importantes, visto a valorização social que projetam. Elas não apenas descrevem a realidade da produção, mas a transformam com qualificação e trabalho, exigindo novas práticas, criando novas documentações e conectando a produção local a nichos de mercado distantes que valorizam essas qualificações, envolvem outro plano de negócios e de gestão da produção. Outro exemplo, o telefone celular ou um aplicativo de mensagens, pode se tornar um mediador essencial, reconfigurando os círculos de cooperação ao permitir que a associação se comunique diretamente com os fornecedores e compradores, coordenando entregas e negociando preços em tempo real, um tipo de *contorno*, em alguns casos, os intermediários típicos (COSTA, 2017; 2019). Estas tecnologias não são ferramentas neutras; elas modificam as relações de poder, o fluxo de informação e a própria organização social do trabalho.

O uso teórico-metodológico das redes sociotécnicas também contribui desnaturalizar conflitos de lógica humana e social. Por exemplo, o surgimento

de uma praga, como as que ocorrem em plantações de cupuaçu, não é um evento puramente “natural”. É o resultado de um determinado desequilíbrio na rede sociotécnica: provavelmente provocado pela supressão de vegetação nativa que abrigava predadores naturais (actante não-humano), associada à desregulação climática (outro actante macro) e à dificuldade de acesso a assessoria técnica especializada (actante humano institucional ausente). A resposta ou “solução” exigirá, por sua vez, capacitar todos esses actantes territoriais: seja o ato de introduzir algum inseto benéfico (novo actante não-humano), seja recompor a vegetação, seja fortalecer a rede de extensão rural e manejo de cultivos, inclusive com produtos industrializados. A praga não é mais um elemento meramente biológico, é um elemento que é influenciado por e influencia a organização do espaço.

As potencialidades da agricultura familiar camponesa residem precisamente na sua capacidade de saber fazer vários tipos de redes, conforme as conjunturas, nisso que está sua capacidade de resistência, de congregar, transpor e materializar um grande e diversificado conjunto de actantes. Uma política pública eficaz, portanto, não deve ver o agricultor familiar como um indivíduo isolado ou como pequeno produtor, mas como um gerenciador de redes e articulações territoriais. Fortalecer esta produção significa investir não apenas na pessoa, mas também no grupo e na classe social, e isso envolve todos os elementos que compõem sua rede de existência: investimento públicos, políticos de apoio, movimentos sociais, bancos de sementes comunitárias (actantes não-humanos), assessoria técnica (mediação humana), infraestrutura de comunicação e armazenamento (mediadores técnicos) e marcos regulatórios adaptados (actantes institucionais). A análise de Latour nos propõe a abordar que o êxito ou fracasso de um empreendimento da agricultura familiar camponesa é o êxito ou fracasso de uma complexa assembleia de seres (sociais, políticos, econômicos, naturais, construídos, entre tantos outros), uma articulação sociotécnica que é, ao mesmo tempo, ecológica, econômica, tecnológica e profundamente política.

Proximidades e Círculos de Cooperação: A Geografia dos Arranjos Locais

A viabilidade do circuito inferior como espaço da agricultura familiar camponesa na Amazônia depende, fundamentalmente, de sua capacidade de gerar e manter composições sociotécnicas que otimizem determinados recursos, que compartilhem riscos e criem canais de comercialização alternativos e variados. Para analisar esta dinâmica, a confluência teórica entre a noção de círculos de cooperação de Santos e a abordagem das proximidades de Boschma oferece um instrumental analítico interessante. Juntas, estas perspectivas iluminam como a coordenação econômica local é um fenômeno profundamente geográfico, moldado não apenas pela distância física, mas por uma complexa interação de fatores relacionais, institucionais e cognitivos.

Os círculos de cooperação, para Santos, são esferas de ação solidária que se formam a partir de um núcleo comum de interesses, permitindo que agentes do circuito inferior superem suas limitações individuais por meio da ação coletiva. Estes círculos não são abstratos; eles se materializam no espaço concreto por meio de associações comunitárias, cooperativas, grupos de mulheres produtoras e feiras locais, entre tantos outros. Eles funcionam como mecanismos de defesa contra as assimetrias de poder do circuito superior, criando uma escala de operação que viabiliza o acesso a mercados, a negociação de preços mais justos e a aquisição de insumos. A formação e a robustez destes círculos, no entanto, não são automáticas. É neste aspecto que as proximidades de Boschma (2005) oferece uma compreensão essencial para decifrar seus pontos exitosos, dificuldades e fracassos

A proximidade geográfica – a simples co-presença no território – é o ponto de partida na análise, mas longe de ser suficiente. A aglomeração de agricultores familiares camponeses em um projeto de assentamento ou em uma comunidade ribeirinha facilita o contato face a face e reduz os custos de transporte devido a cooperação. No entanto, a proximidade física pode também gerar conflitos por recursos ou rivalidades ligadas ao monopólio, demonstrando que a distância espacial é uma condição necessária, mas não suficiente.

A efetiva ação coletiva demanda proximidade organizacional, isto é, ao compartilhamento de estruturas comuns de relacionamento, como pertencer à mesma associação ou cooperativa, que possuem regras, rotinas e hierarquias

internalizadas. É esta proximidade que transforma um grupo de agricultores vizinhos (proximidade geográfica) em um corpo decisório capaz de agir concretamente, planejar a produção, organizar a logística de comercialização, escoamento e administrar algum tipo de fundo coletivo. A força das organizações da agricultura familiar na Amazônia é um indicador direto da robustez de sua proximidade organizacional, como em cadeias curtas e redes agroalimentares (GAZOLLA, SCHNEIDER, 2017).

Para que a cooperação seja duradoura e inovadora, são cruciais a proximidade social e a proximidade cognitiva. A primeira diz respeito aos laços de confiança, às normas compartilhadas e ao capital social acumulado entre os membros da rede. É o tecido relacional que lubrifica as interações e reduz a necessidade de contratos formais complexos. A segunda, a proximidade cognitiva, refere-se a uma base compartilhada de conhecimentos, habilidades e interpretações do mundo. Na agricultura camponesa, isso se manifesta no compartilhamento de um *habitus* produtivo comum – um entendimento tácito a respeito das técnicas de manejo do solo, o ciclo das águas, o comportamento das culturas e a lógica do extrativismo na economia familiar. Esta base cognitiva comum, entretanto, não pode ser rígida; deve permitir a absorção de novos saberes, como, por exemplo, as técnicas agroecológicas promovidas pela assistência técnica, criando uma “proximidade cognitiva” dinâmica.

A interação destas dimensões define a geografia dos arranjos locais das articulações e estruturas territoriais. Uma feira livre municipal bem-sucedida, por exemplo, é o resultado de: a) proximidade geográfica dos feirantes em um ponto da cidade; b) proximidade organizacional garantida pela associação que gerencia a feira e suas normas; c) proximidade social baseada na confiança entre os feirantes e entre estes e seus clientes fiéis; e d) proximidade cognitiva manifesta no entendimento compartilhado quanto a qualidade desejada dos produtos e nas narrativas comuns a respeito da origem e os benefícios dos alimentos, em cada proximidade atuam transversalmente diversos sujeitos socioeconômicos.

Os desafios são imensos, como a baixa infraestrutura de equipamentos públicos da Amazônia e o preço das grandes distâncias entre comunidades que pressionam negativamente a proximidade geográfica. A fragilidade institucional de muitas associações compromete a proximidade organizacional. Por fim, a

pressão do circuito superior, com seu pacote tecnológico padronizado (sementes transgênicas, agrotóxicos), busca ativamente criar uma ruptura na proximidade cognitiva camponesa, substituindo saberes locais por uma lógica produtivista externa. Fortalecer os círculos de cooperação na região, portanto, implica em políticas públicas e ações coletivas que atuem simultaneamente nestas múltiplas dimensões de proximidade, fomentando não apenas a aglomeração, mas a construção de vínculos de confiança, o fortalecimento organizacional e a valorização de uma base cognitiva comum, porém aberta à inovação contextualizada.

O Campo Social Camponês na Amazônia: Luta por Reconhecimento e Capital Simbólico

Para compreender as estratégias de reprodução e resistência da agricultura familiar camponesa na Amazônia, um dos pontos básicos é analisá-la por meio da teoria dos campos sociais de Bourdieu (1989). Nesta perspectiva, a produção agrícola na região não se resume a uma atividade econômica, mas configura um campo social relativamente autônomo, um espaço de jogo, de relações sociais e luta onde diferentes agentes (agricultores familiares, assentados, extrativistas, ribeirinhos, suas associações e cooperativas) competem pelos tipos de capital que lhes conferem legitimidade e poder dentro desses microcosmos. A especificidade deste campo camponês amazônico reside no fato de que sua disputa central transcende a mera acumulação de capital; é uma árdua batalha pela conversão de práticas e produtos em capital simbólico, um reconhecimento social que confere valor e distinção no mercado mais amplo.

Neste campo, os agentes possuem e disputam diferentes formas de capital. O capital econômico é óbvio: a terra (muitas vezes precariamente titulada), os equipamentos, a produção e o lucro financeiro. O capital cultural é corporificado nos saberes tradicionais de uso da floresta e rios, no conhecimento das espécies e de seus usos, e é institucionalizado por meio de certificações sociais ou mesmo da escolaridade formal. O capital social reside nas redes de parentesco, de compadrio e nos círculos de cooperação em suas dinâmicas relações. A luta pelo capital simbólico – a forma percebida como legítima e geradora de prestígio desses outros capitais – que define a dinâmica contemporânea do campo das relações e ações no cotidiano.

A conversão em capital simbólico ocorre quando atributos específicos da produção camponesa são socialmente reconhecidos como valiosos, permitindo que seus detentores imponham o valor de seus produtos no mercado. Este processo é uma luta de classificação, um embate narrativo para definir o que é “bom”, “saudável”, “autêntico” ou “ético”. O circuito superior do agronegócio opera com um capital simbólico baseado na eficiência, na escala, na padronização e na produtividade, valores hegemônicos no campo econômico global. Em oposição, o circuito inferior camponês que busca construir e assegurar um capital simbólico alternativo, ancorado em alguns atributos tais como:

- “Local” e “Tradicional”: A origem comunitária e a conexão com um território específico e a uma história cultural.
- “Livre de Agrotóxicos” e “Agroecológico”: A qualidade sanitária, o saudável e os benefícios ambientais dos sistemas de produção agrofamiliares.
- “Biodiverso” e “Sabor Autêntico”: A diversidade de espécies cultivadas e extrativas e as qualidades sensoriais superiores.
- “Justo” e “Solidário”: A valorização do trabalho familiar e das relações comerciais equitativas.

Este capital simbólico não emerge espontaneamente; ele é construído historicamente por meio de um trabalho contínuo de institucionalização (BOURDIEU, 1989). As feiras da agricultura familiar, os rótulos de identificação da origem (Indicações Geográficas), as certificações participativas (como por exemplo os Sistemas de Garantia Participativa - SGPs) e as argumentações veiculadas por movimentos sociais e pela mídia especializada são todos instrumentos que objetivam consagrar este novo sistema de valor. Eles atuam como “títulos de nobreza” que certificam e autenticam o capital simbólico, permitindo que um, por exemplo, o cupuaçu ou uma farinha de mandioca sejam vendidos não como “*commodities*”, mas como portadores de uma história social e cultural, de qualidades únicas, justificando, assim, um preço diferenciado.

No entanto, este campo é um espaço de luta interna e externa. Internamente, há conflitos pela definição da autenticidade: quem pode se dizer

verdadeiramente “agroecológico”? Quem detém a autoridade para conceder o reconhecimento? Externamente, a luta é contra a imposição do *habitus* do circuito superior. O circuito articulador do agronegócio envolve um tipo de violência simbólica, buscando desqualificar os valores camponeses, rotulando-os como “atrasados”, “ineficientes” ou “um obstáculo ao progresso”, tentando assim invalidar seu capital simbólico.

Em autores fundamentais do contexto da agricultura familiar como Hébette (1991), podemos acrescentar que a luta por capital simbólico é, na Amazônia, uma luta pela soberania narrativa explicativa. É a capacidade das comunidades de contarem sua própria história, de definirem o valor de seu modo de vida e de seus produtos, resistindo às narrativas homogeneizantes que veem a floresta apenas como um estoque de recursos a serem explorados ou um vazio (social e econômico) a ser ocupado ou preenchido. O sucesso de arranjos produtivos como os da polpa de açaí de base comunitária ou do guaraná nativo dos Sateré-Mawé, no Amazonas, é indissociável da bem-sucedida conversão de seu capital cultural (o saber fazer) em capital simbólico (um produto cobiçado e valorizado), que, por fim, se realiza, como concretude no mundo, como capital econômico. Neste jogo de capitais, reside uma das principais estratégias de resistência e reprodução social da agricultura familiar camponesa e indígena na região.

Territorialidades e Resistências: A Contribuição de Hébette

A análise integrada dos circuitos espaciais, redes, proximidades e capitais atinge seu ápice e sua concretude histórica quando ancorada na contribuição fundamental dos pensadores como Jean Hébette (1981). Suas obras, embora não tão recentes, oferecem categorias analíticas de poderosa atualidade para decifrar a geografia humana sofrida da região, fornecendo uma base ontológica sobre a qual os conceitos dos demais autores se materializam. Eles nos permitem entender que os conflitos descritos não são meramente setoriais ou econômicos, mas são, antes de tudo, conflitos de territorialidade, onde o espaço geográfico é simultaneamente o contexto e a razão de ser das reivindicações e lutas sociais. E parte da abordagem de Hébette (1997) vem da importância dos STRs (Sindicato de Trabalhadores Rurais) existentes em vários municípios do sudeste paraense, polarizados pela cidade de Marabá, tanto que foi o condutor

do Centro Agroambiental do Tocantins (CAT), a resistência pelos sindicatos de trabalhadores rurais e suas delegacias sindicais.

A noção de complexo geográfico, é particularmente elucidativa, para COSTA (2004), a Amazônia não é um espaço homogêneo, mas um mosaico de “complexos geográficos” – unidades espaciais concretas formadas pela interação singular entre o meio natural e os grupos sociais que o metamorfoseiam e o transformam ao longo do tempo. Um projeto de assentamento da reforma agrária, uma comunidade ribeirinha, um território indígena, uma área de exploração madeireira: cada um constitui um complexo geográfico distinto, com sua própria lógica interna de organização, uso dos recursos e relações sociais (COSTA, 2004). A agricultura familiar camponesa, portanto, não está simplesmente “na” Amazônia; ela gera e é gerada por complexos geográficos camponeses, espaços onde prevalecem os modos de vida, os sistemas produtivos e os círculos de cooperação próprios do circuito inferior.

É precisamente a integridade e a reprodução destes complexos que estão sob constante ameaça. É aqui que a contribuição de Jean Hébette se mostra indispensável. Seu trabalho pioneiro nos anos 1970 e 1980, documentou e teorizou o processo de formação dos territórios de resistência. Hébette analisou como a construção de grandes projetos de infraestrutura (como a hidroelétrica de Tucuruí) e a expansão da fronteira agropecuária desestruturavam violentamente os complexos geográficos existentes, expulsando povos, inundando terras férteis e destruindo modos de vida. Diante desta ofensiva do capital (o circuito superior), os povos tradicionais e camponeses não conseguiram reagir ao processo decisório, mas sim ao processo e concretização. Houve um processo de reorganização espacial e politicamente, criando algo novo, os territórios de resistência – espacialidades reconfiguradas onde buscavam reconstruir sua vida material e social, muitas vezes em condições adversas e de conflito permanente (HÉBETTE, 2004).

A noção de “resistência” em Hébette não é passiva; é um processo ativo de reconquistar a terra de trabalho. As ocupações de terra que deram origem a muitos dos assentamentos rurais, a luta pela titulação de territórios quilombolas, a organização de cooperativas em áreas de fronteira: todas são exemplos contemporâneos da contínua formação de territórios de resistência pelo trabalho, a gênese dos sindicatos de trabalhadores rurais. Estes territórios

são a expressão espacial concreta da luta pelo capital simbólico (Bourdieu), são a materialização dos círculos de cooperação (Santos) mais robustos, e são as redes sociotécnicas (Latour) em sua máxima expressão de resiliência política.

Integrar Hébette ao modelo teórico proposto significa, portanto, territorializar a análise sob o aspecto metodológico. Significa entender que:

1. O circuito inferior se espacializa em complexos geográficos camponeses;
2. O conflito com o circuito superior é uma disputa pela hegemonia sobre estes complexos, que são vistos pelo agronegócio como "áreas disponíveis" e baratas para sua expansão;
3. A ação coletiva (proximidades e círculos de cooperação) é o mecanismo pelo qual estes complexos se defendem e se reinventam, gerando territórios de resistência;
4. A construção de capital simbólico é uma estratégia crucial para legitimar a existência e a integridade destes territórios perante o Estado e a sociedade mais ampla, conferindo-lhes um escudo de visibilidade e valor que dificultam a sua violação.

Desta forma, a agricultura familiar camponesa na Amazônia contemporânea pode ser lida como um vasto e pulsante arquipélago de territórios de resistência. São espaços onde a lógica da verticalidade e do lugar tenta, a cada dia, manter à distância a lógica homogeneizante da horizontalidade do capital. A contribuição de Hébette é a de nos lembrar que o chão da Amazônia é um palimpsesto de territorialidades em luta, e que o futuro da região dependerá, em grande medida, da capacidade de resiliência e da força política destes complexos geográficos forjados na resistência pelo trabalho produzindo alimentos.

Na abordagem do processo de resistência e reprodução do campesinato na Amazônia, temos a Cesta de Bens e Serviços Territoriais de Bernard Pecqueur (2005a; 2005b), que é crucial para a agricultura familiar camponesa na Amazônia, pois transcende a mera produção de *commodities* ao valorizar as especificidades locais e a riqueza socioambiental. Ao invés de focar apenas no produto final, a cesta engloba a diversidade de saberes, tradições, recursos

naturais e culturais que os agricultores familiares e ribeirinhos acumulam. Isso permite que, na Amazônia, o guaraná, o açaí e a castanha-do-pará não sejam apenas bens, mas representem serviços ecossistêmicos, governança territorial e conservação da biodiversidade. Desse modo, a teoria oferece um arcabouço para fortalecer a economia de base, criando valor agregado que beneficia as comunidades e promove um desenvolvimento socialmente justo com preservação da natureza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reinvenção permanente da agricultura familiar camponesa na Amazônia contemporânea.

A jornada analítica empreendida neste capítulo, ao percorrer as trilhas abertas por Milton Santos, Bruno Latour, Ron Boschma, Pierre Bourdieu e Jean Hébert, permitiu desvendar a teia dinâmica que constitui as cadeias produtivas da agricultura familiar camponesa na Amazônia. Longe de ser um resíduo arcaico ou um setor econômico marginal, este sistema social de produção revela-se como um fenômeno socioespacial total, um ponto de convergência onde se articulam forças econômicas, ecológicas, tecnológicas, simbólicas e políticas que definem os destinos significativos da região. A conclusão que se impõe é que a agricultura camponesa persiste e se reinventa com uso de um conjunto de estratégias multidimensionais de gestão de redes e de construção de lugar, operando em constante tensão dialética com as forças globais que buscam expropriar ou mesmo extinguir sua existência.

A análise partiu da macroestrutura delineada por Santos. A constatação inicial da dualidade dos circuitos espaciais produtivos estabeleceu o pano de fundo essencial de antagonismo. O circuito superior, com sua lógica de horizontalidade, homogeneização e comando extraterritorial, exerce uma pressão constante, não apenas competitiva no mercado, mas física sobre o território e simbólica sobre as formas de vida. Ele é a força que busca impor um espaço liso, fluido para seus fluxos, mas rugoso e fragmentado para as comunidades que nele residem. Em oposição, o circuito inferior camponês emerge como uma força da verticalidade, do apego ao lugar concreto, com sua ecologia específica, sua economicidade própria, seus saberes acumulados e suas relações sociais

face a face. Esta oposição não é estática; é um conflito ativo pelo controle do espaço, onde a interdependência perversa e a subordinação articulada mostram a sofisticada capacidade do circuito superior de cooptar e subjugar, sem necessariamente eliminar.

Foi necessário, então, mergulhar na microescala das práticas cotidianas para entender os mecanismos dessa resistência. A Teoria Ator-Rede de Latour forneceu a lente para enxergar a produção camponesa não como um empreendimento humano centrado, mas como um coletivo sociotécnico. Esta perspectiva desloca a análise do agricultor isolado para a rede híbrida que ele gerencia: uma assembleia de actantes humanos (familiares, técnicos, parceiros) e não-humanos (sementes camponesas, solos, polinizadores, regulamentos, aplicativos de celular). A resiliência deste modo de produção está na robustez dessas redes, na sua capacidade de recrutar, traduzir e manter alinhados interesses diversos, respondendo com plasticidade aos desafios impostos pelo meio e pelo mercado. A robustez de um Sistema Agroflorestal (SAF), portanto, não está apenas na diversidade biológica, mas na diversidade de actantes e nas alianças que o constituem, tornando-o um parlamento de vozes ecológicas e sociais.

A pergunta subsequente: como esses coletivos se coordenam? A resposta veio da conjunção entre os círculos de cooperação de Santos e as proximidades de Boschma. Eles demonstram que a ação coletiva bem-sucedida é um fenômeno geograficamente situado e multidimensional. A simples proximidade geográfica (vizinhança) é apenas o ponto de partida. A eficácia da cooperação – seja em uma associação, uma cooperativa ou uma feira livre – depende da construção simultânea de proximidade organizacional (regras e estruturas comuns), proximidade social (confiança e capital social) e proximidade cognitiva (um *habitus* produtivo compartilhado, um entendimento comum sobre a qualidade e o valor). Estes são os pilares que sustentam os arranjos locais, permitindo que o circuito inferior ganhe escala, compartilhe riscos e construa canais alternativos de comercialização, mitigando assim sua subordinação ao circuito superior.

Todavia, a cooperação econômica e a eficiência técnica não bastam em um mercado onde o valor é socialmente construído. A intrincada teia de Bourdieu iluminou a batalha crucial travada no plano simbólico. O campo social camponês é um espaço onde se disputa, acima de tudo, o reconhecimento e a legitimidade. A luta pela conversão do capital cultural (saberes tradicionais)

e do capital econômico (produtos) em capital simbólico é a estratégia mestra para escapar da condição de mera *commodity* anônima e barata, desprovida de sujeitos sociais. Atributos como "local", "agroecológico", "tradicional" e "justo" não são meros adjetivos de *marketing*; são armas em uma luta de classificação para impor um novo sistema de valor que contrapõe a qualidade à quantidade, a diversidade à padronização, o lugar ao fluxo de desenraizamento. Certificações, feiras, rótulos de origem e narrativas são os instrumentos que objetivam consagrar este valor, conferindo poder de barganha e um escudo de visibilidade aos produtos e, por extensão, aos modos de vida que os produzem.

A contribuição de Hébette forneceu uma âncora socioterritorial definitiva para toda esta construção teórica. Eles nos ensinaram que os conceitos abstratos ganham materialidade em complexos geográficos específicos – unidades espaciais singulares moldadas pela interação histórica entre sociedade e natureza. A agricultura familiar, então, é a força geradora e mantenedora de complexos geográficos camponeses. O conflito com o circuito superior é, em sua essência, um conflito pela hegemonia sobre estes complexos. A ofensiva do capital é uma tentativa de desintegrá-los para recompor o espaço *ad hoc* a sua própria lógica. A resistência camponesa, por sua vez, é um processo ativo de reconquista, da contínua formação de territórios de resistência – como assentamentos, territórios quilombolas e áreas de uso comunitário – onde se busca reconstruir e defender a integridade de um determinado modo de vida.

Em síntese, portanto, temos que a agricultura familiar camponesa na Amazônia opera em três frentes simultâneas e interligadas:

1. A Frente Material-Econômica: Gerenciando redes sociotécnicas complexas e construindo círculos de cooperação baseados em múltiplas proximidades para garantir a produção e a comercialização.
2. A Frente Simbólica: Travando uma batalha narrativa pela conversão de suas práticas e produtos em capital simbólico legítimo, criando valor e reconhecimento no mercado mais amplo.
3. A Frente Territorial: Defendendo e reinventando materialmente os complexos geográficos que habitam, transformando-os em territórios de resistência capazes de fazer frente à expansão homogeneizante do circuito superior.

A persistência destes modos de vida não é um vestígio do passado, como certos argumentos do circuito superior defendem, mas um projeto de futuro profundamente atual. Ele é portador de uma racionalidade ecológica e socioeconômica indispensável para a região, baseada na diversidade produtiva, no uso adaptativo dos recursos e na manutenção de tecidos sociais conectados. Seu fortalecimento exige políticas públicas, principalmente em infraestruturas, que reconheçam e fortaleçam esta multidimensionalidade. Isso significa investir não apenas em crédito ou técnica, mas em:

- Infraestrutura de Conectividade e Mediação: Ampliar o acesso as tecnologias de comunicação que fortaleçam as redes e as proximidades.
- Instrumentos de Consagração Simbólica: Apoiar processos de certificação participativa, valoração de indicações geográficas e de *marketing* territorial.
- Garantia Definitiva do Território: Acelerar a titulação de terras e o reconhecimento de territórios tradicionais, proporcionando uma base material estável para o florescimento e desenvolvimento das redes e dos capitais.
- Fortalecimento Organizacional: Apoiar a construção de proximidades organizacionais robustas, capacitando associações e cooperativas para uma gestão autônoma e eficaz.

O destino da Amazônia não será escrito apenas pela lógica do capital global. Será também, e decisivamente, moldado pela capacidade de resiliência e reinvenção destes complexos geográficos camponeses. Eles são a prova viva de que outro projeto de região é possível – um projeto que enxerga a floresta não como um obstáculo ao progresso, mas como a base de uma civilização do lugar, diversa, inclusiva e capaz de harmonizar a produção material com a reprodução social e ecológica justas. A agricultura familiar camponesa, em sua luta cotidiana como processo histórico, é uma das portadoras deste futuro possível.

REFERÊNCIAS

- BOSCHMA, R. Proximity and Innovation: A Critical Assessment. *Regional Studies*, v. 39, n. 1, p. 61-74. 2005.
- BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1989.
- COSTA, R. C. A mercadoria como evidência de múltiplos circuitos espaciais produtivos. *In*: Reinaldo Corrêa Costa (org.) Circuitos, Cadeias de Produção e a Natureza. Manaus: Ed INPA 2019.
- COSTA, R. C. Cadeias produtivas, biodiversidade e campesinato no Amazonas. *In*: COSTA, R. NUNEZ, C. V. (org.). Cadeias produtivas e seus ambientes. Manaus Ed. INPA 2017.
- COSTA, R. C. Xingu-Transamazônica: Linha de Quedas, Territorialidades e Conflitos. Tese (doutorado) Geografia FFLCH/USP. 2004.
- GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. (org). Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.
- HÉBETTE, Jean. O Cerco está se fechando. Belém. Ed. NAEA. 1991.
- HEBETTE, Jean. O Sindicalismo dos Trabalhadores Rurais na Micro-Região de Marabá. Março, 1997. (Mimeo).
- LATOUR, Bruno. Reagregando o Social: uma introdução à teoria ator-rede. Salvador: Edufba; Bauru: Edusc. 2012.
- PECQUEUR, B. O desenvolvimento territorial: Uma nova abordagem para os processos de desenvolvimento para os países do Sul. *Raíces*, n, 24, p.1-2, 10-22, 2005a.
- PECQUEUR, B. Le développement territorial: une nouvelle approche des processus de développement pour les économies du Sud. *In*: ANTHEAUME, B.; GIRAU T, F. (Ed.). Le territoire est mort: vive les territoires!: une refabrication au nom du développement. Paris: IRD, p. 295-316, 2005b.
- SANTOS, Milton. Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico científico e informacional. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.
- SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

ANDIROBA: CADEIAS, CIRCUITOS, FIXOS E O OCIOSO

Bárbara Evelyn da Silva Ferreira

Reinaldo Corrêa Costa

RESUMO

O circuito espacial da andiroba no estado do Amazonas tem diferentes capacidades e potencialidades territoriais, há um com junto de estruturas, seu funcionamento é marcado pela potencialidade. A andiroba é uma das espécies mais utilizadas no estado, tanto pelos empresários quanto pela sociedade em geral, principalmente como fármacos e cosméticos. Este capítulo tem como objetivo principal analisar alguns aspectos do circuito espacial produtivo da andiroba. Ao abordar suas estruturas (sociais, econômicas, naturais, entre outras) de espacialização, se identifica que, entre outros, há uma capacidade ociosa. Este mercado tem uma precariedade de capital fixo no território usado, sendo isto, uma fragilidade para a gestão do mercado da biodiversidade vegetal existente no estado. As informações foram coletadas por meio de trabalhos de campos, que se iniciaram em Manaus, pois a capital do estado polariza o mercado, além de pesquisa em documentos e bibliografia pertinente. Com isso, obtivemos informações que ajudaram a identificar, analisar e fazer proposições para compreender este circuito espacial produtivo e sua potencialidade no Amazonas, assim como especificar e examinar as ações territoriais neste setor do mercado, seja na escala da agricultura familiar ou no uso industrial.

Palavras-chave: Circuito espacial produtivo; andiroba; capacidade ociosa.

INTRODUÇÃO

Nossa abordagem é a partir do circuito espacial produtivo (SANTOS: 2006). Isto envolve um espaço natural com seus sistemas naturais ativos que produzem e são capazes de ter andiroba como elemento natural ou cultivado, uma vez sendo trabalhada na forma de extrativismo ou cultivo já pertence ao contexto socioeconômico, ao ser comercializada, entra no cenário do comércio, da economia, e sendo agregada aos processos fabris ou industriais é inserida em circuitos e economicidades mais amplos, com a presença de específicos setores das ciências, da política e da economia, isto é, com uma espacialidade específica do uso do território, é inserida, objetivada ao contexto biotecnológico.

Um dos fundamentos para utilizarmos o circuito espacial produtivo é o movimento entre os lugares e processos, que ocorrem na circulação, aquilo que irriga e nutre os espaços geográficos, e na conexão entre diversos lugares as suas bases, os alicerces das pontes. Tais bases permitem identificar e analisar as diferentes escalas dos fluxos existentes. Em nossa abordagem de relação sociedade e natureza, mediada pelas técnicas e tecnologias, com cadeias produtivas e formas de gestão e uso do território, incluindo a base social (políticas públicas, comércio, sociedade entre outros, como o discurso de desenvolvimento e preservação do meio ambiente), é pertinente utilizarmos a abordagem do circuito espacial produtivo.

A abordagem com o uso do circuito espacial produtivo e os círculos de cooperação deve identificar qual as ações e impactos das redes de circulação (mercadorias, serviços, pessoas, informações, entre outras) nas diferentes escalas de densidade e distribuição espacial das atividades que compõem um circuito espacial produtivo, inclusive as saltitárias e secundárias ao produto principal, atividades que atuam na estruturação, na circulação, consolidação e valorização dos lugares, de produtos, serviços e pessoas e profissões, compondo empresas e sua mão-de-obra.

Os diversos lugares envolvidos dão a dinâmica geográfica ao processo, visto que identifica os limites, as atuações das pessoas, instituições, informações, bens, estruturas entre outros estão localizados e quais suas funções, quais seus papéis no processo âncora, principalmente na cadeia produtiva em si, isto é, na produção, distribuição, circulação e consumo dos produtos biotecnológicos.

Pelas estruturas e ações existentes podemos identificar aspectos desse ramo biotecnológico e com isso as funções pertinentes, os processos utilizados na constituição e uso do território polarizado por Manaus.

Em síntese, as diferentes formas de uso do território são empregadas por diferentes atividades, que tem seus "donos", dominialidades, comumente identificadas nas empresas e no Estado ou poderes públicos (municipais ou estaduais). Os chamados sistemas de engenharia são utilizados em diferentes funções, escalas e sazonalidades das cadeias produtivas e por diferentes mercadorias, sejam estradas, redes de comunicação entre outros, as vezes de forma integrada, outras de forma seletiva, visto que as mercadorias são diferentes, assim como os seus agentes, proprietários ou indutores, sejam empresas, conglomerados o Estado entre outros, por isso a escala de ação, o espaço total é diferente, seja em ordem de grandeza (política ou econômica) ou em densidade, o que se relaciona com estar mais próximo ou não dos centros decisórios de poder e mercado. Cada agente, indutor usa o território conforme a concretude de suas potencialidades, conforme sua capacidade, capilaridade e força (econômica, política social entre outras).

Com essa assembleia ou mosaico de ações integradas, são criados os circuitos espaciais produtivos e os círculos de cooperação, no objetivo de ter uma gerir as cadeias produtivas e controlar as ações de mercado como, circulação de mercadorias, salários, preços entre outros. A origem e destino (OD), isto é, de onde vem e para onde vão, portanto, sua circulação definem os circuitos espaciais produtivos, é a materialidade em movimento entre os lugares.

CIRCUITO ESPACIAL PRODUTIVO

O circuito espacial produtivo de base agro tem ampla distribuição espacial, isso envolve o espaço urbano, pois este é um dos dinamizadores do processo produtivo e da mercadoria. Nesse contexto o circuito espacial produtivo envolve uma ligação, uma conexão básica entre os setores primário (produção agrícola), secundário (indústrias e biotecnologia) e terciário (comercialização), entre cada um deles existe a circulação, o transporte.

O circuito espacial produtivo do agronegócio em alguns casos envolve questões de ordem ambiental e social, assim como a inovação e sua necessidade

de gestão. Os exemplos de desmatamentos, poluição, expulsão de povos tradicionais, assim como baixos salários, concentração fundiária, embates em torno da reforma agrária e da preservação ambiental são temas atuais ligados ao agronegócio. Também há uma parte do agronegócio ligado aos produtos da floresta ou produtos da biodiversidade e com conexões com a agricultura familiar camponesa e pequenos e médios empresários. O chamado agronegócio, em seu circuito espacial produtivo é muito diverso e amplo e também contraditório.

Por isso identificamos o agronegócio em diferentes escalas de economicidade mercado, que pertence a um contexto socioespacial das cadeias produtivas rurais, agrárias, com isso temos as estruturas (sociotécnicas, socioeconômicas, entre outras). Isso envolve outras cadeias produtivas como a de agrotóxicos e fertilizantes, máquinas e motores, a industrialização de seus produtos e a criação de políticas públicas específicas para tais cadeias produtivas.

As atividades que envolvem o agronegócio de uma maneira geral têm um conjunto de relações produtivas, tecnológicas e mercadológicas, que são dinâmicas e fazem parte de um sistema, que se organiza como uma totalidade e que fazem parte de um sistema maior (CALLADO, 2008). Segundo Callado (2008) o agronegócio é composto pelo setor primário (agricultura-pecuária-extrativismo) e é diversificado, moderno e complexo.

As áreas que compõem o agronegócio têm sido estudadas por vários prismas, no qual Callado (2008) destaca três: o sistema agroindustrial – todo conjunto de atividades que concorrem para a produção de insumos até a obtenção do produto final; o complexo agroindustrial – arranjo produtivo a partir de uma determinada matéria-prima; e a cadeia de produção agroindustrial – possui um produto como referência e identifica os encadeamentos entre as operações técnicas, comerciais e logísticas.

Além destas, destacamos também as análises a partir dos conceitos de cadeia produtiva, cadeia de valor, cadeia de suprimentos, circuito espacial produtivo, entre outras denominações para estes estudos. Visto que analisar somente por um viés, geralmente o empresarial, torna o estudo fragilizado, enviesado e não permite abordar o espaço total de sua existência na sociedade.

Em nossos estudos utilizamos como base teórico metodológica o circuito espacial produtivo conforme Santos (1996), pois estes permitem analisar em maior escala os encadeamentos que envolvem um produto para chegar ao mercado,

a busca da totalidade, do espaço total da existência na sociedade. As etapas de produção, distribuição, circulação e consumo não são somente etapas de fabricação e comércio do produto, nelas estão envolvidos processos econômicos, sociais, políticos, culturais, ambientais que moldam e são moldados pelo mercado, além de questões de transporte e marketing. Para Santos (1996, p.128) o circuito espacial produtivo é:

Como a localização das diversas etapas do processo produtivo (produção propriamente dita, circulação, distribuição, consumo) pode doravante ser dissociada e autônoma, aumentam as necessidades de complementação entre lugares, gerando circuitos produtivos e fluxos cuja natureza, direção, intensidade e força variam segundo os produtos, segundo as formas produtivas, segundo a organização do espaço preexistente e os impulsos políticos. (SANTOS 1996, p.128).

Quanto ao uso do território, Santos (1996, p.128):

O uso do território não é o mesmo para as diversas firmas. Os mesmos sistemas de engenharia são utilizados diferentemente e seletivamente. Na medida em que a força de mercado não é a mesma, a dimensão espacial de cada firma não é idêntica, variando com a capacidade de cada qual para transformar as massas produzidas em fluxos. Cada firma usa o território segundo sua força. Criam-se, desse modo, circuitos produtivos e círculos de cooperação, como forma de regular o processo produtivo e assegurar a realização do capital. (SANTOS 1996, p.128).

Relacionado aos circuitos de cooperação, Santos (1996, p. 128):

Os circuitos produtivos são definidos pela circulação de produtos, isto é, de matéria. Os circuitos de cooperação associam a esses fluxos de matéria outros fluxos não obrigatoriamente materiais: capital, informação, mensagens, ordens. As cidades são definidas como pontos nodais, onde estes círculos de valor desigual se encontram e superpõem. (1996, p. 128).

Nesse sentido os conceitos de circuitos espaciais produtivos e de circuitos de cooperação formam uma combinação analítica, aqui somadas ao uso do território; isso implica que com os circuitos espaciais produtivos podemos identificar o a contextualização e conjuntura dos lugares, o seu papel na funcionalidade,

em contexto histórico, em determinadas escala de ligação, de conexão com o processo produtivo pertencente a estrutura nacional e internacional, mas sob a atmosfera do nacional, a compreensão do espaço total, da totalidade. As relações sociais de produção (antigas, atuais e novas), a produção e valor e preço, políticas (econômica e setoriais), entre tantas outras pertencentes ao processo produtivo são observadas em diferentes graus de proximidade.

O estudo dos circuitos de produtos da andiroba nos mostra que são muitos fatores envolvidos. Primeiro que o circuito produtivo da andiroba está inserido em algo maior que é o uso da biodiversidade. Segundo, tem dois principais circuitos que envolvem a andiroba, que é o de cosmético e o farmacêutico, que possuem dinâmicas e escalas (sociais e econômicas) diferentes.

A ideia de utilizar o conceito circuito espacial produtivo neste trabalho vem baseado na ideia de cadeia produtiva. Os conceitos são semelhantes, e optamos por utilizar o circuito espacial produtivo devido a este destacar a questão da espacialidade, ou seja, tudo acontece num espaço geográfico específico, as ações são dinâmicas e percorrem o espaço do mercado da biodiversidade vegetal, onde a uso comercial da andiroba está inserido.

A cadeia produtiva:

Tem por objetivo permitir ou facilitar a visualização, de forma integral, das diversas etapas e agentes envolvidos na produção, distribuição, comercialização (atacado e varejo), serviços de apoio (assistência técnica, crédito, etc.) e consumo de uma determinada mercadoria, de forma a: 1) permitir uma visão sistêmica, ao invés de fragmentada, das diversas etapas pelas quais passa um produto, antes de alcançar o consumidor final; 2) identificar “gargalos” que comprometam a integração dos diversos segmentos, garantindo ou promovendo a competitividade. (CASTILLO; FREDERICO, 2010, p. 466).

Ainda nos mesmos autores:

Uma abordagem bastante difundida das cadeias produtivas a partir de arranjos empresariais é conhecida como *filière*. Trata-se da “sucessão de operações de transformação sobre bens e produtos, dissociáveis e separáveis, as quais são ligadas entre si por encadeamentos tecnológicos”, através de “relações comerciais e financeiras, que regulam as trocas que ocorrem nos

diferentes estágios de transformação dos produtos” (TALAMINI; PEDROZO, 2004, p.3). Nessa aproximação, a análise se dá de jusante (mercado) a montante (produtos primários), visando medir a competitividade empresarial e setorial, considerando fatores internos e externos (Mercados intermediários, diferenças regionais e culturais relacionadas ao ambiente e à força de trabalho entre outros) às empresas e aos aglomerados de empresas. (CASTILLO; FREDERICO, 2010, p. 467).

A Filière é o “conjunto dos estágios de fabricação que intervêm sucessivamente ou simultaneamente na elaboração de um produto”¹. (LAMARLIÈRE; STASZAK, 2000, p. 360) (tradução livre). E também:

Conjunto dos estágios sucessivos de elaboração e fabricação de um produto: como se diz <cadeia produtiva da madeira>, a cadeia produtiva eletrônica, a cadeia produtiva de automóvel, mesmo se não for uma linguagem muito comum. A cadeia produtiva se opõe a um ramo centrado do produto, ela muitas vezes implica vários ramos: a <cadeia produtiva da madeira> envolve pesquisa, química, móveis, artigos de papelaria, distribuição². (BRUNET Ett. All., 1993, p. 216).

Diante disto, entendemos que a cadeia produtiva baseada no conceito de *Filière* nos remete a ideia de analisar as etapas que o produto passa, já o circuito espacial nos leva a uma análise mais completa, a totalidade, como as questões de lugar e localização e os agentes que fazem parte de todo o processo produtivo do produto final, como isso se organiza espacialmente e os impactos que ficam no espaço, sejam estes positivos ou negativos. Conforme Billacrés temos:

Ao Circuito Espacial de Produção, acrescenta-se o fato de observar vários itens, conforme Santos (1995): a) Matéria- prima: local de origem, forma de seu transporte, tipo de veículo transportador e etc.; b) Mão-de-obra: qualificação, origem, variação das necessidades nos

¹ Ensemble des stades de fabrication qui interviennent successivement ou simultanément dans l'élaboration d'un produit (LAMARLIÈRE; STASZAK, 2000, p. 360).

² Ensemble des stades successifs d'élaboration et de fabrication d'un produit: on dit couramment la <filière bois>, la fili`re électronique, la filière automobile, même si cela n'est pas d'une langue très soutenue. La filière s'oppose à la branche en ce que, centrée sur le produit, elle met souvent en jeu plusieurs branches: la <filière bois> implique de la recherche, de la chimie, de l'ameublement, de la papeterie, de la distribution. (BRUNET Ett. All., 1993, p. 216).

diferentes momentos da produção e etc.; c) estocagem: quantidade e qualidade dos armazéns, proximidade da indústria, relação entre estocagem e produção; d) Transportes: qualidade, quantidade e diversidade das vias de transporte e etc.; e) comercialização: existência ou não de monopólio de compra, formas de pagamento taxação de impostos e etc.; f) consumo: quem consome, onde, tipo de consumo, se produtivo e consumitivo e etc. (BILLACRES, 2013, p. 68/69).

O circuito espacial produtivo da andiroba envolve tanto a escala local quanto a global, visto que a espécie é matéria-prima para produtos de grandes empresas, como a Natura, sendo assim, há uma interação entre os espaços, nas diferentes escalas (local, nacional, global), desse modo, Silva (2013) aponte que:

Para entender os circuitos, há também que se considerar o espaço econômico das grandes firmas, espaços que se entrecruzam sobre os marcos geopolíticos nacionais, e que, na maioria das vezes, os sobrepassam. Nesse sentido, fala-se em circuito espacial de produção, onde a ordem estabelecida vai impor seu ritmo e assegurar a espacialização da produção. Tal processo é inerente a empresa/indústria, que se apropria das regras do mercado, que se servem e assim impõem seus projetos. Então, a cada movimento existe uma articulação que, posteriormente se refletirá na realidade como consequência maior e direcionamento lógico (SILVA, 2013, p. 72/73).

Desta maneira, identificar o circuito espacial produtivo é fundamental para analisar os entraves e potencialidades do mercado, pois este se conceitua como “circuitos espaciais de produção seriam as diversas etapas pelas quais passaria um produto, desde o começo do processo de produção até chegar ao consumo final” (SANTOS, M., 2008, p. 56). Diferentemente da cadeia de valor que é um “sistema de atividades interdependentes conectadas por elos” (PORTER; MILLAR, 2009, p. 75). Assim, o fundamental em nossa pesquisa são as relações em cada etapa, tanto as relações de produção, quanto as relações sociais, políticas, econômicas, ambientais que levem a uma ideia de gestão eficiente.

A questão fundamental seja nas grandes produções do agronegócio ou nas menores, é a agregação de valor nas diversas etapas dos circuitos para que se tenha um produto competitivo no mercado e isto volte para os sujeitos socioeconômicos envolvidos, e haja fixação de renda e capital.

Em Costa e Nunez (2015), temos:

As cadeias produtivas como polo gravitacional da produção, na forma em que organizam e transformam, podem atribuir novos sentidos aos fatores de produção (terra, trabalho e capital), também atuam como base e suporte aos planos de desenvolvimento regional, principalmente em momentos de reestruturação produtiva. E com isso identifica e podem até moldar as regiões, sejam polarizadas, homogêneas, entre outras. (...) A identificação de cadeias produtivas com suas espacialidades e territorialidades em contextos regionais, nacionais, internacionais e setoriais, contribuem para uma melhor definição de uma realidade local. Tal local não é mais visto e analisado somente por sua herança da natureza ou seu povo, mas pelas estratégias envolvidas com ambos, com outras instituições (públicas ou privadas). (COSTA, NUNEZ: 2015; p. 08).

De forma sintética, ainda em Costa e Nunez (2015):

é necessário cartografar na totalidade as etapas e os sujeitos (sociais, econômicos, políticos, entre outros) que fazem parte do espaço total, isto com: produção-distribuição-circulação-consumo (P-D-C-C), que envolvem diferentes ramificações tais como: atacado e varejo, assistência técnica e crédito (incluindo políticas de crédito e financiamento), base tecnológica de produção, no caso biotecnologia, ou de comunicação, como celulares e internet, envolve também os conflitos (sociais, latifundiários, ambientais, concorrências, processo de formação de valor e preço, câmbio, entre outros), derivados de cada especificidade estruturante da cadeia produtiva, seja do produto, dos produtores, das condições de trabalho e das esferas políticas, sociais e econômicas as quais ela compõe e está inserida. (COSTA, NUNEZ: 2015; p. 09).

Sendo assim, todo o processo de identificação das ações e agentes durante o circuito espacial produtivo da andiroba nos permite fazer uma análise panorâmica do objeto de estudo.

INDUSTRIALIZAÇÃO, FATORES E VANTAGENS LOCACIONAIS

A industrialização é tratada neste trabalho como uma das concretizações da relação sociedade e natureza, que é fruto de uma formação socioespacial, ou seja, é nesta etapa que o circuito espacial produtivo se materializa por meio dos

produtos/mercadorias. A industrialização é importante aspecto na competitividade entre as empresas e indústrias e é consagrada pelo uso do território e pela distribuição espacial de suas mercadorias e atividades. Os fatores e vantagens locacionais são o caráter geográfico da indústria. Para Ferreira (2015):

A industrialização e a comercialização dos bioprodutos faz com que se concretize a relação sociedade e natureza, ou seja, é o momento onde se materializa a apropriação do recurso natural e chega à sociedade com aplicabilidade de seu uso, não mais como potencialidade da natureza, mas como realidade, isto é, com uso de produtos naturais. (FERREIRA 2015: p. 68).

A industrialização e comercialização entram como aspectos bem relevantes na cadeia produtiva dos bioprodutos, pois com a industrialização há uma materialidade da relação sociedade e natureza e com a comercialização o produto desse trabalho (valor – de – troca) chega ao consumidor final, criando valor – de – uso e valorando a natureza, como fonte de matéria-prima e pela propaganda/publicidade. (FERREIRA 2015: p. 16).

Os fatores e vantagens locacionais da industrialização são as estruturas socioeconômicas e sociotécnicas que coordenam a fixação, funcionamento e distribuição de um determinado setor industrial no espaço geográfico. Aqui alguns fatores e vantagens locacionais ou uma outra forma de equipar o território a ser utilizado:

- Proximidade (no chão do terreno, física ou a geográfica, principalmente via políticas públicas) da fonte de matérias-primas e facilidade (legal, ambiental e social) de acesso a elas;
- Mão-de-obra capacitada em diferentes níveis (educacionais e técnicos) qualificada (inclusive biotecnologicamente);
- Políticas públicas, principalmente na forma de incentivos fiscais feitos pelos governos (municipal, estadual e federal), como isenção de impostos, redução de taxas, equipando o território com estradas, pontes, sistemas de comunicação, agências bancárias, entre outros;
- Rede de transporte adequada que facilite escoamento da produção; assim como a estruturação de redes de infraestrutura, sistemas de en-

genharia ou de suporte, como rodovias, ferrovias, hidrovias, de energia elétrica e comunicação;

- Mercado consumidor já identificado e estruturado para receber e pertencer a um processo mais amplo;
- Fontes de energia e suprimentos que garantam o processo produtivo;
- Constituição e valorização de indústrias e atividades complementares satelitárias ou de suporte com proximidade geográfica;
- No caso de em que há processos biotecnológicos é importante a conexão com instituições de pesquisa e o ideário de inovação e gestão.

A estruturação de tais fatores (ou a maioria deles) são importantes para a formação de um processo industrial, principalmente quanto a escolha do local para a seu funcionamento. Por isso a capacitação do território é muito importante, tanto que as administrações (municipais, estaduais e federais) e privadas buscam garantir a estruturação de tais condições, e presam por subsídios fiscais e afrouxamento de leis, para que o processo produtivo e sua âncora, a fábrica, se instalem em suas territorialidades. Consequentemente, com isso há a geração de um discurso, de gerar mais empregos diretos e indiretos, de dinamizar a economia, de gerar desenvolvimento e preservação do meio ambiente. Mas em muitos casos o que acontece é a precarização de trabalho, perda de direitos trabalhistas ou estes não são respeitados, dívidas trabalhistas, destruição e poluição do meio ambiente e não há desenvolvimento que foi propalado.

O processo produtivo não ocorre fora da natureza e fora da sociedade, nem fora da mediação das técnicas, por isso o processo produtivo não ocorre fora espaço geográfico. As mercadorias entram em um circuito mais amplo e mais plural, as peculiaridades, o intrínseco e o extrínseco de cada constituição da mercadoria entram em ação, como por exemplo os elementos da competitividade.

Porter (1990) destaca que a competitividade de uma nação depende da capacidade de sua indústria para inovar e melhorar. A vantagem competitiva se faz em processo que começa localmente e envolve a diferenciação da formação social de uma nação, nos aspectos históricos, culturais, econômicos, nos

valores, nas instituições, sendo estes, na constituição de fatores que influenciam a composição de uma vantagem competitiva.

Não existe um conceito unânime de competitividade das nações, alguns definem como um fenômeno macroeconômico, outros definem que é composto pela mão de obra mais barata, outros pela abundância de recursos naturais, outros argumentam que é pela política oficial de uma nação que se impulsiona a competitividade, e por fim que a competitividade de uma nação se dá pelas diferenças nas práticas de gestão, incluindo a relação entre a direção e os trabalhadores (PORTER, 1990).

As empresas alcançam vantagem competitiva internacional pelas inovações que fazem, seja por um novo produto, um novo processo de fabricação, um novo método de comercialização ou mesmo formação e capacitação de pessoal (PORTER, 1990). Por exemplo, no Brasil, a empresa Natura criou a linha Ekos que são produtos feitos a partir da biodiversidade vegetal brasileira. A empresa aproveitou a vantagem comercial por meio do fetiche da mercadoria pautada no uso de produtos naturais ou produtos sustentáveis. A empresa investiu no marketing, divulgando e criando comerciais que exaltam a parceria com comunidades tradicionais e métodos sustentáveis. A partir disto, a empresa criou uma vantagem competitiva em relação a outras empresas do setor baseada na estratégia de explorar a notoriedade tanto do uso de recursos naturais quanto das comunidades tradicionais em um discurso de valorização destas e de fazer parte de sua territorialidade mercantil.

Ao analisar a empresa e como ela constitui uma estratégia competitiva que fez com ela tivesse lucro estamos olhando para parte econômica do circuito espacial produtivo, mas, ao analisarmos a parte social, vemos que as comunidades do Amazonas que fornecem matéria-prima para a empresa têm dificuldades para fixar renda com boas infraestruturas, qualidade de vida e outros.

De uma maneira geral, o que predomina é o fetiche tecnológico, que ocorre a jusante da cadeia produtiva, onde são agregados valor e tecnologia, mas na base, a montante os produtores continuam com suas terras ameaçadas, seus filhos sem acesso as escolas ou com precariedade, sem condições sanitárias adequadas entre outras. *Longe* dos centros decisórios de poder e mercado, apenas são fornecedores, não raro são alvos de ações publicitárias, mas suas

condições matérias pouco se alteram e até sem acesso aos equipamentos públicos de saúde e educação.

No caso do Brasil, as empresas que trabalham com bioprodutos tem a vantagem de estarem próximas aos recursos naturais, porém, isto não é suficiente, se as empresas não têm uma boa gestão, políticas internas que facilitem o desenvolvimento, estrutura adequada, mão de obra qualificada, e outros fatores que contribuem na constituição de uma vantagem competitiva. Os fatores do diamante de Porter mostram como as empresas nascem e aprendem a competir, e é preciso entendê-lo como um sistema onde cada fator influencia o outro. O movimento contraditório se impõe, a realidade das empresas e a realidade do lugares onde ela se instala. Para Enriquez (2009):

Na Amazônia, por suas características geográficas e formação social extremamente dispersa e absoluta falta de instituições de pesquisa consolidadas que agreguem valor aos produtos das cadeias produtivas, é muito difícil pensar na adequação dos conceitos tradicionais de cadeias produtivas ou de arranjos existentes nos países desenvolvidos. Inclusive, a idéia de Arranjos Produtivos Locais (APL), que supõem uma estrutura territorial próxima e infraestrutura de apoios consolidadas, para o mercado e comercialização, não é um modelo que sirva de referência para a comercialização dos produtos da biodiversidade. O modelo de cadeia de biodiversidade com todas suas estruturas e elos propostos enfatiza a articulação institucional junto às pequenas indústrias de produtos da biodiversidade e fornecedores localizados na floresta que se encontram dispersos, aqueles que são parte das reservas extrativistas ou os que se encontram distantes das cidades da Amazônia em um raio de menos de 300km. Daí que os pontos para constituir polos de biocomércio devem ser considerar esses fatores que propiciam a acessibilidade aos centros de consumo e de demanda. Uma característica que diferencia as cadeias produtivas da biodiversidade em geral, com relação a cadeias de outros segmentos da economia, é que elas devem ter como base a biodiversidade e serem produzidas em modelos extrativos, principalmente. Para esses recursos ainda não há oferta cultivada e seu uso comercial, em bases sustentáveis, pode contribuir para a manutenção da floresta em pé e melhoria da qualidade de vida das comunidades da Amazônia. Essas devem ser as condicionantes para fortalecer os polos de comercialização dos produtos da biodiversidade. Além disso, a escolha dos produtos deve ser feita a partir de sua difusão já consolidada ou em processo

de consolidação, com cadeias produtivas relativamente bem estruturadas, com oferta estabelecida e demanda em expansão, nos mercados nacional e internacional. Pela diversidade de produtos que geram, esses recursos abrem a possibilidade para o desenvolvimento de uma indústria que comercialize produtos derivados da biodiversidade, com atividades comerciais focadas nos mercados mais dinâmicos. Para tal sentido é fundamental a realização de pesquisa e desenvolvimento, além de todo um arranjo organizacional que valorize as instituições voltadas para o comércio justo e aproveitamento da biodiversidade e da floresta. Também, na estrutura geral da cadeia dos produtos selecionados, constatou-se que existe uma relação com as dimensões do desenvolvimento sustentável selecionadas para a pesquisa e uma relação com a vida das comunidades pesquisadas (dimensões socioeconômicas, ambiental ecológica espacial e social-cultural). (ENRIQUEZ: 2009:p. 54-55).

Ainda em Enriquez, (2009: 59-60) temos:

Um dos equívocos frequentes ao se analisar as cadeias produtivas da biodiversidade (CB) é adotar os mesmos procedimentos e ferramentas utilizados nas cadeias produtivas tradicionais (CT) ou neoclássicas que consideram apenas as práticas de mercado. Os dois modelos de cadeias produtivas são essencialmente diferentes. As relações encontradas se referem às ligações entre etapas produtivas e seus atores, entretanto, os ambientes institucionais e organizacionais dessas cadeias são muito distintos (Tabela 1). (ENRIQUEZ: 2009: p. 59-60)

Eis na tabela 1 que o autor se refere (ENRIQUEZ, 2009, p. 59-60):

Tabela 01 - Cadeias produtivas tradicionais e da biodiversidade.

	Cadeiras produtivas tradicionais	Cadeias produtivas da biodiversidade
Escala	Seguem os sinais de mercado. Escala de produção se expande ou contrai de acordo com o preço. Beneficia-se das economias de escala e de escopo.	Oferta depende dos ciclos da natureza e da capacidade de acesso às zonas produtivas. Fornecedores dispersos, não há economias de escopo ou rede consolidada de prestadores de serviços e assistência técnica e científica que gere sinergias
Matéria-prima	Padronizada, produção racional da matéria-prima.	Dificuldades na padronização da produção, tanto em qualidade como em quantidade, uma vez que há alta influência de fatores climáticos

	Cadeiras produtivas tradicionais	Cadeias produtivas da biodiversidade
Organização da produção	Produtores, consumidores e rede de prestadores de serviços são geridos através de contratos. Precisa de grandes áreas desmatadas	A transação entre extrativista e bioindústria é instável com forte presença do atravessador; que quase não agrega valor aos produtos, onera os custos de transação, mas exerce um papel fundamental pela inexistência de contratos. Alta assimetria de informação, o que acaba por beneficiar as empresas.
Logística	Vias de acesso e meios de transporte criados para dar suporte a todos os elos da cadeia, o que possibilita maior eficiência. Altamente integrada, em função de organização da produção e sistematização da logística.	Logística caótica: os produtores têm dificuldades de acessar as áreas produtivas, de deslocar o produto aos centros de armazenagem e comercializar a produção.
Consumidor	Garante oferta constante com certa estabilidade de preços ao consumidor, pois há regras claras de compra e venda.	Dificuldade de se estabelecer uma frequência na transação, pois a lógica é caótica, nem o fornecedor garante a existência da produção nem o consumidor garante que haverá demanda, isso, entre outras causas, gera grande oscilação dos preços. Existe baixa demanda da matéria-prima em face da alta oferta.
Marcas	A marca é importante e é construída a partir da consolidação do grupo no mercado.	Há uso de valores, símbolos que são imateriais e intangíveis que possuem um valor intrínseco. Assim, na CB há potencial de agregação de valor utilizando a importância da marca Amazônia
Produto	A organização do mercado, a logística de compra, venda e distribuições garantem que o produto chegará ao mercado com suas propriedades asseguradas.	Depende de produtos muito vulneráveis, facilmente contamináveis e perecíveis, o que enfraquece os extrativistas, enquanto ente econômico.
Meio ambiente	O mercado é determinante na questão ambiental.	Extrapolou a lógica puramente econômica, pois ela contribui para a preservação dos ecossistemas, da floresta em pé e dos serviços ambientais que a floresta oferece. Nesse sentido, os subsídios ambientais para os extrativistas podem ser uma alternativa interessante para a manutenção da floresta em pé.
Regulamentação	O mercado dita as regras do jogo da C&T e isso garante eficiência econômica, com melhor distribuição da renda entre os elos da cadeia.	Se a CB for deixada ao livre jogo do mercado a eficiência econômica não estará garantida e tampouco a justiça na distribuição da renda entre os elos da cadeia, uma vez que há uma grande assimetria entre os diferentes componentes dessa cadeia. Daí ser imperativa uma regulação por parte do poder público, considerando-se a vulnerabilidade do produtor e o frágil sistema de proteção das áreas produtivas.

Cadeiras produtivas tradicionais		Cadeias produtivas da biodiversidade
C&T	Dependendo do tipo de cadeia tradicional será mais ou menos intensiva em tecnologia. Caso as cadeias de commodities é extremamente baixa em C&T.	Convive perfeitamente com o sistema de áreas preservadas. Lida com ativos passíveis de sintetização de moléculas, daí sua relativa independência do espaço onde ocorre, o que não acontece com a Cadeia Tradicional. Abre possibilidade para criação de bioindústrias; de mecanismos de capacitação tecnológica e de gestão; de parques tecnológicos e de cooperativas populares. Há possibilidade de controle do conteúdo dos produtos, diferente na cadeia de conhecimento
Preço	Segue os preços do mercado.	Há possibilidade de criação de mecanismos de biocomércio e comércio justo.

Fonte: ENRIQUEZ, 2009; 59-60.

Ainda neste contexto Enriquez (2009) conclui que:

Um dos equívocos frequentes ao se analisar as cadeias produtivas da biodiversidade (CB) é adotar os mesmos procedimentos e ferramentas utilizados nas cadeias produtivas tradicionais (CT) ou neoclássicas que consideram apenas as práticas de mercado. Os dois modelos de cadeias produtivas são essencialmente diferentes. As relações encontradas se referem às ligações entre etapas produtivas e seus atores, entretanto, os ambientes institucionais e organizacionais dessas cadeias são muito distintos. (ENRIQUEZ, 2009, p. 60).

Uma característica dos casos de sucesso é que são baseados em ativos socioeconômico e sociotécnicos localizados e que não circulam no espaço geográfico, ou seja, eles não podem ser deslocados para outros lugares, caso isso ocorra há um custo que compromete a eficiência da operação, principalmente na parte financeira, porque estão ancorados em conexões e redes não-mercantis territorializadas (STORPER, 1995), como na relação de agricultores familiares camponeses com os grupos que comprem andiroba, não há acordos formais, legais, são informais e isso não pode ser ignorado, é uma produção agrícola com contabilidade invisível, está nas feiras, no comércio mas pouco se tem de números e estatísticas confiáveis, algo muito comum no espaço não só amazônico, mas brasileiro também. Costa e Nunez (2016) comentam que:

Portanto, as biotecnologias não devem ter uma única dimensão

tecnicista, segregada na efetividade de um processo industrial e visando somente o lucro, como se não existissem desigualdades (sociais e econômicas) na totalidade do processo produtivo impactando na reprodução da pobreza e destruição de ambientes naturais. Pensar sob outras bases o modelo linear de inovação ante as demandas e reclamos atuais da geopolítica e da geoeconomia globalizada que alcançam vários rincões do Brasil.

Modelo linear de evolução;



(...) Na atualidade, o modelo de pesquisa em biotecnologia deve superar ou atualizar o triângulo de Sábato (governo, universidade, empresa) e seus derivados, do tipo tripla hélice, entre outros, incorporados aos arranjos produtivos, como os spins-off, e monitorar junto à questão do capital/investimento territorializado, originado e promovido pelos clusters. Muito comum nesse processo é a ausência estrutural da abordagem de problemas sociais e econômicos ligados à pobreza e ao meio ambiente; não raro a pobreza é identificada como oportunidade de mão de obra barata e o meio ambiente como depósito de recursos naturais, (COSTA, NUNEZ, 2016, p. 300)

As regiões ou locais que estão na periferia do sistema de ciência e tecnologia, conseqüentemente de inovação em biotecnologia, mas não necessariamente são desprovidas de capital intelectual ou de um recurso mínimo, seja público ou privado, tem diferentes capacidades de absorção e adaptação de processos, incluindo o uso e incentivo para a criação de políticas de inovação específicas, com forte apelo do uso do nome Amazônia e biodiversidade, um capital natural e social muito forte nos meio políticos e econômicos. Muito embora os casos de lugares na periferia do sistema de biotecnologia e inovação tendem a utilizar processos produzidos em outros lugares e adaptarem as suas necessidades tecnológicas, principalmente no uso comercial. (FERREIRA, 2015).

Para pensarmos em um plano de ação para cadeias produtivas oriundas da sociobiodiversidade, temos que constituir um conjunto de planos de capacitações territoriais na sociedade em seus respectivos circuitos da economia que historicamente, alguns deles, são ligados aos processos de globalização da economia, isso envolve relações entre os diferentes elos da cadeia produtiva (produção, distribuição, circulação/troca e consumo) com as conexões que favorecem ou dificultam a expansão das redes de informação e de conhecimento,

influenciando os contextos regionais e locais de comércio e comprovando a necessidade de novas políticas, direcionadas às necessidades da informação e do conhecimento, assim como da progressiva dependência das relações sociais e econômicas com os sujeitos sociais e agente econômicos envolvidos, sejam empresas, instituições (público ou privadas), produtores, fornecedores, consumidores agricultores, transportadores, mercadorias oriundas de territorialidades específicas como as resex (reservas extrativistas), assentamentos de reforma agrária ou propriedade particular, entre tanto outros.

Uma outra composição nas cadeias produtivas são as redes de inovação, isto é, conectar pessoas, sistemas estruturas biotecnológicas com capacidades de chegar a lugares distantes, principalmente porque muitos eles são fornecedores da matéria-prima, portanto, exige uma conexão sólida em diferentes escalas de tempo futuro. O benefício mutuo provavelmente envolve abrigo sob a relação regional ou a região como polo, como âncora do sistema de inovação como em Garcia (2020).

A análise do circuito espacial produtivo da andiroba no Amazonas revela uma espacialidade de contrastes, onde a potencialidade territorial da sociobiodiversidade se encontra, conforme Rangel (2005), com uma *capacidade ociosa* oriunda de fragilidades estruturais que impedem uma maior consolidação do mercado, principalmente de base agricultura familiar. Segundo Rangel (2005) a capacidade ociosa é quando se “aproveita mal o potencial produtivo existente, deixando fora de uso instalações e mão-de-obra, além dos recursos naturais” (p. 464). De acordo com Rangel (2005), não utilizar os recursos naturais é perder um adicional de riqueza. A biodiversidade no estado do Amazonas tem pouca utilização perto de todo seu potencial. O mercado de bioprodutos que se desenvolve na região é uma maneira de utilizar estes recursos. A biodiversidade é matéria-prima para a produção de cosméticos, medicamentos, artesanato, produtos alimentícios, e outros.

Para analisar a utilização da andiroba desde a produção até o consumidor final, utilizaremos a categoria de análise Capital constante (ou fixo), que é o que existe de fato fixado no território, a partir do circuito espacial produtivo da andiroba, ou seja, as “infraestruturas e benfeitorias adicionadas ao solo” (SANTOS, 2006), como as agroindústrias, responsáveis pela extração do óleo,

ou mesmo manutenção de estradas, meios de comunicação, sendo assim, as formas no espaço que facilitam os “propósitos da produção” (SANTOS, 2006).

O trabalho aponta para um recurso natural amplamente valorizado, mas cuja cadeia produtiva carece de capital fixo e de uma gestão eficiente para transcender a precariedade e atingir uma escala produtiva mais robusta e adequada à agricultura familiar de base camponesa, como circuito inferior e mesmo à indústria no circuito superior. Esta conclusão identifica as implicações de circuitos produtivos, abordando os desafios, as potencialidades e as proposições necessárias para capacitar o circuito da andiroba em um motor de desenvolvimento socioeconômico e ambientalmente responsável.

A “precariedade de capital fixo” no uso do território é outra fragilidade identificada. A falta de investimento em infraestrutura produtiva adequada, como galpões de beneficiamento, qualidade do transporte fluvial, estradas vicinais e equipamentos, perpetua um ciclo de baixa produtividade e vulnerabilidade no circuito produtivo. O capital fixo é essencial para a modernização e para a escala familiar, permitindo que os produtores familiares se movam de um modelo de autoconsumo para um de geração e fixação de renda mais consistente. A ausência desses investimentos também expõe os extrativistas às flutuações do mercado e à intermediação predatória, onde a maior parte do valor agregado é capturada por agentes externos às comunidades produtoras. A gestão do mercado da biodiversidade vegetal no estado, portanto, precisa ir além da regulação e avançar para políticas de fomento e crédito direcionadas, que promovam a estruturação da base produtiva dos produtores familiares.

A constatação de uma “capacidade ociosa” é um dos pontos mais críticos. Isso sugere que há um conjunto de dificuldades no circuito que impede a plena exploração do recurso. Essa ociosidade pode ser resultado de diversos fatores interconectados. Em primeiro lugar, a logística precária, que afeta tanto a coleta quanto o escoamento da matéria-prima. Em primeiro lugar, a falta de tecnologia e infraestrutura adequadas na ponta da produção, ao nível da agricultura familiar e das comunidades extrativistas. A ausência de equipamentos adequados de processamento básicos, como prensas e secadores, e a dependência de métodos tradicionais da lógica e escala familiar podem resultar em perdas de qualidade e de rendimento, além de prolongar o tempo de produção, gerando algum tipo de ineficiência. A inovação tecnológica, mesmo em pequena escala,

poderia ser um catalisador para aumentar a produtividade na escala familiar e a qualidade dos produtos, agregando valor desde a origem.

CONCLUSÕES: DA POTENCIALIDADE LATENTE À CONSOLIDAÇÃO DE UM MERCADO PARA A ANDIROBA NO AMAZONAS

A primeira e mais evidente conclusão é que o estado do Amazonas, com sua vasta floresta e a presença abundante da andiroba, detém uma vantagem competitiva natural que ainda está subutilizada. A concentração do mercado em Manaus, a capital, evidencia um modelo de polarização que, embora centralize a comercialização e o processamento, não necessariamente otimiza a conexão com a base extrativista familiar. A pesquisa de campo, que se iniciou na capital, é fundamental para entender essa dinâmica de concentração e a relação assimétrica de poder e capital que se estabelece entre os elos de diversas cadeias. A andiroba é um exemplo emblemático da bioeconomia amazônica, com potencial para gerar valor agregado por meio de produtos como fármacos e cosméticos, atendendo tanto a demandas locais quanto a mercados mais sofisticados e exigentes. No entanto, a exploração dessa potencialidade esbarra em obstáculos que precisam ser enfrentados de forma sistêmica.

A fragilidade na gestão do mercado da biodiversidade vegetal no Amazonas não se restringe apenas à falta de capital. A complexidade do marco legal, a fiscalização deficiente e a falta de políticas públicas efetivas para o setor também contribuem para a instabilidade, tanto que a andiroba continua como algo extrativista de baixa intensidade tecnológica de capital e de justiça social. A exploração ilegal, a informalidade e a ausência de mecanismos de rastreabilidade comprometem a reputação do produto e dificultam o acesso a mercados mais exigentes, que valorizam a origem ecologicamente justa e com justiça social. A gestão eficaz, por sua vez, demandaria a articulação entre diferentes esferas governamentais, a academia, o setor privado e as comunidades produtoras. Iniciativas como o desenvolvimento de cadeias de valor justas e a certificação de produtos de origem poderiam ser estratégias-chave para fortalecer o mercado e beneficiar os produtores familiares locais.

A análise do circuito produtivo da andiroba também deve considerar o papel central dos sujeitos sociais, desde a agricultura familiar até a indústria. As ações territoriais, tanto na escala micro (da comunidade) quanto na macro (industrial), revelam diferentes lógicas e desafios. A agricultura familiar, muitas vezes descapitalizada, enfrenta a dificuldade de organizar a produção e a comercialização de forma coletiva, enquanto o setor industrial, concentrado na capital, busca a regularidade e a escala de fornecimento. Compreender as particularidades de cada um desses segmentos é crucial para o desenvolvimento de políticas e estratégias diferenciadas e mais eficazes. A capital, Manaus, exerce um papel de polaridade que atrai a produção e concentra a demanda industrial, mas é necessário garantir que os benefícios desse mercado sejam distribuídos de forma mais equitativa e conectada ao longo da cadeia produtiva.

A pesquisa documental e bibliográfica, aliada aos trabalhos de campo, forneceu uma base sólida para a identificação e análise das estruturas do circuito espacial da andiroba. A partir dessas informações, é possível traçar um caminho para o futuro. As proposições para a superação das fragilidades e a maximização das potencialidades devem envolver uma abordagem multisetorial e colaborativa. É preciso investir em infraestrutura de beneficiamento descentralizada, mais próximas das comunidades produtoras. Além disso, programas de assistência técnica e capacitação para a agricultura familiar podem melhorar as práticas de coleta, processamento e gestão. Políticas de crédito específicas para o setor de bioeconomia e incentivos fiscais para empresas que invistam em capital fixo e em cadeias de valor também são medidas importantes. A promoção da rastreabilidade e da certificação dos produtos de andiroba, por sua vez, pode abrir novos mercados e agregar valor.

Em última análise, a conclusão que se impõe é que a andiroba, mais do que um simples produto, é um indicador da complexa dinâmica socioeconômica e ambiental da Amazônia. Seu circuito produtivo reflete as potencialidades inexploradas e as fragilidades sistêmicas que permeiam a região. A transição de um mercado precário para um mercado socioambientalmente justo e dinâmico exige mais do que a simples exploração de um recurso; demanda uma visão estratégica, investimentos e ações qualificadas e uma gestão eficiente que integre os diferentes agentes e suas respectivas escalas. A superação da capacidade ociosa e da precariedade de capital fixo, aliada ao fortalecimento

da agricultura familiar e ao desenvolvimento de uma governança robusta, pode ser o caminho para que a andiroba se torne um verdadeiro símbolo da bioeconomia amazônica, gerando desenvolvimento, conservação e prosperidade para o estado e sua agricultura de base familiar.

REFERÊNCIA

BILLACRÊS, Máximo Alfonso Rodrigues. Circuito espacial de produção de carne bovina no estado do Amazonas. 2013. 146 f. Dissertação (Mestrado em Geografia – PPGGeog) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.

BRUNET, Roger; FERRAS, R.; THÉRY, H. Les Mots de La Géographie: Dictionnaire Critique. França: Reclus – La Documentation Française, 1993.

CALLADO, Antônio André Cunha. Agronegócio. São Paulo: Editoras Atlas, 2008.

CASTILLO, Ricardo; FREDERICO, Samuel. Espaço Geográfico, produção e movimento: Uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. *In: Sociedade & Natureza, Uberlândia*, 22 (3): p. 461 – 474, dez. 2010.

CDBLC. Convenção sobre Diversidade Biológica e Legislação Correlata. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, (Coleção Ambiental; v. 10), 2008.

COSTA, Reinaldo C.; NUNEZ, Cecília V. Mercado de bioprodutos fitoterápicos e fitocosméticos: gestão, tecnologias e inovação. *Revista Fitos, Rio de Janeiro*, Vol, 10(3), Jul-Set, 2016.

COSTA, Reinaldo C.; NUNEZ, Cecília V. Processos de cadeia produtiva para o mercado de biodiversidade. *In: COSTA, R. et al. (org.) Mercado e Biodiversidade. Manaus. Ed. INPA. 2015.*

ENRIQUEZ, Gonzalo. Amazônia: Rede de inovação de dermocosméticos. Sub-rede de dermocosméticos na Amazônia a partir do uso sustentável de sua biodiversidade com enfoques para as cadeias produtivas da castanha-do-pará e dos óleos de andiroba e copaíba. *Revista Parcerias Estratégicas. Brasília, D.F., v. 14, n. 28, jan./jun, 2009.*

FERREIRA, Bárbara Evelyn da Silva. Relação Sociedade e Natureza e Mercado da Biodiversidade em Manaus. 2015. 126 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Manaus: PPGGeog/UFAM, 2015.

GARCIA, R. Geografia da inovação. *In: Rapini, M.; Ruffoni J.; Silva L.; Albuquerque E. (Org.). Economia da ciência, tecnologia e inovação – Fundamentos teóricos e a economia global. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2020.*

LAMARLIÈRE, Isabelle Géneau de; STASZAK, Jean-François. Principes de Géographie économique. França: Bréal, 2000.

PORTER, Michael. La ventaja competitiva de las naciones. *In: Harvard Business Review, marzo-abril de 1990 (Harvard-Deusto Business Review, 4º trimestre de 1990).*

- PORTER, Michael; MILLAR, Victor. Como a informação proporciona vantagem competitiva. *In*: PORTER, M. (Org.). Competição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- RAFFESTIN, C. Por uma Geografia do Poder. São Paulo. Ed. Ática, 1993.
- RANGEL, Ignácio. Recursos Ociosos e Política Econômica. *In*: Obras Reunidas. Vol. 1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- SANTOS, Milton. Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- SANTOS, Milton. Metamorfoses do espaço habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia, 6 ed. São Paulo: Edusp, 2008.
- SILVA, Dênis Carlos da. O Circuito Espacial de produção e os círculos de cooperação da Cana-de-açúcar: uma análise a partir de Alagoas. *In*: Campo-Território: revista de geografia agrária, v. 8, n. 16, p. 70-96, ago., 2013.
- STORPER, Michael. The Resurgence of Regional Economies, Ten Years Later: the Region as a Nexus of Untraded Interdependencies. Thousand Oaks: European Urban and Regional Studies. n° 2, p.191-221, Julho de 1995.

AGRICULTURA ORGÂNICA E AGROECOLÓGICA EM ILHA SOLTEIRA: PERFIL, DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Larissa Freitas Rodrigues

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP)

Camila Fernandes Ferreira Aparecido

Universitário de Santa Fé do Sul (UNIFUNECS)

Débora Pavani Silva

Universitário de Santa Fé do Sul (UNIFUNECS)

Jaqueline Bonfim de Carvalho

Universidade Estadual Paulista (UNESP)

RESUMO

A agricultura orgânica e agroecológica representa uma alternativa sustentável à produção convencional, ao reduzir impactos ambientais e promover circuitos curtos de comercialização que aproximam produtores e consumidores. Este estudo teve como objetivo analisar o perfil socioeconômico, os sistemas produtivos e os principais desafios enfrentados por agricultores familiares de Ilha Solteira (SP). Foram aplicados questionários semiestruturados a 21 agricultores atuantes na produção e comercialização orgânica e/ou agroecológica no município. Os resultados evidenciaram predominância de agricultores mais velhos, com longa experiência produtiva. Observou-se baixa renovação geracional, com reduzida participação de jovens na atividade. Em termos de produção, hortaliças (76,19%) e frutas (47,62%) foram os principais itens ofertados, comercializados sobretudo em feiras livres (90,48%) e por venda direta em domicílio (47,62%). Nenhum produtor possuía certificação orgânica, apesar da diversidade de produtos. Entre os principais desafios apontados destacaram-se a ausência de apoio institucional e a carência de assistência técnica. Conclui-se que a agricultura orgânica e agroecológica em Ilha Solteira apresenta potencial de crescimento, mas depende de políticas públicas de incentivo, apoio técnico, organização coletiva e processos de certificação que fortaleçam a sustentabilidade econômica, social e ambiental dos agricultores familiares.

Palavras-chave: Agricultura familiar; agroecologia; circuitos curtos de comercialização.

INTRODUÇÃO

A agroecologia surgiu no final dos anos 1970 como uma resposta técnica aos métodos destrutivos da agricultura convencional, que priorizavam apenas o lucro (Molina, 2011). Os impactos negativos da produção em larga escala, como o uso intensivo de agrotóxicos, a poluição hídrica e a contaminação dos solos, evidenciam a necessidade de alternativas que promovam maior qualidade de vida. Nesse contexto, a transição agroecológica e os circuitos curtos de comercialização surgem como caminhos promissores, aproximando agricultores e consumidores e estimulando práticas mais conscientes tanto na produção quanto no consumo (Matoski *et al.*, 2024).

Segundo Soares *et al.* (2022), a agroecologia é fruto da cooperação entre agricultores, técnicos, pesquisadores e dos movimentos sociais, envolvendo processos coletivos de construção do conhecimento. A produção agroecológica compreende a aplicação de princípios ecológicos no manejo de agroecossistemas, com o objetivo de reduzir impactos ambientais e sociais e diminuir a dependência de insumos externos em cada estabelecimento rural (Gliessman, 2000; Saquet, 2014).

Já a produção de alimentos orgânicos se destaca por não utilizar agrotóxicos, produtos químicos sintéticos ou organismos geneticamente modificados, oferecendo benefícios para a saúde e mostrando-se como uma atividade promissora economicamente e ambientalmente (Santos; Silva Júnior, 2015; Feyh *et al.*, 2022). Matos *et al.* (2021) destacam que, diante do aumento populacional, é necessário buscar métodos de produção que assegurem quantidade e qualidade de alimentos, preservando os recursos naturais. Assim, a produção agroecológica, incluindo a de alimentos orgânicos, apresenta-se como uma alternativa sustentável, embora muitos produtores e consumidores ainda desconheçam seus métodos e benefícios.

Apesar de sua relevância, o agricultor enfrenta diversos entraves, como dificuldades logísticas, burocracia nos processos de certificação, limitações no acesso a insumos e carência de informações técnicas. Para superar essas barreiras, é essencial que os produtores tenham acesso a pesquisas científicas que aprimorem suas práticas de cultivo e a estratégias de marketing que valorizem seus produtos. Além disso, políticas públicas voltadas à ampliação da

produção, oferta e consumo de orgânicos são fundamentais para fortalecer os agricultores e incentivar sua permanência nesse modelo produtivo sustentável.

A agricultura familiar, em particular, representa uma oportunidade de transição de um modelo convencional para sistemas de produção que integrem os pilares da sustentabilidade. A agroecologia busca restabelecer relações harmônicas entre o homem e seu ambiente, minimizando os impactos das atividades agrícolas e ampliando os benefícios da produção para além do espaço rural (Finatto; Salamoni, 2008).

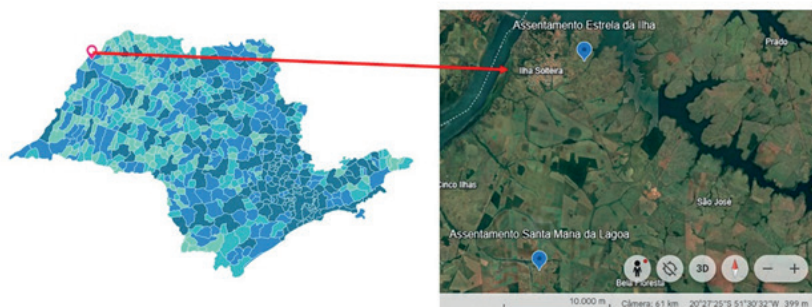
A crescente atenção da academia à agroecologia reflete seu vínculo com conceitos de autonomia dos agricultores, desenvolvimento sustentável, promoção da saúde e segurança alimentar e nutricional (Warmling; Moretti-Pires, 2017). Nesse sentido a produção e consumo de produtos orgânicos e/ou agroecológicos tem sido objeto de estudo de diversos autores (Lima *et al.*, 2020; Warmling; Moretti-Pires, 2017; Feyh *et al.*, 2022).

Diante desse cenário, torna-se fundamental compreender o perfil socioeconômico e produtivo dos agricultores familiares que atuam na agroecologia e na produção orgânica. Conhecer suas características, desafios e estratégias de produção permite identificar os fatores que sustentam a atividade, subsidiar políticas públicas e iniciativas de apoio técnico, e fortalecer práticas que promovam a sustentabilidade ambiental, social e econômica no município de Ilha Solteira, região Noroeste do Estado de São Paulo.

MATERIAL E MÉTODOS

A área de estudo abrange o município de Ilha Solteira, localizado no estado de São Paulo. Com uma população de 25.549 habitantes e uma área de 652,641 km², o município possui forte aptidão para a agricultura familiar (IBGE, 2022). A produção de alimentos orgânicos e agroecológicos ocorre em áreas periurbanas, como os Cinturões Verdes e os assentamentos rurais Santa Maria da Lagoa e Estrela da Ilha (Figura 1).

Figura 1 - Município de Ilha Solteira, Estado de São Paulo, com destaque para o Cinturão Verde que margeia a área urbana e para os Assentamentos Estrela da Ilha e Santa Maria da Lagoa.



Fonte: Adaptado de Ibge Cidades e Google Earth.

Para a coleta de dados, foram aplicados questionários semiestruturados a 21 agricultores que comercializam produtos orgânicos e/ou agroecológicos. As perguntas abordaram o perfil socioeconômico dos produtores (gênero e faixa etária) e aspectos da atividade agrícola, incluindo: tempo de atuação na atividade, produtos comercializados, local de comercialização, principais desafios da produção e a participação em organizações coletivas.

A amostragem foi não probabilística e escolhidos de forma arbitrária, com base na conveniência, dado que os entrevistados foram selecionados por estarem nos locais no momento da aplicação dos formulários (Oliveira *et al.*, 2017). Os formulários foram aplicados em feiras livres do município entre os meses de maio de junho de 2025, e os dados foram coletados por meio de questionário de caráter não identificável, aplicado de forma voluntária, sem coleta de informações pessoais sensíveis e sem risco físico, psicológico, social ou moral aos participantes.

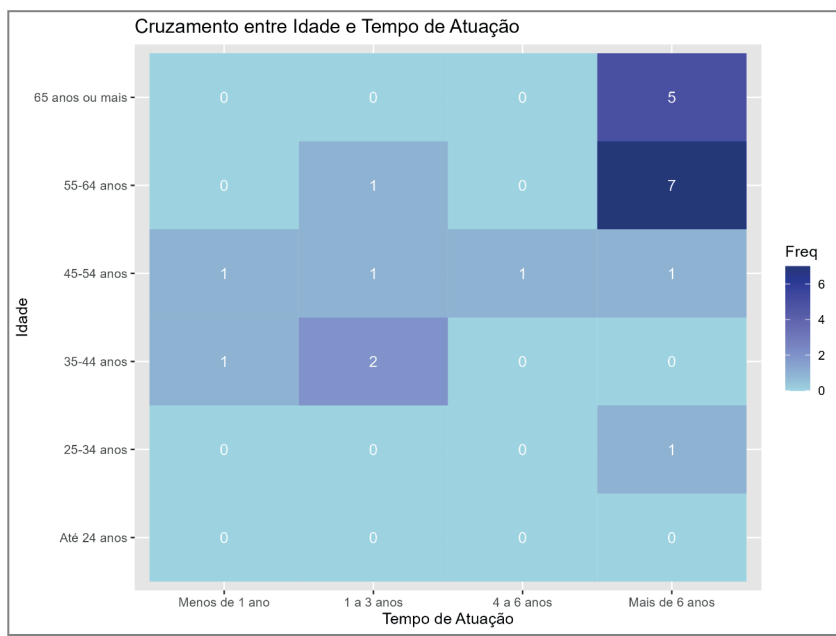
Para a análise exploratória dos dados, foram elaborados gráficos de calor (*heatmaps*) visando representar a associação entre variáveis categóricas, como faixa etária e tempo de atuação na atividade orgânica. Esses gráficos foram construídos no software RStudio, utilizando o pacote ggplot2 (Wickham, 2016), que permite a criação de visualizações estatísticas por meio da gramática dos gráficos. A plataforma Microsoft Excel também foi utilizada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dos 21 agricultores entrevistados, 12 eram do gênero feminino (57,14%) e 9 do gênero masculino (42,86%). Em relação à idade, a maior parte estava na faixa etária entre 55 e 64 anos (38,09%), seguida pelo grupo de 65 anos ou mais (23,81%). Esse resultado evidencia que a agricultura orgânica e agroecológica em Ilha Solteira é conduzida, majoritariamente, por agricultores mais velhos. Esse fenômeno já foi apontado em outros estudos, que destacam o envelhecimento no campo como um desafio social para a agricultura familiar, sobretudo pela ausência de sucessores capazes de dar continuidade às atividades produtivas (Spanevello *et al.*, 2017; Thies *et al.*, 2023).

No que se refere à atividade agrícola, em especial à produção orgânica e agroecológica, observa-se que a faixa etária dos produtores se relaciona diretamente com o tempo de atuação na atividade (Figura 2).

Figura 2 - Mapa de calor (*heatmap*) ilustrando a relação entre tempo de atuação da atividade no campo e idade dos agricultores.

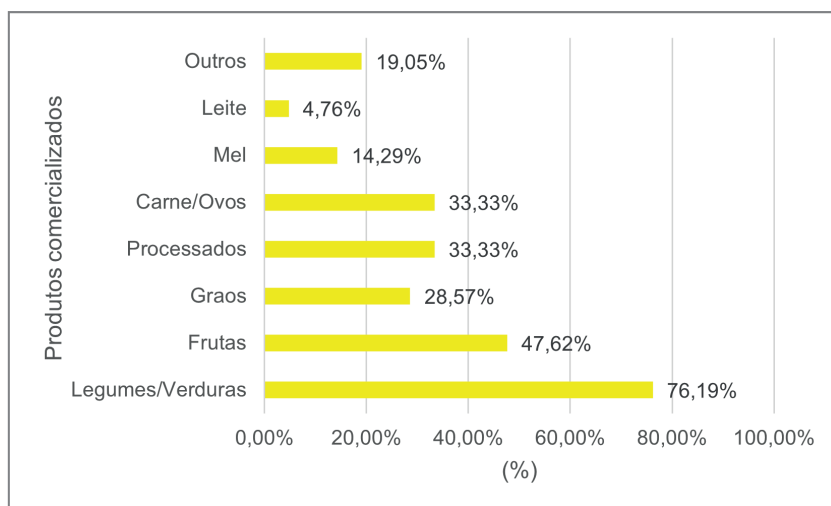


Fonte: Dados dos autores (2025).

Simonato *et al.* (2020) ressaltam que a produção realizada por agricultores idosos é, em grande parte, conduzida sem insumos externos, reforçando seu papel central na agricultura familiar. Os dados deste estudo dialogam com essa perspectiva: o grupo entre 55 e 64 anos concentra o maior número de produtores com mais de seis anos de experiência, seguido pelos agricultores com 65 anos ou mais. Já nas faixas intermediárias, entre 35 e 54 anos, a representatividade é reduzida, com apenas um ou dois produtores. Entre os jovens, a participação é quase inexistente, apenas um agricultor entre 25 e 34 anos e nenhum com menos de 24 anos. Esse cenário confirma que a produção orgânica local está fortemente sustentada por agricultores mais maduros e reforça a baixa renovação geracional no setor.

Outro ponto relevante refere-se à certificação: nenhum dos produtores entrevistados possuía certificação orgânica. Apesar disso, a diversidade de produtos comercializados é significativa (Figura 3). Legumes e verduras aparecem como os itens mais ofertados (76,19%), seguidos por frutas (47,62%) e, em menor proporção, carnes/ovos e produtos processados (33,33%). Esses resultados convergem com a literatura, que aponta as feiras da agricultura familiar como espaços de destaque para a comercialização de frutas e hortaliças em circuitos curtos e em bases agroecológicas (Miranda *et al.*, 2024).

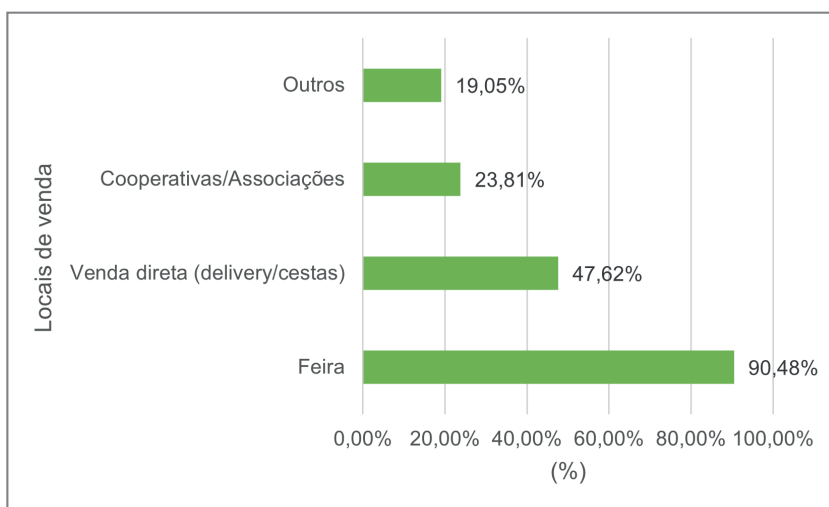
Figura 3 - Produtos orgânicos e ou agroecológicos comercializados pelos agricultores entrevistados.



Fonte: Dados dos autores (2025).

Quanto local de comercialização (Figura 4), 90,48% dos agricultores entrevistados participam da feira livre municipal, principal espaço de escoamento da produção. Em seguida, a venda direta ao consumidor, geralmente por meio de cestas entregues em domicílio, aparece em 47,62% das respostas. Já a comercialização via organizações coletivas, como associações e cooperativas, foi mencionada por 23,81% dos produtores. Esses resultados dialogam com Rover e Darolt (2021), que destacam a estreita relação entre agroecologia e circuitos curtos de comercialização. Segundo os autores, em sistemas com menor escala produtiva, a viabilidade econômica tende a diminuir à medida que aumentam as distâncias de comercialização, o que explica a predominância da venda direta em feiras e entregas.

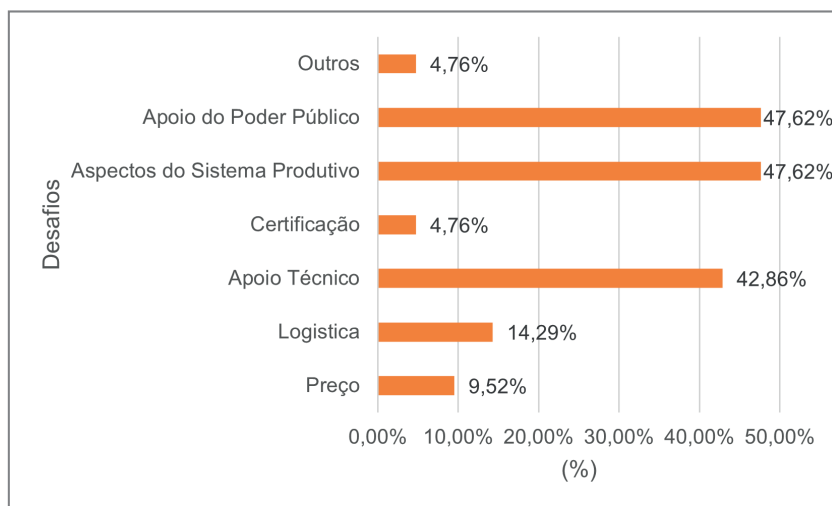
Figura 4 - Locais de venda dos produtos orgânicos e ou agroecológicos.



Fonte: Dados dos autores (2025).

Por fim, os desafios enfrentados pelos agricultores revelam pontos críticos para a consolidação do setor (Figura 5). As principais dificuldades relatadas foram a falta de apoio do poder público e problemas relacionados ao sistema produtivo (47,62%), seguidos pela carência de assistência técnica (42,86%).

Figura 5 - Desafios enfrentados pelos agricultores.



Fonte: Dados dos autores (2025).

Esses resultados corroboram Kist (2018), que aponta como obstáculos recorrentes o controle de pragas, questões climáticas, mão de obra qualificada, logística e comercialização. De forma semelhante, Cavalcante *et al.* (2024) identificaram a ausência de apoio financeiro e institucional como entraves para associações de produtores orgânicos. Nesse sentido, os agricultores de Ilha Solteira enfatizaram a necessidade de maior engajamento do município, sobretudo da prefeitura, na oferta de assistência técnica e incentivos à certificação, além da realização de cursos e capacitações. Tais ações poderiam contribuir não apenas para agregar valor aos produtos comercializados, mas também para fortalecer e dar maior sustentabilidade ao mercado local de produtos orgânicos e agroecológicos.

CONCLUSÃO

Os dados levantados juntamente aos agricultores e agricultores familiares de Ilha Solteira evidenciou que a produção orgânica e agroecológica local é conduzida majoritariamente por agricultores mais velhos, o que reforça a tendência de envelhecimento no campo e a baixa renovação geracional. A produção concentra-se em hortaliças e frutas, comercializadas principalmente em

feiras livres e por venda direta, confirmando a relevância dos circuitos curtos de comercialização.

Entretanto, a ausência de certificação orgânica e os desafios relacionados à falta de apoio institucional, assistência técnica e condições de manejo indicam a necessidade de políticas públicas mais consistentes, como a criação de um programa municipal de assistência técnica e extensão rural (ATER) com enfoque agroecológico. O fortalecimento da agricultura orgânica e agroecológica no município depende de ações voltadas à capacitação, incentivo à certificação e organização coletiva, assegurando maior valorização dos produtos e sustentabilidade da atividade no longo prazo.

REFERÊNCIAS

- CAVALCANTE, D. K., DE CARVALHO, A. G., DE ASSIS, R. L., & DA SILVA, E. M. R. Agroecologia e produção orgânica: um estudo de caso da associação agroecológica de Teresópolis, R. **Revista em Agronegócio e Meio Ambiente**, v. 17, n. 2, p. e10491-e10491, 2024.
- FEYH, M. H.; LIZANA, GRS; CARVALHO, RL da S. Perfil do consumidor de produtos orgânicos e agroecológicos e sua relação com o consumo sustentável. **Revista Craibeiras de Agroecologia**, v. 7, n. 1, p. e13526-e13526, 2022.
- FINATTO, R. A.; SALAMONI, G. Agricultura familiar e agroecologia: perfil da produção de base agroecológica do município de Pelotas/RS. **Sociedade & Natureza**, v. 20, p. 199-217, 2008.
- GLIESSMAN, S. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.
- IBGE CIDADES. **Ilha Solteira (SP)**, 2022. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/ilha-solteira.html>>. Acesso em: 23 mai. 2024.
- KIST, J. I. **Motivações e dificuldades na agroecologia: ações de melhorias para a gestão da produção e comercialização de alimentos orgânicos**. 2019. Disponível em:< <https://core.ac.uk/download/pdf/196289122.pdf>> Acesso em: 18 ago. 2025.
- LIMA, S. K., GALIZA, M., VALADARES, A. A., & ALVES, F. **Produção e consumo de produtos orgânicos no mundo e no Brasil**. Texto para discussão /Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2020.
- MATIOSKI, B.; PADILHA, C.; DENARDI, V. Transição agroecológica e circuitos curtos de comercialização: caminhos para o desenvolvimento territorial sustentável. **Cadernos de Agroecologia**, v. 19, n. 1, 2024.
- MATOS, N. C. D. S., ANDREAZZI, M. A., LIZAMA, M. D. L. A. P., & URPIA, A. G. B. D. C. Percepção de agricultura sustentável no município de Maringá, Paraná, Brasil. **Interações (Campo Grande)**, v. 22, p. 243-262, 2021.

MIRANDA, S. P.; WEGNER, R. C.; DIAS, A. Comercialização nas feiras da agricultura familiar: um estudo de caso sobre a estrutura desses canais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 62, p. e270700, 2024.

MOLINA, M. G. de. **Introducción a la agroecología**. Catarroja: Sociedad Española de Agricultura Ecológica, 2011.

OLIVEIRA, S. S. C., DE MELO FERREIRA, C. B., & CRUZ, S. J. S. Perfil do mercado varejista e consumidor de frutas nativas do Cerrado no município de Iporá-GO. **Cerrado Agrociências**, v. 8, p. 61-74, 2017.

ROVER, O. J.; DAROLT, M. R. Circuitos curtos de comercialização como inovação social que valoriza a agricultura familiar agroecológica. **Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e inovação social**, p. 19-43, 2021.

SANTOS, J. S.; SILVA JÚNIOR, L. H. Determinantes socioeconômicos do consumo e disposição a pagar por alimentos orgânicos no agreste de Pernambuco. **Reflexões Econômicas**, v. 1, n. 1, p. 49-84, 2015.

SAQUET, M. A. Agricultura camponesa e práticas (agro) ecológicas. Abordagem territorial histórico-crítica, relacional e pluridimensional. **Mercator (Fortaleza)**, v. 13, p. 125-143, 2014.

SIMONATO, D. C., BERGAMASCO, S. M. P. P., DE SOUZA ESQUERDO, V. F., & BORSATTO, R. S. Velhice e Agroecologia? O conhecimento agroecológico de idosos e idosas de Assentamentos Rurais do Pontal do Paranapanema-SP. **Cadernos de Agroecologia**, v. 15, n. 2, 2020.

SOARES, L. P., OLIVEIRA, R. M. D., & MORAES, D. R. D. Investigando os olhares da saúde coletiva sobre a agroecologia. **Saúde em Debate**, v. 46, p. 133-148, 2022.

SPANEVELLO, R. M., MATTE, A., ANDREATTA, T., & LAGO, A. A problemática do envelhecimento no meio rural sob a ótica dos agricultores familiares sem sucessores. **Desenvolvimento em Questão**, v. 15, n. 40, p. 348-372, 2017.

THIES, V. F.; SCHNEIDER, E. P.; MATTE, A. Trajetórias familiares na pecuária leiteira no sul do Brasil: entre a especialização e o fim da atividade. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 61, p. e265911, 2023.

WARMLING, D.; MORETTI-PIRES, R. O. Sentidos sobre agroecologia na produção, distribuição e consumo de alimentos agroecológicos em Florianópolis, SC, Brasil. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 21, p. 687-698, 2016.

WICKHAM, H. Data analysis. In: **ggplot2: elegant graphics for data analysis**. Cham: Springer international publishing, 2016. p. 189-201.

AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA E SUA IMPORTÂNCIA PARA O BRASIL

Reinaldo Corrêa Costa
Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA)

RESUMO

A compreensão da agricultura familiar camponesa no Brasil exige um mergulho profundo em sua gênese socioterritorial, um processo marcado menos por uma linearidade evolutiva e mais por conflitos, contradições e uma resistência tenaz que forjou sua identidade. A figura do camponês não é um resquício arcaico, mas uma categoria social ativamente construída e reconstruída na interface entre a expansão do capital no campo e as estratégias de reprodução social de grupos subalternizados. O campesinato emerge de um *processo social de constituição de sujeitos* que se dá justamente na tensão entre a subordinação aos complexos agroindustriais e a luta pela autonomia fundiária e produtiva. Essa formação não é homogênea; engloba posseiros, assentados, ribeirinhos, relações de parentesco, assalariados rurais com roça e um grande conjunto de outros sujeitos cuja existência é constantemente negada ou invisibilizada pela narrativa hegemônica das relações de poder.

Palavras-chave: Campesinato; política; resistência.

INTRODUÇÃO

A agricultura familiar camponesa no Brasil é um tema complexo e multifacetado, que envolve uma profunda compreensão da dinâmica socioterritorial e das relações de poder que moldam a vida dos camponeses. Longe de ser um resquício do passado, o campesinato é uma categoria social dinâmica, construída e reconstruída ao longo da história, em meio a conflitos, contradições e resistências, portanto é atual e moderna (CPT, 2025a; 2025b). A expansão do capital no campo e as estratégias de reprodução social dos grupos subalternizados são fatores fundamentais que influenciam a formação e a identidade do campesinato.

Nesse contexto, é essencial reconhecer a diversidade e a heterogeneidade que caracterizam a agricultura familiar camponesa no Brasil. Posseiros, assentados, ribeirinhos, agricultores familiares e outros sujeitos sociais que compõem essa categoria são frequentemente invisibilizados pela narrativa hegemônica, que tende a privilegiar os interesses do capital e da agroindústria (ALMEIDA: 1996, 1994). No entanto, esses sujeitos sociais resistem, lutam pela autonomia fundiária e produtiva e constroem suas próprias estratégias de reprodução social. (HÉBETTE: 1995, 1996, 1998; MARTINS: 1997, 1991, 1983; OLIVEIRA: 1999, 2000, 1995).

A compreensão dessa realidade exige uma abordagem que considere as múltiplas dimensões da vida camponesa, incluindo as relações de parentesco, as práticas produtivas, as estratégias de resistência e as formas de organização social. É por meio dessa abordagem, entre outras, que podemos entender a complexidade, a riqueza da agricultura familiar camponesa no Brasil e contribuir para a construção de políticas e práticas que valorizem e apoiem esses sujeitos sociais.

A CONSTRUÇÃO SOCIOTERRITORIAL DO CAMPESINATO NO BRASIL: DAS LIGAS CAMPONESAS À RESISTÊNCIA CONTEMPORÂNEA

O século XX foi o momento histórico e socioespacial onde este processo de relações sociais se desenrolou com maior intensidade. O período pós-1940 produziu à chamada “modernização conservadora” (MOORE JR, 1975), um projeto de poder e de condução de subalternidade da agricultura familiar

camponesa brasileira ao poder das formas dominantes, sob bases e balizamentos do domínio da terra que, longe de dissolver o campesinato, paradoxalmente o recriou sob novas bases. Oliveira (2007), elucida a tese da dualidade entre um setor “atrasado” (o camponês) e outro “moderno” (o capitalista). Oliveira (2007) argumenta que ambos são funcionalmente articulados: o campesinato, por meio de estratégias de pluriatividade e do uso da força de trabalho familiar, subsidia o capital ao produzir alimentos a baixo custo e gerar um exército de reserva, estruturando os impactos sociais da concentração fundiária sob outra interpretação. Esta relação de exploração, porém, não é pacífica. Ela gera o seu antídoto: a organização e a resistência.

As Ligas Camponesas, que iniciaram em Pernambuco e se espalharam pelo Nordeste e Centro-Sul nas décadas de 1950 e 1960, representam o primeiro grande momento de autoafirmação política do campesinato brasileiro em escala nacional. Martins analisa este fenômeno não como um mero movimento por terra, mas como uma luta pelo reconhecimento da cidadania e por direitos em uma sociedade profundamente excludente, ou seja, não era meramente a respeito de economicidade de produção, era de condições socioeconômicas justas. As Ligas operaram uma transformação crucial: converteram a “questão agrária”, até então tratada como um caso de polícia, em uma questão política de justiça social, colocando na ordem do dia, no debate político e chega aos debates acadêmicos modernizando categorias analíticas relacionadas ao campo brasileiro, a necessidade da reforma agrária, inclusive como fator de modernização da sociedade brasileira. Este foi um salto qualitativo na construção socioterritorial camponesa, pois implicou a passagem de uma resistência fragmentada e localizada para uma consciência de classe capaz de disputar e construir um projeto nacional de desenvolvimento.

O golpe civil-militar de 1964 interrompeu brutalmente este processo, criminalizando e reprimindo as organizações camponesas. No entanto, a resistência não foi extinta; foi forçada a se reconfigurar. O regime ditatorial, ao promover uma ação tecnocrática excludente, modernização conservadora (modernizam em ações e técnicas, mas desde que as antigas elites dominantes continuem no poder) por meio, entre outros, de créditos subsidiados para insumos industriais (o chamado “pacote tecnológico”) incluindo o sistema bancário, não raro com os antigos bancos estaduais, aprofundou e ampliou a concentração fundiária

e expulsou milhões de famílias camponesas para as periferias urbanas, áreas inadequadas para agricultura ou para as recém criadas frentes “pioneiras” da Amazônia, lembrando que o termo parte do princípio de invisibilizar os indígenas e formas de campesinato na Amazônia. Esta ação, contudo, também foi um movimento de expulsão, fuga e de busca por novos espaços de autonomia. Como observa Martins, a migração para a Amazônia nas décadas de 1970 e 1980 foi, em grande medida, uma estratégia camponesa de recomposição de seu modo de vida em um território onde a pressão imediata do latifúndio era menor, ainda que sob a ameaça constante da grilagem e da violência (MARTINS, 1983, 1997, 1991).

É neste contexto de resistência à ditadura e de recomposição social nos espaços agrários que emerge, nos anos 1970 e 1980, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Sua constituição e distribuição espacial marca uma nova fase na construção socioterritorial camponesa. Diferente das Ligas, o MST se constitui a partir de uma base intelectual social e amplamente formada por expropriados pelo modelo dominante. Sua estratégia de luta direta pela terra por meio das ocupações, combinada com a formação política e a construção de assentamentos como espaços de produção e de vida, e não de especulação, representou uma inovação diferencial. Oliveira (2007) enfatiza que o MST e outros movimentos similares não lutam apenas por terra, mas lutam na terra e pela transformação social do território. Eles praticam uma reforma agrária de fato a partir de baixo, da base social de produção nas cadeias produtivas (produção, distribuição, circulação e consumo), criando fatos geográficos que forçam os setores dominantes no Estado a reagir, inclusive com ações de regularizar a posse e criar assentamentos no contexto de reforma agrária.

A resistência contemporânea do campesinato, portanto, é herdeira desta densa trajetória histórica. Ela se manifesta não apenas na luta fundiária no sentido clássico, mas também na defesa da agrobiodiversidade, da sociobiodiversidade, em valores ambientais e de preservação da natureza, como no caso de Chico Mendes, assim como em desdobramentos para a produção de alimentos saudáveis, na criação de mercados verdes e alternativos, assim como na afirmação de identidades culturais ligadas à terra. A construção socioterritorial camponesa é, assim, um processo contínuo e inacabado de luta pelo direito de existir e de reproduzir um modo de vida distinto, que insiste em afirmar seu lugar no Brasil

do século XXI, desafiando permanentemente a hegemonia de sistemas de poder opressores e reivindicando um projeto alternativo de estruturas sociais e produtivas tanto no campo quanto no de nação.

A QUESTÃO AGRÁRIA NA AMAZÔNIA: MODERNIZAÇÃO EXCLUDENTE E RESISTÊNCIA DOS POVOS TRADICIONAIS

A análise da questão agrária na Amazônia transcende a simples disputa por terra; ela revela o cerne de um projeto de nação em conflito. A região amazônica foi sendo constituída como palco principal onde se desenrola a versão mais crua da violência contemporânea da luta de classes no campo brasileiro, um processo analisado com profundidade por Hébette (1997, 1994, 1995) e Costa (2004). Para estes autores, a Amazônia não é um vazio demográfico ou uma tábula rasa, ou um espaço sem sociedade ou sem territórios, para projetos externos, mas um conjunto de territórios em disputa, onde um modelo de “modernização excludente” se choca contra a resistência secular de povos e comunidades tradicionais. A expansão da fronteira agrícola capitalista para a região, intensificada a partir da ditadura militar com o *slogan* “integrar para não entregar”, nunca se destinou à assimilação e modernização produtiva das sociedades locais. Pelo contrário, como demonstra Costa (2004), tratou-se de um projeto geopolítico e geoeconômico de uso e ocupação do território que operava por meio de um processo de exclusão e de violência estrutural fundiária, destinado a criar um novo uso do território para o capital nacional e internacional, às custas do desenvolvimento desigual, prejudicando milhares de camponeses, indígenas, ribeirinhos e impactando negativamente nas cidades. (COSTA: 2017).

Este modelo de desenvolvimento, parafraseando Hébette (1991a, 1991b) em seus trabalhos a respeito do sudeste do Pará, é intrinsecamente predatório e espoliador. Sua base material assenta-se na tríade grilagem de terras, exploração madeireira ilegal antiecológica e pecuária extensiva, atividades que demandam grande extensão de terra e pouca mão-de-obra, gerando uma paisagem de devastação socioambiental e não deixando infraestrutura socialmente produtiva. A suposta “modernidade” que chega via *correntões* de trator, motosserras e cercas de arame farpado é, na verdade, uma modernização regressiva ou de manutenção de poder, que impõe técnicas produtivas de alto impacto negativo

nos ambientes e baixa densidade socioeconômica, destruindo os complexos sistemas agroecológicos manejados pelos povos tradicionais. Este processo não é um acidente, mas a essência de uma economia de rapina, de transferência de renda, de modelo colonial exportador, que visa a acumulação rápida de capital, por meio da conversão de floresta em *commodity*, seja de gado, soja ou minério.

A resistência a este processo de grande distribuição espacial destrutiva não é reativa, mas sim constitutiva de alternativas de existência. Conforme argumenta Costa (2004), a sobrevivência dos povos da floresta está umbilicalmente ligada à sua capacidade de construir e defender territórios de usos específicos, onde se pratica uma economia de base adequada à reprodução de seus modos de vida, portanto com circuitos e escalas de economicidade e mercado específicos, assim como suas composições sociotécnicas. A luta pela terra na Amazônia, portanto, é antes de tudo uma luta pelo território, entendido não como um pedaço de terra delimitado, um chão demarcado, mas como o espaço vivido, apropriado e significado culturalmente, onde se reproduzem modos de vida específicos, que não raro, não destroem a natureza. É neste contexto de criação de territórios específicos que se deve entender a criação das Reservas Extrativistas (RESEX), uma inovação institucional brasileira nascida da luta do seringueiro Chico Mendes. Elas representam a materialização jurídica de um projeto territorial alternativo, que combina posse coletiva da terra, uso múltiplo da floresta e integração entre conservação e moradia e redes socioeconômicas específicas.

Hébette (1991b, 1998), em suas pesquisas de campo, indica o papel crucial dos conflitos socioterritoriais como motor da história regional. Estes conflitos não são meros episódios de violência pontual, mas sim processos sociais de longa duração que reconfiguram as paisagens, definem fronteiras e produzem identidades políticas, como os sindicatos de trabalhadores rurais. A violência do pistoleiro a serviço do grileiro é a face mais visível de um conflito declarado pelo controle de determinados espaços, um conflito onde o Estado frequentemente atua de forma ambígua, por um lado criando unidades de conservação, assentamentos e reconhecendo terras indígenas, e por outro, financiando infraestruturas (como estradas e hidrelétricas) que alimentam a máquina de expansão do capital sobre as terras tradicionalmente ocupadas.

A resistência contemporânea na Amazônia, portanto, é plural. Ela vai desde a vigilância comunitária contra madeireiros ilegais, passando pela organização de cooperativas de produtores de borracha, castanha ou açaí que buscam comercializar sua produção de forma justa, até as grandes mobilizações políticas de entidades como o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) ou a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB). Esta resistência é a prova viva de que a questão agrária na região não se resolve apenas com a distribuição de títulos de propriedade individuais. Exige o reconhecimento de direitos coletivos e a valorização de economias fundamentadas na floresta em pé, que oferecem não apenas uma barreira eficaz ao desmatamento, mas também um caminho viável para uma inserção regional na economia global que não seja autodestrutiva. O futuro da Amazônia depende da capacidade de superar o paradigma da modernização excludente e abraçar os projetos de vida que suas populações tradicionais vêm tecendo há séculos, nisso há uma junção entre a questão fundiária e a questão ambiental. Veja-se a frase “Ecologia sem luta de classes é jardinagem” que é atribuída a Chico Mendes, um seringueiro, sindicalista e ativista ambiental brasileiro que lutou pelos direitos dos povos da floresta e pela preservação da Amazônia.

CIRCUITOS ECONÔMICOS E REPRODUTIVOS: A PLURALIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA

A economia da agricultura familiar camponesa no Brasil desafia as categorias convencionais da ciência econômica pró-mercadoria. Ela não se submete à lógica unívoca da maximização do lucro, mas opera por meio de uma racionalidade plural e complexa, onde a reprodução social da família e do grupo comunitário é o objetivo central. Para decifrar esta complexidade, a integração das perspectivas dos quatro autores revela-se fundamental. A noção de circuitos espaciais produtivos e círculos de cooperação, desenvolvida por Santos, e sob outro aspecto a de Oliveira (2007, 1999, 1994), que oferece uma chave de leitura crucial ao demonstrar que o campesinato não está isolado do capitalismo, ele está profundamente articulado a ele, mas de forma subordinada e assimétrica. O camponês participa simultaneamente em dois circuitos: um circuito inferior (local, de autoconsumo, trocas e mercados próximos, baseado

em relações de reciprocidade) e um circuito superior (globalizado, dominado por grandes empresas que fornecem insumos e compram a produção a preços baixos). A vulnerabilidade económica do campesinato reside nesta inserção dependente no circuito superior, que constantemente extrai valor e ameaça sua autonomia.

No entanto, reduzir a economia camponesa a esta inserção subordinada é ignorar sua força motriz principal. Como argumenta Martins, a unidade produtiva camponesa é, antes de tudo, uma unidade de reprodução social. O seu funcionamento é orientado por uma lógica de valor de uso, onde a produção para o autoconsumo, a criação de animais e a manutenção de roças diversas não é um “atraso”, mas uma estratégia inteligente de segurança alimentar e redução de riscos. Esta diversificação produtiva, que inclui a gestão de quintais agroflorestais extremamente biodiversos, constitui um património genético e cultural inestimável, como bem documentam os trabalhos de Hébette na Amazônia. A roça de mandioca, o cultivo de feijão e milho, e a criação de galinhas não são meras atividades complementares; são o alicerce que garante a resistência da família perante as flutuações dos preços de mercado das *commodities* que eventualmente produz para vender sob outras lógicas de densidade de capital, técnicas e tecnologias.

É nesta dialética entre a subordinação e a autonomia que a análise de Costa (2004, 2017, 2019) para a Amazônia ganha relevância ao enfatizar que a viabilidade económica dos sistemas camponeses depende da sua capacidade de internalizar ativos no território. Isto significa desenvolver mecanismos – frequentemente por meio de círculos de cooperação como associações e cooperativas – para agregar valor à produção *in loco*, comercializar coletivamente para ganhar escala e poder de barganha, um *ethos* para capturar uma fração maior da renda gerada. A produção de farinha de mandioca de alta qualidade, polpas de frutas, óleos vegetais ou mesmo a agregação de valor simbólico (como os selos de “produto da sociobiodiversidade” ou “origem comunitária”) são exemplos de estratégias de resistência económica que buscam reverter o fluxo de valor, tradicionalmente direcionado para fora do território. No princípio de que não basta gerar renda tem-se que criar mecanismo de fixar renda, para evitar processos de transferência de renda ou de extração de renda da terra.

A pluriatividade familiar, longe de ser um sinal de desagregação, é a expressão máxima desta pluralidade económica. Uma mesma família pode, simultaneamente: (1) manter uma roça de autoconsumo (circuito de reprodução autónoma); (2) vender a produção em feiras municipais (circuito inferior de mercado); (3) vender um produto (como leite ou polpa de fruta) para uma cooperativa que comercializa regionalmente (circuito superior, mas com maior controle comunitário); e (4) ter um membro da família trabalhando como assalariado temporário num canavial ou numa obra urbana, injetando um salário monetário essencial na unidade familiar. Esta última atividade, analisada por Martins, mostra como o campesinato subsidia o capital ao fornecer mão-de-obra barata e sazonal, utilizando a renda obtida para consolidar sua própria reprodução como camponês. É uma relação de exploração mútua, porém profundamente desigual.

Portanto, a economia camponesa é um sistema dinâmico e resiliente, um feixe de circuitos entrelaçados de produção, consumo e circulação. Sua força não reside na especialização, mas na diversificação; não no volume isolado de produção, mas na gestão inteligente dos riscos e na priorização da segurança da família (COSTA: 2019a). A sua importância para o Brasil é colossal: é a principal produtora dos alimentos que abastecem a mesa da população nacional, é guardiã de um vasto património de agrobiodiversidade e constitui um freio social à ainda maior concentração fundiária e à urbanização caótica. Compreender sua pluralidade económica é o primeiro passo para formular políticas públicas que não tentem enquadrá-la num modelo empresarial padronizado, mas que fortaleçam seus circuitos de autonomia e apoiem suas estratégias de inserção justa no mercado, tal como preconizam Oliveira, Martins e Hébette em suas obras.

POLÍTICAS PÚBLICAS E CONFLITOS: ENTRE A PROMESSA DE INCLUSÃO E A REALIDADE DA VIOLÊNCIA ESTRUTURAL

O Estado brasileiro ocupa um lugar paradoxal na questão agrária: é simultaneamente o árbitro formal dos conflitos, o promotor de políticas de inclusão produtiva e, com frequência, o agente que, por ação ou omissão, reproduz a violência estrutural que caracteriza o campo (CPT, 2025a; 2025b). A análise deste duplo papel é central nas obras de Martins e Oliveira, que desvendam

como as políticas públicas, longe de serem neutras, operam num campo minado por interesses de classe profundamente arraigados. O instrumento máximo de intervenção estatal, a reforma agrária, nunca foi implementado de forma ampla e redistributiva no Brasil. Como destaca Oliveira, ela sempre foi “conservadora”, destinada mais a regular conflitos pontuais de alta tensão e a abrir frentes pioneiras para a expansão capitalista do que a promover uma verdadeira desconcentração fundiária. O Estado age, portanto, como um gestor da questão agrária, não como seu resolvidor, contendo as demandas por transformação sem alterar a estrutura de poder fundiário (CPT, 2025a; 2025b).

Esta gestão assume a forma de políticas públicas que, nas últimas décadas, migraram do paradigma da redistribuição de terras para o da promoção da inclusão mercadológica ou mesmo de políticas ambientais. Programas de crédito rural, como os do Pronaf, e de compra institucional, como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), representam um avanço no reconhecimento da agricultura familiar, mas carregam uma contradição intrínseca. Martins (1997b, 1991, 1993, 1983) analisa que tais políticas, ao buscarem integrar o campesinato aos circuitos financeiros e de mercado do agronegócio, podem inadvertidamente subsumir a lógica reprodutiva camponesa à lógica do capital, incentivando a especialização produtiva, o endividamento e a erosão dos sistemas diversificados de autoconsumo. A promessa de inclusão via mercado esbarra na realidade de uma concorrência profundamente desigual, onde o camponês é um elo balizado pelos preços frente aos oligopólios dos insumos e da comercialização.

É nesta fricção entre a ideologia de inclusão e a realidade da subordinação que os conflitos agrários se acirram. A violência no campo não é um fenômeno patológico ou esporádico; é, como demonstra Oliveira (1990, 1997, 1980, 1999), estrutural e constitutiva do modelo de realidade agrária brasileira. A disputa pela terra e pelos recursos naturais é inerente a um sistema baseado na grande propriedade e na expropriação. O pistolagem, as ameaças, as emboscadas e os assassinatos são a expressão última e mais brutal desta violência, utilizada como instrumento de intimidação e controle territorial pelas dominâncias fundiárias. Martins (1994, 1991, 1997, 1986) vai além, ao interpretar esta violência como uma “violência de classe” que opera em duas frentes: a física, contra lideranças específicas, e a simbólica, que busca deslegitimar os movimentos

sociais, criminalizando suas lutas e estigmatizando suas demandas como “atraso”, “obstáculo ao progresso” ou mesmo de baderneiros.

O Estado, neste cenário, apresenta-se de forma incoerente e contraditória. De um lado, por meio do Incra e de instrumentos de proteção como o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, ele reconhece a existência do conflito e tenta mitigá-lo. De outro, com uso de um sistema judicial e policial frequentemente enviesado a favor dos interesses do latifúndio e de um legislativo dominado pela bancada ruralista, ele perpetua a impunidade e a injustiça. A morosidade na desapropriação de terras, a criminalização das ocupações e a lentidão na apuração dos crimes contra militantes criam um ambiente de insegurança jurídica e física para os camponeses, enquanto garantem a segurança da posse ilícita para os grileiros. A dialética, analisa as contradições e relações entre opostos. O Estado não é neutro, a dialética revela as tensões entre o poder estatal e as forças sociais, econômicas e políticas que o desafiam e o apoiam, levando a transformações e mudanças na estrutura estatal, ou mesmo sua inércia.

Neste contexto, os movimentos sociais camponeses, como o MST, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e as organizações dos povos tradicionais, emergem não como perturbadores da ordem, mas como agentes que forçam o Estado a operar para a democracia e seguir a Constituição Federal. Por meio de ocupações de terras improdutivas e de mobilizações massivas, eles criam fatos políticos e geográficos novos, reinscrevendo a reforma agrária na agenda nacional e pressionando o aparelho estatal a agir. Esse movimento, com abordagem derivando da interpretação de Marcel Mauss (2013), vem como um fato social total: a ocupação fundiária sintetiza economia (conflito pela terra), política (pressão estatal), direito (luta pela função social) e cultura (identidade do movimento). É um ato único que revela e transforma todas as estruturas da sociedade.

Eles são, portanto, sujeitos fundamentais na luta pela efetivação de direitos constitucionais e na denúncia da violência estrutural. A história das políticas públicas para o campo no Brasil é, em grande medida, uma história escrita pela pressão de baixo para cima, onde cada conquista – seja um assentamento, um programa de comercialização ou o reconhecimento de um território quilombola

– é fruto de uma organização coletiva que enfrenta, cotidianamente, a promessa não cumprida de inclusão e a realidade crua da violência.

O FUTURO DO CAMPESINATO: AGROECOLOGIA, BIODIVERSIDADE E NOVOS PARADIGMAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O futuro da agricultura familiar camponesa no Brasil não é uma mera projeção linear do presente, mas um campo de possibilidades em disputa, cujo desfecho depende da capacidade de se construir alternativas concretas ao paradigma produtivista e excludente da oligarquia fundiária. As obras de José de Souza Martins, Ariovaldo Umbelino de Oliveira e Jean Hébette não se limitam à crítica; elas apontam, ainda que implicitamente, para caminhos viáveis baseados na luta política, direito à terra, revalorização dos saberes tradicionais, na agrobiodiversidade e na construção de novos arranjos territoriais. O horizonte estratégico que se delineia não é o da assimilação pura e simples ao modelo hegemônico, mas o da construção de uma contra-racionalidade econômica, onde a eficiência ecológica e a justiça social prevaleçam sobre a maximização do lucro. Neste projeto, a agroecologia emerge não como um conjunto técnico de práticas, mas como um sistema político e cultural que sintetiza o conhecimento camponês com inovações científicas críticas, orientadas para a autonomia e a resiliência dos sistemas produtivos.

A viabilidade econômica deste projeto nacional está intrinsecamente ligada à valorização da biodiversidade nativa. Conforme demonstram Costa (2004) e Hébette (1991a, 1997) na Amazônia, e Oliveira (2007) e Martins (1997a, 1994) em contextos diversos, a força reprodutiva do campesinato reside na sua capacidade de manejar complexos agroecológicos diversificados – os quintais, as roças, os campos nativos – que produzem simultaneamente alimentos, medicamentos, fibras e sementes. Este manejo gera um patrimônio cultural inestimável, que constitui a base material para uma inserção distintiva no mercado. Esse patrimônio cultural mostra o quanto agricultura familiar camponesa e os povos tradicionais são muito mais que produtores de alimentos de lógica mercantil. O futuro exige, portanto, políticas que invertam a lógica perversa que subsidia agrotóxicos e monoculturas e passem a fomentar circuitos econômicos

que remunerem adequadamente os serviços ambientais e a qualidade diferenciada dos produtos originários destes sistemas. A certificação participativa, os mercados institucionais fortalecidos (PAA e PNAE) e os nichos de consumo consciente representam mecanismos potentes para internalizar ativos no território, como propunha Costa (2017: 2019), permitindo que a renda gerada pela biodiversidade circule e se multiplique localmente.

Este modelo pressupõe uma redefinição radical do próprio conceito de desenvolvimento regional ou territorial. O paradigma vigente, baseado na exportação de *commodities* e na especialização produtiva, gera riqueza abstrata que flui para fora das regiões, deixando um rastro de degradação e exclusão. A alternativa camponesa, pelo contrário, propõe um desenvolvimento endógeno e multidimensionado, medido não apenas pelo PIB, mas pela qualidade da água, pela soberania alimentar, pela diversidade das sementes nativas, pela vitalidade cultural e pela redução dos conflitos violentos. Como analisa Martins, o campesinato é portador de um projeto de civilização que questiona os fundamentos da modernidade capitalista, propondo uma relação não predatória com a natureza e uma economia enraizada nas relações sociais.

A realização deste potencial, no entanto, enfrenta obstáculos monumentais. A financeirização da terra e da natureza, o avanço do marco legal do agrotóxico e a contínua pressão do capital sobre os territórios tradicionais representam ameaças continuas. A resistência e a construção de alternativas dependem da ampliação dos círculos de cooperação, como preconizava Santos (1979). Isso implica fortalecer alianças entre movimentos camponeses, comunidades tradicionais, cientistas críticos, consumidores urbanos e sectores progressistas do Estado, criando uma governança territorial colaborativa capaz de proteger e fomentar os modos de vida camponeses. O futuro do campesinato não está na sua conversão em empresários rurais, mas na sua afirmação como guardiões de territórios biodiversos e como protagonistas de um novo pacto social e ecológico para o Brasil, onde o desenvolvimento signifique, finalmente, a plena reprodução dos modos de vida sem conflitos.

TEMPOS PERVERSOS E ESPAÇOS DE POSSIBILIDADES

As políticas agrárias para a agricultura familiar camponesa nos governos Bolsonaro e Lula apresentam diferenças significativas. Durante o governo Lula, houve uma valorização da agricultura familiar, com a implementação de políticas de apoio, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que forneceu crédito e assistência técnica aos agricultores familiares. Além disso, o governo Lula investiu em programas de desenvolvimento rural, como o Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS) entre outros, que visava melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares e promover uma promoção da qualidade de vida.

Já o governo Bolsonaro priorizou o agronegócio em detrimento da agricultura familiar, com políticas que favorecem a produção em larga escala e a exportação de *commodities* agrícolas. Além disso, Bolsonaro reduziu ou eliminou várias políticas sociais implementadas durante o governo Lula, como o Bolsa Família, o que afetou negativamente a segurança alimentar de muitas famílias. Durante o governo Bolsonaro, a inflação dos alimentos aumentou significativamente, afetando a capacidade das famílias de comprar alimentos básicos.

Essas diferenças refletem visões distintas sobre o papel da agricultura no desenvolvimento do país. Enquanto o governo Lula priorizou a agricultura familiar e o combate à fome, o governo Bolsonaro priorizou o agronegócio e reduziu políticas sociais e fragilizou as instituições ligadas à proteção do meio ambiente. Essa mudança de enfoque tem impactos significativos na vida dos agricultores familiares e na segurança alimentar da população.

Enquanto o governo Bolsonaro promoveu o desmonte de políticas de apoio à proteção do meio ambiente e à agricultura familiar e favoreceu o capital agrário desvinculado de causas sociais, os governos de Lula buscaram a valorização da agricultura camponesa como pilar do desenvolvimento social e da segurança alimentar.

Para Martins (1986, 1983, 1997a), o campesinato no Brasil sempre foi marcado por uma luta constante pela sobrevivência diante da expansão do capitalismo no campo. Com base em Martins, entendemos que o governo Bolsonaro aprofundou o processo de “exclusão do excluído”, acelerando o processo de desaparecimento simbólico e material do camponês. Ao dismantelar as políticas

de reforma agrária e direcionar o crédito e o apoio ao agronegócio, o governo Bolsonaro intensificou a vulnerabilidade do agricultor familiar, forçando-o a se submeter às lógicas do mercado capitalista ou a engrossar o inchaço das periferias urbanas. A política de titulação em massa, sem o devido acompanhamento social e produtivo, foi vista como uma estratégia para individualizar a posse e fragilizar a organização coletiva. Já os governos de Lula, ao contrário, tentaram resgatar o camponês como sujeito histórico, com a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do fortalecimento de programas específicos, reconhecendo a importância da agricultura familiar para a segurança alimentar e a manutenção da diversidade cultural do campo.

Em Oliveira (2007), como um forte crítico do latifúndio e da grilagem legalizada que permeiam a estrutura fundiária brasileira. Sua perspectiva destaca que a política de Bolsonaro, ao privilegiar o agronegócio e a regularização de terras de forma questionável, aprofundou a concentração fundiária e precarizou a vida dos camponeses. O governo Bolsonaro, portanto, teria reforçado um modelo histórico de violência e exclusão no campo, indo na direção oposta de uma reforma agrária efetiva, que para Oliveira é essencial para a justiça social. Os governos de Lula, embora criticados por alguns por não avançarem suficientemente na reforma agrária, adotaram uma postura de fortalecimento institucional e de resgate da pauta, com programas como o Plano Safra da Agricultura Familiar e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que visavam fortalecer a produção camponesa e garantir a soberania alimentar.

Hébette (1995, 1996), com sua análise voltada para a Amazônia camponesa, destaca a importância da consolidação da agricultura familiar camponesa e a política de valorização do trabalho no campo. Sob sua perspectiva sugere que a política de Bolsonaro, ao incentivar a exploração predatória e o desmatamento, não apenas desconsiderou a sabedoria e os modos de vida camponeses, mas também ameaçou diretamente sua capacidade produtiva na escala da força de trabalho familiar. A falta de proteção ambiental e de políticas que reconhecessem o valor da sociobiodiversidade camponesa foi objetivamente contra às necessidades e interesses dos povos da floresta e da agricultura camponesa na região. Os governos de Lula, por outro lado, com políticas como o PAA, buscaram fortalecer a capacidade produtiva e a autonomia dos camponeses,

reconhecendo o valor de sua produção e sua importância para a reprodução social do campesinato.

Com o foco no etnoconhecimento, nos saberes locais e nos modos de vida, entendemos que há uma base para entender como o governo Bolsonaro desprezou a complexidade e a riqueza cultural da agricultura familiar. A ênfase na monocultura e na modernização tecnológica, sem considerar as práticas ancestrais e a relação dos camponeses com o seu território, demonstra uma visão tecnocrática e desrespeitosa com os modos de vida tradicionais e com a natureza. Os governos de Lula, embora não isentos de críticas e falhas, buscaram integrar o saber local em suas políticas, reconhecendo a conexão, integridade e a diversidade da produção camponesa são ativos valiosos para o desenvolvimento do país.

Em síntese, a diferença entre os governos Bolsonaro e Lula reside na sua filosofia de Estado. Bolsonaro adotou uma visão neoliberal e capitalista para o campo, desmantelando políticas sociais e reforçando a hegemonia do agronegócio que destrói o campesinato e a natureza. Os governos de Lula, influenciados por uma visão mais social-democrata, buscaram na agricultura familiar um parceiro estratégico para combater a fome, promover a inclusão social e resgatar a dignidade do trabalhador rural. Essa distinção de valores se reflete diretamente na formulação, ou na ausência, de políticas para a agricultura familiar camponesa.

CONCLUSÕES: A RESISTÊNCIA COMO PROJETO DE FUTURO

A análise desenvolvida ao longo destes cinco tópicos, ancorada nas contribuições fundamentais de Martins, Oliveira e Hébette, demonstra que a agricultura familiar camponesa no Brasil não é um vestígio do passado, mas uma força social viva e projetiva, cuja existência desafia permanentemente a hegemonia do agronegócio. A construção socioterritorial do campesinato, forjada nas lutas desde as Ligas Camponesas até os modernos movimentos sociais, revela um sujeito político que resiste à assimilação pura e simples pelo capital. Esta resistência adensou-se na Amazônia, onde a modernização excludente encontrou barreiras intransponíveis na organização dos povos tradicionais e

em sua defesa intransigente de territórios de uso comum, evidenciando que a questão agrária é, antes de tudo, uma questão de justiça espacial.

A pluralidade econômica destes grupos, operando por meio de circuitos entrelaçados de produção e reprodução, desvela uma racionalidade distinta daquela do empresariado rural: uma lógica orientada para a segurança alimentar, a diversificação e a autonomia relativa (GAZOLLA, SCHNEIDER: 2017). No entanto, esta mesma pluralidade ocorre sob o cerco constante de um Estado ambivalente, cujas políticas públicas frequentemente oscilam entre a promessa de inclusão e a reprodução de uma violência estrutural que mantém intacto o poder do latifúndio. Este cenário de conflito, longe de ser um epílogo, é o terreno onde se gesta o futuro.

O porvir do campesinato brasileiro, portanto, não está predeterminado. Ele depende da capacidade de transformar sua resistência em um projeto alternativo de desenvolvimento territorial ou regional, ancorado na agroecologia, no assentamento, na valorização da biodiversidade e na internalização de ativos nos territórios. Este projeto não é romântico ou nostálgico; é profundamente moderno ao apontar para uma economia pós-extrativista, que mede sua riqueza pela qualidade dos solos, pela abundância de água, pela diversidade de sementes e pela redução das assimetrias sociais. A viabilidade deste caminho exige a ampliação dos círculos de cooperação – entre movimentos sociais, academia, Estado e sociedade – para proteger e fomentar os modos de vida que garantem a soberania alimentar e a integridade ecológica do país. O campesinato, assim, reafirma-se não apenas como produtor de alimentos, mas como guardião de possibilidades outras de existência, oferecendo ao Brasil uma alternativa civilizatória urgente e necessária.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. Universalização e Localismos: movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia. *In*: Silveira, ISOLDA M. et. al. (org.) Amazônia e a Crise da Modernização. Belém. MPEG. 1994.

- _____. Deslocamentos compulsórios de índios e camponeses e a ideologia do desenvolvimento. *In*: BRITTO, Rosyan de C. et.al. (org.). *Energia na Amazônia*. Vol. II. Belém. MPEG/UFPA/UNAMAZ. 1996.
- COSTA, Reinaldo C. Cadeias produtivas, biodiversidade e Campesinato no Amazonas. *In*: COSTA, Reinaldo C.; NUNEZ, Cecília V. (orgs.). *Cadeias produtivas e seus ambientes*. Manaus: Ed. INPA, 2017.
- COSTA, Reinaldo C. A mercadoria como evidência de múltiplos circuitos espaciais produtivos. *In*: COSTA, Reinaldo C. (org.). *Circuitos e Cadeias de Produção e a Natureza*. Manaus. Ed. INPA. 2019.
- COSTA, Reinaldo C. Bases para gestão de áreas protegidas a partir do modo de vida e do uso do território. *In*: Costa, Reinaldo Corrêa (org.) *Gestão Territorial e Riscos Ambientais Urbanos*. Manaus: editora INPA, 2019a.
- COSTA, Reinaldo Corrêa. Xingu-transamazônica: linha de queda, territorialidade e conflitos. 2004. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- CPT - Atlas dos conflitos no campo brasileiro / Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, UERJ. FFP. Grupo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Geografia Agrária (GeoAgrária), UFF. Laboratório de Estudos sobre Movimentos Sociais e Territorialidades (Lemto). -- Goiânia, GO: Comissão Pastoral da Terra, 2025a.
- CPT - Conflitos no Campo Brasil 2024/ Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. -- Goiânia, GO: Comissão Pastoral da Terra, 2025b.
- GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.
- HÉBETTE, Jean et. al. *Agriculturas Familiares e Desenvolvimento em Frente Pioneira*. Clamecy. Lasat/ Cat/Gret/ Uag. 1995.
- _____. A Questão Agrária. Uma Introdução aos Clássicos. *In*: *Reforma Agrária*. Campinas. Vol 14, Nº 5-6. 1984.
- _____. Reprodução Social e Participação Política na Fronteira Agrícola: o caso da Transamazônica. Texto inédito apresentado no painel Movimentos Sociais Contemporâneos da Third Conference da BRASA. Cambridge. 1996.
- _____. Os grandes projetos e o despertar popular da consciência ambiental. Perspectivas para a Universidade. Inédito. Apresentado na Xª General Conference for Federation of Social Science Organizations, promovida por IFSSO/FLACSO/ANPOCS com o apoio do CNPq, realizado em Brasília - DF. 1991a.
- _____. A ocupação camponesa de uma área de fronteira e sua dinâmica social. O Caso de Pau Seco/Cametaú. *In*: *Agricultures Paysannes et Développement: Caribe-Amérique Tropicale*. Atas do seminário Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural na Amazônia Oriental. SACAD. Point-à-Pitre. 1991b.
- _____. Além dos pequenos e dos grandes projetos: O papel da Universidade. *In*: CASTRO, E./ MOURA, E./ MAIA, M.L.S. (Orgs.) *Industrialização e Grandes Projetos - Desorganização e Organização do Espaço*. Belém. EDUFPA. 1994.
- _____. O sindicalismo dos trabalhadores rurais na micro-região de Marabá. No prelo. 1998.
- _____. A relação pesquisadores-agricultores. Diálogo, Parceria, Aliança? Uma análise estrutural. *in*: *Revista de Agricultura Familiar, NEAF*. v.01 nº 01. Belém.1996.

- _____ Absorção de tecnologia na pequena produção agrícola paraense. *Jornal do XVI CBA (Congresso Brasileiro de Agronomia)*. Belém. 1989.
 - _____ A luta sindical em resposta às agressões dos grandes projetos. *In: HÉBETTE, Jean (org.) O Cerco Está se Fechando*. Petrópolis. Vozes.1991.
 - _____ e MOREIRA, Edma. A Marcha do Trabalhador do Campo Rumo à Cidadania: domínio da terra e estrutura social no Pará. *In: São Paulo em Perspectiva*, vol.11 nº 2. São Paulo. SEADE. 1997.
 - MARTINS, José de Souza. Exclusão social e a Nova Desigualdade. São Paulo. Paulus. 1997a.
 - _____ Fronteira: A degradação do outro nos confins do humano. São Paulo. Hucitec. 1997b.
 - _____ A Chegada do Estranho (prefácio). *In: HÉBETTE, J. (ORG.). O Cerco Está se Fechando*. Petrópolis. Vozes. 1991.
 - _____ Caminhada no chão da noite: Emancipação política e libertação dos movimentos sociais no campo. São Paulo. Hucitec. 1989.
 - _____ A Chegada do Estranho. São Paulo. Hucitec. 1993.
 - _____ Os Camponeses e a Política no Brasil - As Lutas Sociais no Campo e seu Lugar no Processo Político. Petrópolis. Vozes. 1983.
 - _____ A temporalidade da História na dialética de Lefebvre. in: Martins, J. S. (Org.) Henri Lefebvre e o Retorno à Dialética. São Paulo. Hucitec. 1996.
 - _____ Sobre o Modo Capitalista de Pensar. São Paulo. Hucitec. 1978.
 - _____ Não há terra para Plantar neste verão (o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo). Petrópolis. Vozes. 1986.
 - _____ O significado da criação da Comissão Pastoral da Terra na história social e contemporânea do Brasil. *In: CPT. A Luta pela Terra: a comissão pastoral da terra 20 anos depois*. São Paulo. Paulus. 1997.
 - _____ Expropriação e Violência: a questão política no campo. São Paulo. Hucitec. 1991.
 - _____ O Poder do Atraso: ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo. Hucitec. 1994.
- MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. Tradução: Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2013.
- MOORE JUNIOR, B. As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno. São Paulo: Martins Fontes, 1975.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária. São Paulo: FFLCH, 2007.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. Ensino de Geografia: Horizontes no final do Século. *In: Boletim Paulista de Geografia*, nº 72. São Paulo. 1994.
 - _____ Geografia e Território: desenvolvimento e contradições na agricultura. *In: Boletim de Geografia Teórica*. Vol.25, nº 49-50. Rio Claro. 1995.

- _____. Contribuição para o Estudo da Geografia Agrária: Crítica ao "Estado Isolado" de Von Thünen. Tese (doutorado). São Paulo. FFLCH/USP. 1978.
 - _____. Geografia e Realidade. Território Livre. Nº 02. São Paulo. União Paulista de Estudantes de Geografia. 1980.
 - _____. Fronteira Amazônica Mato-Grossense: Grilagem, Corrupção e Violência. Tese (Livre Docência). São Paulo. FFLCH/USP. 1997.
 - _____. Amazônia: Terra e Território. *In*: OLIVEIRA, Ariovaldo U. et. al. (orgs.) Milton Santos, Cidadania e Globalização. São Paulo. Saraiva. 2000.
 - _____. A Geografia Agrária e as Transformações Territoriais Recentes no Campo Brasileiro. *In*: CARLOS, Ana F. A. (org.) Novos Caminhos da Geografia. São Paulo. Contexto. 1999.
 - _____. "O Modo Capitalista de Pensar e suas 'Soluções Desenvolvimentistas' para os Desequilíbrios Regionais no Brasil: Reflexões Iniciais. Revista do Departamento de Geografia. Nº 03. São Paulo. FFLCH-USP. 1984.
 - _____. Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos. Campinas. Papirus. 1987.
- SANTOS, Milton. O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2. ed. São Paulo: EdUSP, 1979.

ELEMENTOS BÁSICOS PARA ENTENDER A ECONOMIA MORAL NA AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA E INDÍGENA NO BRASIL

Reinaldo Corrêa Costa
Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA)

RESUMO

A economia moral na agricultura familiar camponesa e indígena no Brasil representa um campo analítico que transcende a mera lógica do mercado e do lucro, ela enfatiza as relações sociais, culturais e éticas que orientam a produção e a reprodução dos modos de vida desses grupos. Diferente das economias capitalistas convencionais, onde a maximização da rentabilidade financeira é central em detrimento de certas classes sociais, a economia moral considera elementos como solidariedade, reciprocidade, justiça social e a reprodução das relações comunitárias como fundamentais para entender as práticas produtivas e econômicas no meio rural.

Palavras-chave: Economia moral; camponês; indígena.

INTRODUÇÃO

Nesta perspectiva, a agricultura familiar não é apenas uma atividade econômica, mas também uma forma de reprodução dos modos de vida que articula saberes ancestrais, cuidados com o uso do território, assim como estratégias de convivência social pelas relações econômicas. As decisões produtivas são orientadas por valores coletivos, ligados aos valores culturais, ligações afetivas e pela busca da manutenção da vida em comunidade, refletindo um sistema de produção que valoriza o equilíbrio entre trabalho, terra e vida social.

Compreender essa economia moral é essencial para desenvolver políticas públicas, programas de apoio e planos de negócios que respeitem e fortaleçam esses modelos econômicos, garantindo que agricultores camponeses e povos indígenas possam preservar suas identidades, territórios e modos de vida diante dos desafios da modernidade e da globalização.

Autores essenciais e clássicos para o estudo da economia moral no campo, incluindo a agricultura familiar e camponesa, temos os seguintes: James C. Scott, um dos principais autores do conceito moderno de economia moral devido a seu livro *"The Moral Economy of the Peasant: Rebellion and Subsistence in Southeast Asia"* (1976), onde ele analisa a racionalidade econômica e política dos camponeses em contextos do Sudeste Asiático, conceito amplamente aplicado a estudos agrários e camponeses atualmente. Outro autor é Samuel Popkin, em seu livro *"The Rational Peasant: The Political Economy of Rural Society in Vietnam"* (1979), aborda o comportamento racional e estratégico dos camponeses em termos econômicos, com isso instaura um debate fundamental para a economia moral. Edward Palmer Thompson (1995), analisa o conceito de economia moral em comunidades tradicionais na Inglaterra, vinculando aspectos culturais, sociais e econômicos, um dos mais influentes trabalhos a respeito de economia moral. Com William J. Booth, temos *"On the Idea of the Moral Economy"* (1994) que aborda aplicação contemporânea do conceito à sociedade de mercado, destacando a dimensão ética e política da economia moral. Em Carlos Antonio Aguirre Rojas temos *"Edward Palmer Thompson e a economia moral das multidões latino-americanas"* (2020), aplicação do conceito de economia moral de E.P. Thompson aos movimentos sociais da América Latina, incluindo movimentos camponeses e indígenas, destacando mobilizações e

recentes em países como México, Brasil, Bolívia e Chile. Didier Fassin (2019), ao abordar as economias morais, inclui análises que ampliam a discussão a respeito dos contextos sociais, culturais e políticos contemporâneos. Marc Edelman (2012), analisa a economia moral a movimentos atuais, destacando a dinâmica entre resistência, direitos e mercado. Norbert Götz (2015) comenta a respeito da trajetória conceitual da economia moral aplicada a sociedades e movimentos contemporâneos.

Esses autores se destacam por contextualizar o conceito para além das economias do Norte Global, evidenciando a relevância da economia moral como ferramenta analítica para compreender práticas de resistência, solidariedade e organização econômica em países do Sul Global, especialmente no campo e em contextos camponeses, indígenas e populares.

Autores clássicos como Eric Robert Wolf (1976), que analisou os sistemas econômicos camponeses e suas relações sociais, é frequentemente citado nos debates a respeito da economia moral. Outro autor clássico é Alexander Chayanov, (1974) que desenvolveu teorias a respeito da economia camponesa ligada à reprodução social, antecedendo muitos dos debates a respeito da economia moral.

Esses autores constituem a base para entender a economia moral no campo, oferecendo fundamentos teóricos, debates críticos e abordagens multidisciplinares que contextualizam as práticas econômicas camponesas, familiares e indígenas como formas éticas e sociais complexas. Mais recentemente temos Amitai Etzioni (2022) que discute em seu livro a dimensão moral da economia, unindo ética e economia numa perspectiva interdisciplinar.

A economia moral pode ser compreendida como um conjunto de práticas econômicas e sociais que não se limita à lógica do mercado, estando profundamente imbricadas nas relações culturais, territoriais e políticas dos povos, especialmente na Amazônia. A economia moral expressa o modo como as comunidades tradicionais negociam valores, direitos e recursos de forma coletiva, respeitando saberes ancestrais e formas específicas de governança. Essa economia é um componente central para entender os conflitos agrários, a resistência territorial e as estratégias de reprodução social dos povos indígenas e camponeses amazônicos. Enfatizamos que, na Amazônia, a economia moral está entrelaçada à defesa do território e à construção da autonomia, sendo

fundamental para a reprodução dos modos de vida em face das pressões do grande capital e do Estado.

Na Amazônia a economia moral representa o conjunto de práticas econômicas indígenas e tradicionais que se reproduzem em valores coletivos, relações de reciprocidade e respeito aos vários tipos de uso território sob bases tradicionais, coletivas e individuais. Ele destaca que, diferentemente dos modelos capitalistas convencionais, essa economia está intrinsecamente ligada à sociabilidade local, à responsabilidade ambiental e à defesa dos direitos territoriais. Costa (2004) enfatiza a resiliência dessas economias diante das pressões externas e sua capacidade de incorporar práticas inovadoras sem perder sua base moral e comunitária, contribuindo para a manutenção da biodiversidade e da autonomia cultural dos povos amazônicos.

A lógica da economia moral, faz com que pensemos que, talvez, exista uma territorialidade moral ou a moral da territorialidade, baseada nas obrigações sociais, como a reprodução da família ou do grupo e plasmada no trabalho para a unidade familiar, incluindo a utilização dos circuitos de mercado, e de sua organização social e política, e isso só é possível se estiver territorializado, pois se estiver “vagando” no espaço geográfico isso é quase impossível. (COSTA: 2004)

É com a economia moral e com a moral da territorialidade que se compreende a (re)produção social do modo de ser e de existir dos índios e dos camponeses, e é nesta moral econômica e territorial que se desenvolvem as estratégias de sobrevivência do grupo. Com essa moral se conhecem as dimensões das lutas de classes, tendo que resistir espontaneamente ou organizados politicamente para manterem essa moral, e isso é feito em constante e histórica luta contra o modo dominante de produção. A manutenção dessa moral significa a existência da economicidade e da territorialidade, que são relações sociais reais e não fruto de instituições políticas desconectadas da realidade. (COSTA: 2004)

A economia moral é usada em estudos indígenas na América Latina como um instrumento para compreender as práticas, valores e resistências das comunidades diante de modelos econômicos hegemônicos e práticas coloniais. A partir do conceito desenvolvido por Edward P. Thompson, que analisa como as comunidades populares estabelecem noções de justiça, solidariedade e reciprocidade econômica contrárias às imposições do mercado

capitalista, pesquisadores aplicam a economia moral para analisar movimentos indígenas, como os neozapatistas no México, os mapuches no Chile, os movimentos indígenas da Bolívia e do Equador, além de comunidades amazônicas brasileiras (ROJAS, 2020).

Esses estudos destacam que a economia moral indígena articula saberes ancestrais e práticas sociais que valorizam a vida coletiva, a proteção da terra (considerada “Pachamama”) e o “sumak kawsay” (boa vida), contrapondo-se às lógicas quantitativas e acumulativas do capitalismo mundializado. A economia moral nas comunidades indígenas é vista como uma forma de resistência cultural e política, promovendo modelos alternativos de modernidade baseados na convivência harmoniosa com a natureza e a manutenção da autonomia cultural (ROJAS: 2020; FASSIN: 2019)

A economia moral é uma ferramenta analítica que permite captar dimensões éticas e sociais fundamentais para entender as dinâmicas econômicas indígenas nas Américas, auxiliando na direção de políticas públicas que respeitam essas especificidades e fortalecem o protagonismo dos povos tradicionais. Não raro a economia moral é interpretada na lógica do lucro e acumulação, como despreparo ante as oportunidades de lucro.

A economia moral tem se configurado como um importante arcabouço teórico para estudar e compreender as práticas econômicas e sociais das populações indígenas na América Latina, sendo utilizada para revelar dimensões frequentemente invisibilizadas pela economia formal e pelos discursos hegemônicos. Fundamentada no conceito clássico do historiador Edward P. Thompson, que analisou a “economia moral dos pobres” como uma estrutura ética e estratégica de resistência frente às transformações capitalistas na Inglaterra do século XVIII, essa interpretação tem sido aplicada na análise das dinâmicas econômicas indígenas como expressão de modos de vida ancorados em valores comunitários, reciprocidade e cosmovisões específicas (THOMPSON, 1995).

Nas comunidades indígenas latino-americanas, a economia moral se manifesta por meio da centralidade dos princípios morais que direcionam o uso dos recursos naturais, a organização produtiva, as trocas e as relações sociais. Estudos sobre os zapatistas no México destacam como o movimento articulou práticas econômicas pautadas em solidariedade comunitária e na rejeição ao modelo neoliberal, enfatizando a autonomia e o controle dos meios de vida,

baseados no sustento coletivo e na justiça social (PRADO, 2003). De forma semelhante, as comunidades mapuche no Chile mantêm práticas agrícolas e pastorais em que a relação respeitosa com a terra não pode ser dissociada das obrigações morais e espirituais, constituindo assim um sistema econômico que transcende a simples troca mercantil e se insere num contexto político-cultural de resistência ao colonialismo e à mercantilização do território (ROJAS, 2020).

No Brasil, a economia moral é utilizada nos estudos com povos indígenas da Amazônia para evidenciar como seu modo de vida integra manutenção da biodiversidade, práticas de cuidado e governança coletiva sobre os recursos, dialogando com narrativas tradicionais de mundo em que a natureza é vista como sujeito e patrimônio comum. Esse enfoque contribui para compreender resistências às pressões econômicas externas, como grilagem, desmatamento e exploração predatória, revelando que a reprodução social indígena ocorre pela articulação complexa entre dimensões espirituais, políticas e econômicas, todas elas permeadas por noções morais e de reciprocidade (CHERNELA, ZANOTTI: 2014).

A aplicação contemporânea da economia moral em estudos indígenas amplia as críticas às abordagens estritamente econômicas e técnicas, permitindo que se enxerguem as comunidades indígenas não como atores passivos do desenvolvimento ou de planos de gestão e manejo dos territórios, mas como portadoras de modelos econômicos alternativos, ainda que de base originais, que conciliam justiça social e ecologia, fundamentando reivindicações políticas e ações de autogoverno (ROJAS, 2020). Essa perspectiva também reforça a necessidade de reconhecimento jurídico e político dos direitos territoriais, fortalecendo a autonomia e autodeterminação dos povos originários.

A economia moral, ao recuperar as dimensões sociais, éticas e culturais da atividade econômica indígena, constitui-se numa referência indispensável para pesquisas acadêmicas, formulação de políticas públicas e práticas de desenvolvimento que respeitem os modos de vida e a sustentabilidade das comunidades indígenas na América Latina. A economia moral tem se configurado como um importante arcabouço teórico para estudar as práticas econômicas e sociais das populações indígenas na América Latina, revelando dimensões invisibilizadas pela economia formal e pelos discursos hegemônicos. Fundamentada no conceito clássico de Thompson, que analisou a “economia moral

dos pobres” como uma estrutura ética e estratégica de resistência frente às transformações capitalistas na Inglaterra do século XVIII, a partir dessa noção tem sido aplicada para compreender dinâmicas econômicas indígenas como expressão de modos de vida ancorados em valores comunitários, reciprocidade e cosmovisões específicas (THOMPSON, 1995).

A economia moral em estudos brasileiros tem um papel central para compreender as dinâmicas econômicas, sociais e culturais em contextos diversos, especialmente no meio rural, entre povos indígenas, comunidades quilombolas e a agricultura familiar camponesa. No Brasil, esse conceito foi retomado e aprofundado a partir da tradição interpretativa trazida por Thompson, adaptando-se para analisar as particularidades históricas, socioculturais e políticas locais.

Pesquisas brasileiras enfatizam que a economia moral não se restringe a um conjunto de práticas econômicas, mas representa um sistema valorativo que orienta as relações de produção, distribuição e consumo, sempre ingenuamente inserido em uma rede de obrigações sociais, solidariedades e formas específicas de justiça. A economia moral, portanto, ajuda a evidenciar como trabalhadores rurais e comunidades tradicionais resistem às certas pressões do capitalismo e específicas ações do ambientalismo, preservando práticas coletivas, modos de vida e saberes ancestrais.

Na agricultura familiar, por exemplo, a economia moral revela-se na valorização da reprodução social e da autonomia, em contraposição às lógicas de mercado e do lucro imediatista. Trata-se de um enfoque que destaca a importância da reciprocidade, do cuidado com a terra, da cooperação entre famílias e da construção de identidades locais sustentadas em práticas econômicas éticas (WOORTMANN: 1990, WOLF: 1976; GAZOLLA, SCHNEIDER; 2007).

Entre os estudos emblemáticos brasileiros destaca-se a análise de comunidades, que sustentam circuitos produtivos baseados numa economia moral que articula proteção territorial, solidariedade interna e gestão coletiva dos recursos, possibilitando tanto a reprodução cultural quanto a inserção econômica em mercados específicos (COSTA: 2017, 2019a).

Além disso, o conceito é fundamental para pensar políticas públicas que dialoguem com as especificidades desses grupos, garantindo direitos territoriais, acesso a serviços e o reconhecimento dos valores tradicionais nas dinâmicas produtivas. Assim, a economia moral em estudos brasileiros oferece

uma perspectiva crítica e enriquecedora para a compreensão das complexas relações entre economia, cultura e luta social no campo.

ECONOMIA MORAL, PERSPECTIVAS E PROSPECTIVAS

A economia moral tem se destacado como uma chave interpretativa fundamental para compreender as práticas econômicas, sociais e culturais presentes nas comunidades rurais brasileiras, especialmente no âmbito da agricultura familiar, dos povos indígenas e das comunidades quilombolas. Esse enfoque, inspirado na tradição teórica de Thompson, foi incorporado e adaptado por estudiosos brasileiros para interpretar a complexidade das relações econômicas que ultrapassam os limites da mera lógica de mercado e lucro, inserindo a dimensão ética, social e cultural como elementos estruturantes do modo de vida desses povos.

Nas pesquisas, a economia moral aparece como um sistema de valores e práticas que orienta as relações de produção, troca e consumo, refletindo compromissos éticos com a solidariedade, reciprocidade e justiça social, portanto de ação política. Neste sentido, ela não apenas explica como as comunidades resistem e se reorganizam diante das pressões do capitalismo, mas também evidencia a manutenção e a reconstrução constante dos saberes tradicionais e das formas coletivas de organização socioeconômica (ROJAS, 2020).

No contexto da agricultura familiar, estudos ressaltam que o enfoque da economia moral ajuda a revelar a importância da reprodução social e da autonomia rural, evidenciando práticas que privilegiam o cuidado com a terra, a cooperação entre famílias e a valorização de identidades locais e modos de produção que respeitam o equilíbrio ambiental e social. Tal compreensão é crucial para formular políticas públicas que não apenas forneçam assistência técnica e financeira, mas que também respeitem e integrem os valores dessas comunidades, garantindo seu desenvolvimento integrado (COSTA: 2019a, 2017).

Por outro lado, no universo da produção familiar brasileira, estudos apontam para a existência de circuitos produtivos e sociais pautados em uma economia moral que articula a proteção territorial coletiva, solidariedades internas e formas específicas de gestão comunitária dos recursos naturais. Esses circuitos têm sido fundamentais para a resistência cultural, para assegurar os

direitos sobre o território e para viabilizar a inserção econômica satisfatória em mercados específicos, preservando a identidade e a autonomia dessas comunidades (COSTA: 2017).

Além disso, a economia moral tem sido um instrumento epistemológico essencial para o reconhecimento dos valores culturais na formulação de políticas públicas inclusivas, promoção de direitos territoriais e fortalecimento da participação social dos povos tradicionais. Essa perspectiva amplia a visão sobre o campo econômico, possibilitando um diálogo entre conhecimento acadêmico, saberes locais e demandas sociais. Assim, o estudo da economia moral nos diferentes contextos permite desvelar as complexas interconexões entre economia, cultura, organização social e resistência, contribuindo para a construção de alternativas mais justas e inclusivas para o meio rural e para os povos tradicionais.

Estudos a respeito da economia moral na Amazônia brasileira revelam uma trajetória rica e complexa, em que a economia indígena é vista como resiliente e profundamente entrelaçada com modos de vida sustentáveis e éticos ligados à natureza. O trabalho de Corrêa e Pires (2023) destaca que, apesar das drásticas transformações trazidas pelo colonialismo, muitas sociedades indígenas amazônicas mantêm uma economia orientada pela agricultura, extrativismo, pesca e manejo coletivo, ancorada em valores morais e sociais que reforçam a resiliência cultural e ambiental dos povos (CORRÊA & PIRES, 2023), Quadro 1.

Quadro 1 - Análise dos Sistemas Econômicos de Diversos Povos Indígenas da Amazônia.

Povos	Produção	Distribuição	Troca	Consumo
Ticuna	Mandioca (farinha, tucupi, goma) banana, abacaxi, cana, cará, milho e melância Artesanato.	Se estruturam como agricultores familiares, com cada família tendo um lote de terra.	Mandioca, banana, abacaxi, cana, cará, milho, melância, galináceos, caças e artesanatos.	Mandioca, banana, abacaxi, cana, cará, milhos, melância, galináceos, caças e produtos industrializados.
Yanomami	Algodão, tabaco, milho, banana, mamão, taioba, batata doce.	Todo o processo de produção e distribuição é coletivo.	Algodão, tabaco, milho, banana, mamão, taioba, batata doce, peixes e caças.	Algodão, tabaco, milho, banana, mamão, taioba, batata doce, peixes e caças e produtos industrializados em menor proporção.

Povos	Produção	Distribuição	Troca	Consumo
Wai Wai	Coleta de castanha-do-Pará, açaí, nozes, pupunha, buriti, caju.	Se estruturam como agricultores familiares, com cada família tendo um lote de terra	Castanha-do-Pará, açaí, nozes, pupunha, buriti, caju, caças, peixes.	Coleta de castanha-do-Pará, açaí, nozes, pupunha, buriti, caju, caças, peixes e produtos industrializados.
Xikrin	Coleta de palmito, castanha-do-Pará, como babaçu, mel, açaí, artesanatos.	Mesclam a distribuição coletiva dos bens com a apropriação familiar.	Palmito, castanha-do-Pará, coco babaçu, mel, açaí, peixes, caças.	Palmito, castanha-do-Pará, coco babaçu, mel, açaí, peixes, caças e produtos industrializados.
Guajajara	Produção e coleta de mandioca, milho, arroz, abóbora, melância, feijão, fava, inhame, gergelim, amendoim.	Mesclam a distribuição coletiva dos bens com a apropriação familiar.	Mandioca, milho, arroz, abóbora, melância, feijão, fava, inhame, gergelim, amendoim, pesca, caças.	Mandioca, milho, arroz, abóbora, melância, feijão, fava, inhame, gergelim, amendoim, pesca, caças e produtos industrializados.
Gavião	Coleta de bacaba, açaí, inajá, macaúba, coco babaçu, ingá, cupuaçu, castanha-do-Pará, mandioca (farinha), lagos artificiais (peixes).	Mesclam a distribuição coletiva dos bens com a apropriação familiar.	Bacaba, açaí, inajá, macaúba, coco babaçu, ingá, cupuaçu, castanha-do-Pará, mandioca (farinha).	Bacaba, açaí, inajá, macaúba, coco babaçu, ingá, cupuaçu, castanha-do-Pará, mandioca (farinha), peixes, caças e produtos industrializados.

Fonte: Corrêa & Pires, 2023.

Esses estudos enfatizam que a economia indígena amazônica está alicerçada em práticas ligadas à reciprocidade, ao cuidado coletivo dos recursos naturais e ao respeito às relações espirituais com o território, configurando uma forma alternativa de organização econômica que se contrapõe à lógica capitalista de exploração e lucro imediato. A bioeconomia indígena, baseada no manejo integrado dos recursos da sociobiodiversidade, torna-se uma expressão contemporânea dessa economia moral, combinando saberes tradicionais e inovações para garantir a sobrevivência e o desenvolvimento territorial (APIB, 2023).

Esse enfoque proporciona uma compreensão ampliada da Amazônia, possibilitando pensar políticas públicas e estratégias de desenvolvimento que respeitem a autonomia, o protagonismo e a economia moral dos povos indígenas, fortalecendo sua resistência perante os múltiplos desafios contemporâneos, como desmatamento, mudanças climáticas, pressões econômicas e políticas.

Adicionalmente, pesquisas etnográficas como as realizadas com povos indígenas documentam a transmissão intergeracional de práticas de coleta, cultivo e manejo de castanha, açaí e outros produtos, atividades que envolvem toda a comunidade e reforçam a centralidade dos valores morais na vida econômica diária (RICARDO, KLEIN, SANTOS 2023).

A questão da economia moral na Amazônia apresenta abordagens que articulam aspectos éticos, sociais, culturais e ambientais na compreensão das práticas econômicas indígenas e tradicionais da região. Essas questões contribuem significativamente para a compreensão das formas não convencionais de economia na Amazônia, que privilegiam a ética, o cuidado, a reciprocidade e o coletivo frente aos desafios da mundialização e da exploração predatória.

Estudos ligados a formação e organização territorial também destacam os processos de territorialização e organização social no contexto atual amazônica, que evidenciam conflitos e mobilizações indígenas frente às transformações econômicas e políticas impostas, revelando uma economia baseada em solidariedades e princípios morais locais que garantem a reprodução social e cultural. Outro aspecto importante aponta como as práticas agrícolas e extrativistas, associadas aos valores da reciprocidade, cuidado com o território e solidariedade, configuram uma forma de economia moral indígena que resiste e se estrutura aos desafios contemporâneos da mundialização do capital e dos impactos ambientais. (RICARDO, KLEIN, SANTOS: 2023).

Esses estudos mostram que a economia moral vai além de uma simples atividade econômica, sendo um eixo fundamental para a interconexão ecológica, cultural e social desses povos. A economia moral é fundamental para camponeses e indígenas no Brasil garantirem seus territórios e cadeias produtivas justas, pois articula práticas pautadas na solidariedade, reciprocidade e cuidado coletivo, diferenciando-se dos modelos tradicionais de exploração mercadológica. Essa economia valoriza saberes ancestrais, modos de vida interconectados e formas coletivas de uso e proteção da terra, fortalecendo a autonomia territorial e econômica das comunidades. Ao fugir das lógicas de acúmulo, endividamento e competição típicas do mercado convencional, a economia moral permite a construção de redes sociotécnicas produtivas inclusivas que preservam a biodiversidade e promovem justiça social, essencial para a reprodução e resistência cultural desses povos.

A imposição de planos de gestão ambiental e de negócios a indígenas e agricultores familiares sem considerar sua cultura e valores morais é uma abordagem questionável. Esses planos geralmente priorizam a eficiência econômica e a conservação ambiental, negligenciando as especificidades socioculturais locais.

De acordo com estudos recentes, como o de Henkel e Amaral (2008), os agricultores familiares na Amazônia brasileira têm uma percepção agrossocial distinta sobre sistemas agroflorestais, priorizando aspectos econômicos e sociais em detrimento de questões puramente ambientais. Isso sugere que os planos de gestão devem ser adaptados às necessidades e valores locais. Com isso temos alguns desafios, tais como:

- Negociação cultural: É fundamental que os planos sejam desenvolvidos em colaboração com as comunidades locais, respeitando suas práticas tradicionais e saberes, por melhores que sejam as intenções.
- Valoração da biodiversidade: A atribuição de valor econômico à biodiversidade deve considerar os conhecimentos tradicionais associados a ela, como destacado por Vieira (2021).

Não é uma aproximação sólida afirmar que a “economia moral indígena” é próxima como a ideia de Clastres (1979), da “sociedade contra o Estado”, pois são conceitos e abordagens bem distintos. No entanto, existe uma forte conexão analítica e conceitual entre eles, na medida em que ambos os termos descrevem processos sociais que se contrapõem fundamentalmente à lógica de acumulação e coerção do capitalismo e do Estado. Portanto, a economia moral indígena pode ser vista, com certa cautela teórica, como um componente da essência do que Clastres aborda, funcionando como um mecanismo que impede o desenvolvimento tanto do Estado (como estrutura política de poder) quanto do capitalismo (como sistema de acumulação e expropriação).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em uma abordagem básica e panorâmica, temos que a análise da economia moral na agricultura familiar camponesa e indígena no Brasil revela a complexidade das práticas econômicas que vão além das dimensões estritamente

financeiras e mercadológicas. Os agricultores familiares não atuam apenas como agentes econômicos isolados, mas como parte de uma rede complexa de relações sociais, culturais e territoriais que orientam suas práticas produtivas, de troca, solidariedade e preservação ambiental. Essa economia moral estrutura a reprodução social da família rural, reforça a identidade cultural e contribui para a capacitação das comunidades em contextos muitas vezes marcados por adversidades econômicas e políticas.

A agricultura familiar brasileira, responsável por uma parcela significativa da produção agropecuária nacional, demonstra um compromisso ético quanto a agroecologia, a diversidade produtiva e a valorização dos saberes tradicionais. A relação estreita entre o cuidado com a terra, a biodiversidade e as estratégias de convivência social evidenciam um modelo diferenciado que dialoga com a questão ambiental e a justiça social.

Neste âmbito, políticas públicas que reconheçam e incorporem esses valores da economia moral são imprescindíveis para fortalecer a autonomia, garantir o acesso a mercados justos, fomentar a capacitação e promover a inclusão social desses produtores, sem gerar endividamentos, perda da terra e processos ligados à pobreza. A valorização da agricultura familiar como um eixo estratégico para o desenvolvimento integrado e a soberania alimentar do país depende do reconhecimento e apoio a essa economia plural e ética que sustenta milhares de famílias no Brasil. Assim, ao considerar a economia moral como um eixo central na análise da agricultura familiar amplia a compreensão das dinâmicas do campo e contribui para construir políticas e práticas mais justas quanto aos usos dos territórios.

REFERÊNCIAS

- APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil). Carta dos Povos Indígenas da Bacia da Amazônia. 2023.
- BOOTH, William James. J. On the Idea of the Moral Economy. *The American Political Science Review*, vol. 88, no.3, sept. 1994.
- BOTELHO, Maria Izabel Vieira; FREITAS, Alair Ferreira de. "Campe sinato como ordem moral": (re)visitando clássicos e (re)pensando a economia camponesa. *Revista Nera*, ano 14, nº. 19, julho/dezembro de 2011.

CHAYANOV, Alexander V. *La Organización de la Unidad Económica Campesina*. Buenos Aires. Nueva Visión. 1974.

CHERNELA, Janet, ZANOTTI, Laura. Limits to Knowledge: Indigenous Peoples, NGOs, and the Moral Economy in the Eastern Amazon of Brazil. *Conservation and Society* 12(3): 306-317, 2014.

CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado: investigações de antropologia política*. Tradução de Bernard Frey. Porto: Afrontamento, 1979.

CORRÊA, F. V., & PIRES, J. O. M. Resiliência da economia indígena na Amazônia: história, desafios e perspectivas. *XX ENANPUR 2023 – Belém*. 2023.

COSTA, Reinaldo C. Cadeias produtivas, biodiversidade e Campesinato no Amazonas. *In: COSTA, Reinaldo C.; NUNEZ, Cecilia V. (orgs.). Cadeias produtivas e seus ambientes*. Manaus: Ed. INPA, 2017.

COSTA, Reinaldo C. A mercadoria como evidência de múltiplos circuitos espaciais produtivos. *In: COSTA, Reinaldo C. (org.). Circuitos e Cadeias de Produção e a Natureza*. Manaus. Ed. INPA. 2019.

COSTA, Reinaldo C. Bases para gestão de áreas protegidas a partir do modo de vida e do uso do território. *In: Costa, Reinaldo Corrêa (org.) Gestão Territorial e Riscos Ambientais Urbanos*. Manaus: editora INPA, 2019a.

COSTA, Reinaldo Corrêa. *Xingu-transamazônica: linha de queda, territorialidade e conflitos*. 2004. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

EDELMAN, Marc, "E. P. Thompson and Moral Economies", in Didier Fassin (ed.), *A Companion to Moral Anthropology*, MA, Oxford: John Wiley & Sons. 2012.

ETZIONI, Amitai. *A dimensão moral: rumo a uma nova economia*. Salvador. EDUFBA; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2022.

FASSIN, Didier. As economias morais revisitadas. *RBSE Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 18, n. 53, p. 27-54, agosto de 2019.

GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. A produção da autonomia: os "papéis" do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares. *Estud. Soc. Agric*, Rio de Janeiro, vol. 15, no. 1, 2007.

GÖTZ, Norbert. 'Moral economy': its conceptual history and analytical prospects. *Journal of Global Ethics*, Vol. 11, No. 2, 147–162, 2015.

HENKEL, Karl; AMARAL, Idemê Gomes. Análise agrossocial da percepção de agricultores familiares sobre sistemas agroflorestais no nordeste do estado do Pará, Brasil. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v. 3, n. 3, p. 311-327, set.- dez. 2008.

PRADO, Adonia Antunes. *O Zapatismo na Revolução Mexicana: uma leitura da Revolução Agrária do Sul*. Estudos Sociedade e Agricultura, 20, abril 2003.

POPKIN, Samuel. *The Rational Peasant; The Political Economy of Rural Society in Vietnam*. Berkeley: University of California Press, 1979.

RICARDO, Fany, KLEIN, Tatiane, SANTOS Tiago Moreira dos Povos indígenas no Brasil: 2017/2022. 2. ed. São Paulo, SP: ISA Instituto Socioambiental, 2023.

ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. Edward Palmer Thompson e a economia moral das multidões latino-americanas. *Caminhos da História* 25(2), Julho-Dezembro, 2020.

SCOTT, James C. *The Moral Economy of the Peasant. Rebellion and subsistence in southeast Asia*. New Haven: Yale University, 1976.

THOMPSON, Edward P. *La Economía Moral de la Multitud en la Inglaterra del Siglo XVIII*. In: Thompson, Edward P. *Costumbres en Comun. Crítica*. Barcelona. 1995.

VIEIRA, Renata Carolina Corrêa. *Povos indígenas, Povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares: a disputa pelo direito no Conselho de Gestão do Patrimônio Genético*. 2021. 168 f., il. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

WOLF, Eric R. *Sociedades Camponesas*. Rio de Janeiro. Zahar Editores. 1976.

WOORTMANN, E. F. "Com parente não se neguceia": o camponato como ordem moral. *In: Anuário Antropológico*. Brasília: Editora da UnB, n. 87, 1990.

USOS DO TERRITÓRIO E CIRCUITOS PRODUTIVOS: ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA, RESERVAS EXTRATIVISTAS, AGRICULTURA ORGÂNICA E AGROECOLOGIA

Reinaldo Corrêa Costa
Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA)

RESUMO

Os circuitos produtivos são essenciais para o entendimento das formas pelas quais os produtos produzidos nos espaços agrários com baixa densidade de capital e tecnologia, tais como extrativistas, pescadores entre outros, desde as bases originárias das roças ou florestas até os mercados locais, regionais e internacionais. Esses circuitos são compostos por uma multiplicidade de sujeitos sociais produtivos, várias formas de etnoconhecimento com suas respectivas técnicas e também o uso de tecnologias modernas, que forma uma rede socio-técnica que possibilita a fluidez de frutos de seus trabalhos pelos circuitos e escalas de economicidade e mercado. Em nosso contexto de especificidades de usos dos territórios que são caracterizados por formas normativas e regulatórias intrínsecas de sua criação como os assentamentos de reforma agrária, reservas extrativistas, além de áreas trabalhadas na lógica de produção orgânica e agroecológica, o estudo dos circuitos produtivos de base no trabalho familiar é um caminho para a identificação tanto de dinâmicas da produção quanto das formas socioambientais e socioeconômicas que lhes são forma conteúdo.

Palavras-chave: Uso do território; circuito produtivo; produção familiar.

INTRODUÇÃO

Os circuitos produtivos de base no trabalho familiar que se espacializa em formas da produção oriundas de roças, extrativismos, pequenas fábricas artesanais que contribuem, e não raro são a substância, de mercados (locais municipais, regionais e até globais), são estruturas espaciais que capacitam fluxos de mercado e com isso são elementos para se identificar as ações socioeconômicas e socioambientais nos espaços agrários, especialmente em contextos produtivos oriundos de assentamentos de reforma agrária, de reservas extrativistas e de sistemas produtivos de agricultura orgânica e agroecológica.

Esses circuitos plasmam e fundem dinâmicas produtivas de valorização e inclusão social, integridade ambiental em formatos de enfatizar e destacar composições produtivas específicas, pois vem em bases de sujeitos sociais específicos de relações sociais de produção específicas.

A dinâmica desses circuitos produtivos é importante no contexto de cidadania, pois são lógicas de produção e, bases de valores sociais e não do mercado, ainda que este esteja presente como caminho, e não como fim, isto para a íntegra dos territórios rurais em consonância com valores de cidadania e mercado justo, devido a relevância econômica, ambiental e social para a reprodução social da famílias produtoras envolvidas além de também contribuir aos outros elementos que são parte da circulação e comercialização da produção, como os que compõem as redes de apoio e sistemas de colaboração e de solidariedade ao trabalho familiar.

Um assentamento de reforma agrária, por exemplo, é uma estratégia de uso do território importante para a inclusão social de trabalhadores rurais sem-terra que passam a produzir em pequenos lotes, uma das formas de combate à pobreza e a terra com sua função social. As reservas extrativistas são espaços pensados para a conservação ambiental e o manejo ambientalmente não destrutivo de recursos naturais por grupos sociais específicos, aos quais seus circuitos produtivos são formas de trabalhos historicamente construídas, assim como suas formas de comercializar, suas formas de se relacionar com os mercados são específicas, desde a base fundiárias em que estão estabelecidos até as formas de reconhecimento e identificação daquilo que produzem.

A essência dos circuitos espaciais produtivos oriundos da produção familiar está no contexto de trabalho diversificado e da típica pluralidade socioeconômica em que os sujeitos sociais pertencem, tal diversidade de circuitos produtivos é um tipo de valorização do trabalho e de condições socioterritoriais *sui generis* em que as políticas públicas de valorização, proteção capacitação, entre outras são potencializadoras de autonomia, combate à pobreza e valorização de práticas que dificultam a reprodução de latifúndios expropriadores e desmatadores. Abordagens recentes a partir de estudos territoriais e de circuitos de produção apresentam algumas identificações e análises para se compreender melhor como a produção oriunda de tais circuitos se estruturam e formam paisagens produtivas, além de impactar em situações políticas e econômicas locais e setoriais, trazendo elementos de novas formas de gestão e comercialização, preservação de sistemas naturais e justiça social oriundas de processos de trabalho.

CADEIAS PRODUTIVAS E ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA

Os assentamentos de reforma agrária são unidades produtivas e socioterritoriais ligadas ao circuito inferior, porém, devido a sua diversificada dinâmica socioeconômica e política de relação com grupos externos revela uma linha de contato com certos elementos do circuito superior, em um processo produtivo dinâmico que envolve a circulação, o transporte até o consumo, com isso dinamiza certos espaços produtivos onde as famílias camponesas, não raro, foram historicamente expropriadas e excluídas do acesso à terra de trabalho (GARCIA Jr. 1983).

Um assentamento não é uma entidade territorial isolada, fechada ou restrita, é parte de um diversificado processo econômico e comercial de várias densidades e de desigualdades quanto às relações de poder típicas em processo de produção de mercadorias. Um assentamento atua primordialmente no circuito inferior, garantindo a reprodução social da família e a circulação é dominada pelas forças do lugar, mas a sua reprodução e capacitação, não raro, estão intrinsecamente ligadas limitadas pelas normas e balizamentos oriundos do circuito superior. (SANTOS: 1979)

Autores como Eid *et al.* (2010) abordam as cadeias produtivas em assentamentos de reforma agrária, mostrando a importância da construção coletiva para inserir os agricultores na cadeia produtiva de produtos em que formas associativas melhoram as condições de acesso aos mercados, assim como a capacitação técnica e a agregação de valor, com isso enfrentam limitações estruturais como infraestrutura precária e financiamento restrito.

A produção em assentamentos é marcada pelo caráter diversificado e integrado, muitas vezes alinhada aos métodos agroecológicos e orgânicos. A articulação com políticas públicas, assistência técnica, crédito rural, comercialização, é fundamental para o funcionamento dessas cadeias. Alguns autores ressaltam que a inserção das famílias assentadas em mercados mais vastos contribui para a estabilidade econômica e para o fortalecimento das condições sociais, ao mesmo tempo em que promove práticas agrícolas que mitigam impactos ambientais. (SOUZA, MOREIRA: 2017; CLEMENTE *et al.*: 2024).

Os desafios ligados a baixa conexão produtiva de assentamentos, como a dificuldade de acesso às formas de capacitação técnica, como de administração e gestão da produção revelam a condição estrutural ante a processos de comercialização ligadas aos mercados melhores estruturados em capital, tecnologia e gestão, com isso poder de negociação, isso reproduz um sistema de entraves que limitam o pleno desenvolvimento dos circuitos produtivos em assentamentos de reforma agrária. Por isso, a identificação e análise de composições socioeconômicas aponta para a necessidade de proposições integradas que incorporem a realidade possível dos assentados em suas formas instituições de comercialização e controle de seus territórios. (SCOPINHO, MELO: 2018)

CADEIAS PRODUTIVAS EM RESERVAS EXTRATIVISTAS

As reservas extrativistas, regulamentadas pelo Decreto 98.897/1990, conforme o "Artigo. 1º: As reservas extrativistas são espaços territoriais destinados à exploração auto-sustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, por população extrativista". São unidades territoriais destinadas à exploração integrada dos recursos florestais e naturais por comunidades tradicionais como seringueiros, castanheiros e extrativistas diversos sem destruir a natureza. Estudos recentes evidenciam que essas unidades territoriais específicas se

configuram em estruturas produtivas que produzem lógicas de uso cultural dos recursos, aliados à conservação ambiental e à reprodução cultural desses grupos sociais (SILVA, VALIM; 2023; COSTA *et al.* 2023, 2015).

As reservas extrativistas são a base de circuitos produtivos fundamentais para a reprodução do trabalho familiar e conservação da Amazônia, o que é produzido em uma Resex é mais do que a uma visão simplória do extrativismo, visto que faz parte integrante de um modo de vida policultor. São vários os produtos, além da agricultura e a criação de animais de pequeno porte a extração de produtos da floresta. A diversificação de atividades, inclusive com a implementação de sistemas agroflorestais, capacitando o território, é básico para a segurança alimentar das famílias produtoras, minimizando os temores associados aos preços desfavoráveis ligados a um único produto. Tais circuitos se estruturam pelo tipo de manejo e uso do ambiente, balizados pelas dimensões ecológica, econômica e cultural que como elementos dos modos de vida são lógicas específicas de uso do território. (SILVA, VALIM; 2023; COSTA *et al.* 2023, 2015).

Os circuitos produtivos oriundos de resex enfrentam dificuldades estruturais, como por exemplo, a precariedade de infraestrutura existentes em equipamentos públicos, mercados restritos e com baixa fixação e renda em seus produtores familiares. Alguns programas governamentais e ações de ONGs se esforçam em criar estratégias para fortalecer as organizações comunitárias, promover cadeias produtivas lucrativas, fomentar a criação redes de comércio justo para facilitar a comercialização e obtenção de renda somadas à melhoria da a qualidade de vida dos moradores de resex. (CUNHA: 2001).

O processo de melhor capacitação estrutural de unidade territoriais como as resex em seus circuitos produtivos também está ligado ao conjunto de sistemas de valorização dos saberes tradicionais, sustentados por redes sociotécnicas específicas e integradas aos elos dos circuitos produtivos, é dar substancialidade aos contexto participativo e decisório em processos territoriais de produção familiar, incorporando não somente os instrumentos legais e as políticas ambientais, mas também sistemas de retorno que garantam as condições de reprodução desses territórios (SILVA, VALIM; 2023; COSTA *et al.* 2023, 2015; CUNHA: 2001).

AGRICULTURA ORGÂNICA, AGROECOLOGIA E CIRCUITOS PRODUTIVOS

Uma forma específica de capacitar o território produtivo é com formas e sistemas de produção mais adequados a realidade dos sistemas naturais e do trabalho familiar, como os sistemas agroecológicos que nascem de iniciativas mais viáveis que o modelo dominantes, orientados ao lucro e uso de pacotes tecnológicos.

Dadas as condições estruturais de capacitar o território, temos que desde diferentes pontos de vista do conhecimento com preocupações em justiça social e ambiental, tem-se contribuições no sentido de base teórica e conceitual para superar os desafios impostos ante a realidade da dominância de formas de produzir alimentos sob o controle de processos poluidores. Nesse contexto de difícil inserção e formas mais próximas da realidade do trabalho de agricultores familiares, temos faz décadas, a Agroecologia, que foi concebida sob um conjunto técnico-científico que busca facilitar a superação dos sistemas atuais dominantes de mercado de produzir. Com isso se busca formas adequadas de produção e desenvolvimento para agriculturas familiares de forma integrada e saudável. Para Altieri, um dos maiores pensadores e divulgadores da Agroecologia, ela é muito mais que uma teoria acadêmica, ela é a forma constitutiva de como um conjunto de diversas disciplinas científicas atuam. Com isso, a Agroecologia, oriunda de uma abordagem sistêmica, assume a forma de agroecossistema como unidade de ação, objetivando a capacitação e estruturação de unidades produtivas familiares saudáveis. (ALTIERI; 1989).

O Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO 2024-2027) propõe um compromisso de garantir condições para o fortalecimento dessas práticas por meio de políticas articuladas de fomento, pesquisa e comercialização (Brasil, 2024). Ainda que o PLANAPO proponha ações de apoio à comercialização para reforçar práticas agroecológicas, ele é um conjunto de ações dentro das contradições da lógica dos circuitos do capital, tais ações são balizadas por interesses econômicos dominantes e cada circuito (superior e inferior). Com isso, o processo de fortalecimento de tais práticas é condicionado à formas alternativas de contornar as estruturas de controle e reprodução

de desigualdade, que historicamente reproduzem sistemas de exploração nos espaços agrários, busca-se instaurar a autonomia real aos produtores familiares.

Estudos recentes, como os de Pedrada *et al.* (2025) e Moura *et al.* (2024), analisam circuitos produtivos orgânicos e agroecológicos, abordando os desafios da certificação, agregação de valor e acesso aos mercados consumidores conscientizados da necessidade de conhecer os sistemas produtivos dos produtos que consomem. Esses circuitos são caracterizados por uma diversidade de policultivos, assim como da utilização de técnicas que promovem a saúde e conservação do solo e da biodiversidade, estruturando uma produção que responde positivamente às demandas por alimentos saudáveis e integrados às cadeias de valor de justiça social e ambiental.

A agroecologia vai além da técnica produtiva, envolve também uma visão sociopolítica que busca transformação das relações sociais de produção e de acesso e uso da terra, frequentemente é vinculada com movimentos sociais de justiça no campo. Sob essa perspectiva, os circuitos produtivos orgânicos em sua rede sociotécnica precisam de cooperativas alinhadas ao seu propósito e redes de solidariedade para fortalecer o processo de governança dos agricultores familiares para ampliar e fortalecer a sua inserção econômica e social em centros decisórios (FONTOURA, NAVES, 2016).

REALIDADES SOCIOECONÔMICAS E SOCIOAMBIENTAIS

Esses circuitos produtivos revelam que existem realidades produzidas historicamente que são complexas, em que a conjuntura socioeconômica socioambiental é marcada muito mais por desafios como reprodução da pobreza, insegurança territorial e dificuldades de acesso a políticas públicas que situações exitosas. A geografia do uso do território evidencia que a diversidade territorial e sociocultural impacta em diferentes formas diretamente nas configurações dos elos dos circuitos produtivos, exigindo políticas públicas sensíveis às especificidades locais (ROCHA *et al.*, 2021).

A interação entre as dimensões socioeconômicas e socioambientais é evidenciada na busca por produção socioambientalmente integrada, onde se combinam práticas tradicionais e inovações tecnológicas de baixo impacto e custos. Estudos ressaltam que o fortalecimento das cadeias produtivas está

associado à construção de capital social, cooperação e gestão coletiva dos recursos territoriais (OLIVEIRA, SANTOS, 2020; SERAFIN JUNIOR *et al*: 2025).

As análises socioeconômicas recentes indicam que o processo de agregação de valor no uso do território, portanto, territórios valorizados, o acesso aos mercados justos e as escalas de conectividades existentes entre os diferentes agentes produtivos e de comercialização do circuito produtivo são grandes balizadores e direcionadoras para proporcionar um conjunto de viabilidades, de potencialidades de tais ações produtivas para criar estruturas de enfrentamento ao processos que criam vulnerabilidades socioeconômicas (LEITE: 2021).

Em termos socioeconômicos e socioambientais, temos que a coexistência de vulnerabilidades e potencialidades no território, é repleto de possibilidades históricas de superação de processos de desvalorização com processos de reivindicação por reconhecimento territorial e direitos políticos. Os circuitos produtivos surgem como potencializadores de formas socialmente justas de desenvolvimento socioambiental, conectando geração e fixação de renda, segurança alimentar, inclusão social, governança e conservação ambiental. Os processos de fortalecimento do capital social, as ações territoriais participativas e a valorização dos saberes tradicionais são elementos chave para a reprodução socialmente justa desses circuitos.

CONCLUSÃO

A articulação existente entre circuitos produtivos, das roças aos mercados, e as realidades socioeconômicas e socioambientais em assentamentos, reservas extrativistas, agricultura orgânica e agroecologia revela uma dinâmica plural, multifacetada e múltiplas oportunidades e potencialidades para superar a realidade de recursos e capacidade ociosas, na expressão de Rangel. Essa dinâmica territorial demanda uma abordagem interdisciplinar que inclua os campos da geografia, economia e outras ciências sociais, reconhecendo a diversidade estrutural, os saberes tradicionais e as políticas públicas integradoras como elementos-chave para o desenvolvimento socioambientalmente justo.

Nos circuitos produtivos dos assentamentos de reforma agrária, se destacam tanto as potencialidades socioambientais oriundas do manejo familiar e diversificado quanto os desafios estruturais relacionados à precariedade de

infraestrutura, como o acesso ao crédito e comercialização adequada à realidade do uso do território de base no trabalho familiar. A organização do território por meio de cooperativas e associações se mostra essencial para a inclusão econômica dos assentados, assim como para a governança, reforçando modelos produtivos socioambientalmente justos que agreguem a agroecologia e práticas de cultivos orgânicos alinhados aos princípios da justiça social e ambiental.

Os circuitos produtivos em tais contextos fortalecem os processos de inclusão social e governança, assim como de conservação ambiental e de respaldo para diversificação econômica, enfrentando os desafios que são inerentes como a precariedade da regularização fundiária, a limitada agregação de valor e de fixação de renda aos produtores familiares e o acesso a determinados mercados que é restrito, como os orgânicos. O processo de fortalecimento dos sujeitos sociais locais, de fortalecimento das formas de cooperação e solidariedade, a constituição de políticas públicas adequadas as realidades territorialmente e vividas e a valorização da biodiversidade são essenciais para que tais circuitos se estruturem e consequentemente se consolidem como agentes de transformação socioambiental pelo uso do território socialmente justo.

Essa abordagem tenta contribuir para a construção social de modelos socioeconômicos e territoriais justos, que respeitem as especificidades dos modos de vida e seus respectivos circuitos produtivos, criando condições para promover justiça social, proteção ambiental e segurança alimentar partindo da base, de seus agentes, um vislumbre de ações democráticas e suas interações aos processos socialmente justos de produção.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. A. Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa. Rio de Janeiro: PTA: FASE, 1989.

BRASIL. Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO 2024-2027. Ministério da Agricultura. 2024.

CLEMENTE, Evandro César *et al.* Agricultura Familiar e os Assentamentos Rurais No Brasil: A Superação na Promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável. Cadernos de Agroecologia. Anais do Agroecol 2024 – Campo Grande, MS-v.19, n.02, dez. 2024.

COSTA, F. A., CIASCA, B.S., CASTRO, E.C.C., BARREIROS, R.M.M., FOLHES, R.T., BERGAMINI, L.L., SOLYNO SOBRINHO, S.A., CRUZ, A., COSTA, J. A., SIMÕES, J., ALMEIDA, J.S., SOUZA, H.M. Bioeconomia da sociobiodiversidade no estado do Pará. Brasília, DF: The Nature Conservancy (TNC Brasil), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Natura, IDB-TN-2264, 2021.

COSTA, Reinaldo Corrêa; ANGIOLI, Enderson MOTA; SOUZA, Letícia Barbosa. Algumas dimensões da cadeia produtiva na Resex do Médio Juruá (AM). OBSERVATORIO DE LA ECONOMÍA LATINOAMERICANA, v. 21, 2023.

COSTA, Reinaldo C. Cadeias produtivas, biodiversidade e Campesinato no Amazonas. In: COSTA, Reinaldo C.; NUNEZ, Cecilia V. (orgs.). Cadeias produtivas e seus ambientes. Manaus: Ed. INPA, 2017.

COSTA, Reinaldo C. A mercadoria como evidência de múltiplos circuitos espaciais produtivos. In: COSTA, Reinaldo C. (org.). Circuitos e Cadeias de Produção e a Natureza. Manaus. Ed. INPA. 2019.

COSTA, R. C.; SILVA, M. B. Cadeias produtivas e capacidade ociosa: resex do médio juruá e do rio jutaí (AM). Cadernos Geográficos (UFSC), v. 1, 2015.

CUNHA, L. H. de O. Reservas extrativistas: uma alternativa de produção e conservação da biodiversidade. São Paulo. Mimeografado. <https://nupaub.fflch.usp.br/textos>. 2001.

DIEGUES, A. C. S. & ARRUDA, R. S. V. Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001.

EID, Farid *et al.* Cadeias produtivas em assentamentos de reforma agrária. In: DAL RI, Neusa Maria (org.). Trabalho associado, economia solidária e mudança social na América Latina. Marília: Oficina Universitária, 2010.

FONTOURA, Yuna; NAVES Flávia. Movimento agroecológico no Brasil: a construção da resistência à luz da abordagem neogramsciana. O&S - Salvador, v. 23, n. 77, p. 329-347, Abr./Jun. 2016.

GARCIA JR, A. R. Terra de Trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GOMIDE, Plínio Henrique Oliveira, FALCÃO, Márcia Teixeira. (Org.) Sociobiodiversidade Amazônica: saberes, olhares e práticas agroecológicas. – 1. ed. – Boa Vista, RR. UERR Edições, 2021.

LEITE, Maria Laís dos Santos. Políticas públicas, agricultura familiar e sustentabilidade (Organizadora). 1. ed. Foz do Iguaçu: CLAEC e-Books, 2021.

MOURA, Dalila Alves *et al.* Agricultura Orgânica: impactos ambientais, sociais, econômicos e na saúde humana. Colóquio, Revista do Desenvolvimento Regional, Faccat - Taquara/RS - v. 19, n. 1, jan./mar. 2022.

OLIVEIRA, Ana Iracema Neves Fagundes Nogueira de; SANTOS, Moacir José dos. Capital social e a constituição de empreendimentos de economia solidária por agricultores familiares no município de São José do Barreiro – SP. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. V. 16, N. 3, set-dez/2020.

PEDRADA, A. K. L. *et al.* Fortalecimento da produção orgânica na Amazônia como resposta à emergência climática. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, V.21, N°2, Mai-Ago/2025.

ROCHA, S. F.; BRAGA, C. L.; LIMA, C. C; BISPO, T. W. Desenvolvimento rural no Brasil: políticas públicas diante da vulnerabilidade e da resiliência da agricultura familiar. Revista Terceira Margem Amazônia, v. 7, n. 17, p. 55-72, 2021.

RODRIGUES, D. C., RIBEIRO, A. S., SILVA, J. P. S., & PASSADOR, C. S. Sociobioeconomia e tecnologia social na Amazônia: Uma proposta de framework integrado. *Revista de Administração Contemporânea*, 2024.

SERAFIM JUNIOR, Valdir *et al.* Indicadores de capital social para o desenvolvimento rural sustentável em unidades de agricultura familiar na costa oeste paranaense. *Rev. Econ. NE, Fortaleza*, v. 56, n. 3, p. 99-118, jul./set., 2025.

SCOPINHO, Rosemeire Aparecida; MELO, Thainara Granero de. Políticas públicas para os assentamentos rurais e cooperativismo: entre o idealizado e as práticas possíveis. *Revista Sociedade e Estado – Volume 33, Número 1, Janeiro/Abril 2018*.

SILVA, Hugo Rodrigues da; VALIM, Ricardo. Extrativismo na Amazônia integrado à cadeias produtivas sustentáveis: uma revisão. *Scientific Journal ANAP*, v. 01, n. 04, 2023 Edição Especial - Anais do II Congresso Latino-americano de Desenvolvimento Sustentável. 2023.

SOUZA, Gabriel Moraes de; MOREIRA, Fabiano Greter. Políticas públicas de desenvolvimento aos assentamentos rurais no Brasil. I EIGEDIN. 2017.

Alguns sites consultados:

https://www.dhnet.org.br/dados/pp/a_pdfdht/plano_nac_reforma_agraria_2.pdf.

<https://revista.ecogestaobrasil.net/v12n30/v12n30a12a.html>.

<https://www.fao.org/brasil/publicacoes/pt/>.

<https://amazonia2030.org.br/wp-content/uploads/2022/05/AMZ2030-38.pdf>.

https://publicacoes.amigosdanatureza.org.br/index.php/anap/pt_BR/article/view/4024.

<https://agenciagov.etc.com.br/noticias/202410/planos-nacionais-de-abastecimento-alimentar-e-de-agroecologia-e-producao-organica-sao-lancados-pelo-governo-federal>.

TÓPICOS BÁSICOS DE CIRCUITOS PRODUTIVOS: PRODUTOS ORIUNDOS DA AGRICULTURA E PESCA INDÍGENAS NO BRASIL

Reinaldo Corrêa Costa
Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA)

RESUMO

A relação entre circuitos produtivos, desde a produção convencional até os mercados é sob uma lógica, as realidades socioeconômicas e socioambientais ligadas aos produtos oriundos da agricultura e pesca indígenas no Brasil é um tema de crescente interesse acadêmico e político, dada a relevância dos povos indígenas para a conservação da biodiversidade e para um modelo integrado de desenvolvimento, visto que ocorre sob outra lógica. Este trabalho é embasado com foco na sociobiodiversidade indígena, seu protagonismo produtivo, os desafios enfrentados e suas estruturas econômicas. Integrar saberes tradicionais e indicadores econômicos locais é uma tarefa fundamental para promover o desenvolvimento integrado e inclusivo de comunidades rurais, indígenas e tradicionais, principalmente na Amazônia e outras regiões onde o conhecimento ancestral e os modos de vida tradicionais têm papel central na conservação ambiental e produção econômica.

Palavras-chave: Circuitos produtivos; agricultura e pesca; indígenas.

INTRODUÇÃO

Aqui temos um grande desafio, a análise dos circuitos produtivos a partir da perspectiva integrada de estruturas socioeconômicas e sociotécnicas destaca a complexidade das relações entre o uso do território, as relações sociais de produção e os mercados. A economia brasileira, especialmente nas áreas indígenas, está imersa em circuitos que se articulam entre o circuito superior e inferior de produção e distribuição, formando uma rede de interações que muitas vezes reflete as desigualdades socioeconômicas e socioambientais do país, em especial aos povos indígenas.

Os circuitos produtivos no Brasil, particularmente no que se refere à agricultura e pesca indígenas, operam em diferentes escalas de economicidade e lógicas internas de produção. O circuito inferior, associado a práticas de autoconsumo e produções locais, é marcado pela reprodução das relações de produção comunitárias e familiares, voltadas para o consumo interno ou para mercados regionais, com baixo valor agregado. Já o circuito superior, que envolve produtos com maior valor de mercado, como commodities agrícolas e pesqueiras, se conecta com os mercados globais, dominados por grandes corporações e políticas neoliberais, que buscam maximizar o lucro à custa da exploração do território e dos recursos naturais.

As relações sociais de produção nas comunidades indígenas são estruturadas por formas de organização familiar e coletiva, onde o trabalho e o uso do território são definidos em função das necessidades locais e de preservação cultural. No entanto, esses sistemas produtivos estão cada vez mais pressionados pelas dinâmicas externas do mercado e pela intensificação da expropriação territorial promovida pelo Estado e pelas empresas privadas, baseados em um antigo ideário de transformar os indígenas em camponeses, ou seja, produtores de alimentos.

A partir da perspectiva de uso do território, como em Santos (1996, 2006) e Raffestin (1993), é fundamental compreender os circuitos produtivos indígenas não apenas como sistemas econômicos, mas como expressões de territorialidade, onde a produção, o trabalho e a relação com a natureza são inseparáveis da vida social, política e cultural dos povos originários. O território, nesse sentido, não

é apenas um espaço físico, mas um campo de relações simbólicas, históricas e materiais que estruturam a existência coletiva.

A inserção de produtos oriundos da agricultura e pesca indígenas no mercado capitalista tem gerado profundas transformações nas relações sociais internas às comunidades tradicionais mediados e balizados pelo dinheiro. O avanço de políticas de integração e desenvolvimento, muitas vezes sob o discurso da “inclusão produtiva”, implica processos de acomodação forçada das práticas tradicionais às lógicas externas, que priorizam a acumulação de valor e bens materiais e a racionalização da produção. Tal acomodação, ou enquadramento, não é neutra, pois, ela reorganiza o trabalho, redefine papéis sociais e impõe ritmos incompatíveis com os ciclos socioecológicos indígenas.

Segundo Firth (1974), a organização social é estruturada pelas relações econômicas e sociais dentro de uma comunidade, por princípios internos e externos. A inserção de produtos indígenas no mercado capitalista e a entrada de produtos industrializados na lógica produtiva indígena, pode levar a transformações profundas nas relações sociais internas às comunidades tradicionais. Isso pode resultar em uma reorganização do trabalho e uma redefinição de papéis sociais, como Firth destaca em sua análise sobre a economia e povos tradicionais, em um sentido de mais trabalho indígena para adquirir um bem industrializado. A acomodação forçada às lógicas externas pode ameaçar a integridade socioecológica e cultural das comunidades indígenas.

Inspirado em Firth, que distinguia a organização social (o arranjo dinâmico das ações individuais de produção) da estrutura social (conjunto de regras ideais de existência), temos uma tensão gerada por estruturas de mercado e formas de comercialização. A inserção no capitalismo não é um processo passivo, mas um ativo campo de negociação e imposição onde a lógica externa da acumulação de bens confronta a estrutura indígena de ser e de produzir objetos materiais. O enquadramento forçado das práticas tradicionais desorganiza a lógica social de existência, visto que a racionalização capitalista do trabalho e da produção ignora os ciclos socioecológicos e cultural das motivações sociais que, segundo Firth, impulsionam a economia em sociedades tradicionais. Essa redefinição de papéis e ritmos representa, portanto, uma reestruturação social violenta, com consequências profundas para os valores e as relações comunitárias.

A entrada nos circuitos de comercialização também traz implicações socioambientais, já que a pressão por maior produtividade e padronização interfere diretamente no uso da biodiversidade, nos modos de manejo e nas práticas historicamente construídas de produção social. Ao se tornarem produtores para os mercados, os povos indígenas se veem frequentemente compelidos a transformar suas formas de ocupação do território, resultando em conflitos entre o uso tradicional e os interesses do capital.

Entretanto, há resistências, muitos povos vêm reinterpretando os circuitos produtivos a partir de suas territorialidades, buscando modos de inserção e conexão que preservem a autonomia e a reciprocidade. Assim, os circuitos da agricultura e pesca indígenas podem se tornar espaços de afirmação cultural e política, tensionando os limites da mercantilização e reatualizando formas coletivas de produção em confronto com as lógicas de comércio e negócios dominantes.

As territorialidades indígenas são multivariadas expressões complexas de relações entre as diversas formas de existência dos povos originários e seu entorno, onde a produção e o trabalho são inseparáveis da vida social, política e cultural. Segundo Santos (1996), o território é um campo de relações simbólicas, históricas e materiais que estruturam a existência coletiva. Já Raffestin (1993) destaca a importância da territorialidade como uma forma de apropriação do espaço, onde os grupos sociais constroem suas identidades e relações de poder. Por exemplo, a língua indígena, nesse contexto, desempenha um papel fundamental na construção política da identidade e da cosmovisão dos povos originários, influenciando diretamente a forma como esses grupos se relacionam com o território e com a natureza e com o entorno. A partir de Mignolo (2020) temos que a língua é um elemento chave na formação da identidade cultural e na resistência aos processos de colonização. Portanto, é fundamental compreender as dinâmicas territoriais e linguísticas indígenas para além da visão economicista, reconhecendo a complexidade e a riqueza das culturas indígenas.

Os povos indígenas no Brasil detêm um conhecimento tradicional profundo e uma relação vital com seus territórios, que se traduz em práticas agrícolas e pesqueiras integradas aos seus modos de vida que são respeitadas à biodiversidade. Em tais práticas são produzidas suas mercadorias agrícolas e pesqueiras que estruturam circuitos produtivos específicos, integrados por saberes ancestrais e atuais, como modos de manejo ecológico e uma crescente

inserção em mercados locais, regionais e nacionais (FAO, 2025). Ao mesmo tempo, esses circuitos refletem as condições socioeconômicas indígenas, marcadas pela dualidade entre autonomia cultural e vulnerabilidades históricas, além das pressões externas de mercado e exigências ambientais (QUERMES & CARVALHO, 2013; SILVA: 2019).

O processo de integração produtiva pode ser entendido como um diálogo inter epistêmico, em que se reconhecem, valorizam e conciliam diferentes formas de conhecimento mediadas por relações de poder, os saberes tradicionais, que são construídos historicamente e incorporam práticas sociais, ambientais e culturais; nesse cenário temos a perspectiva decolonial, que incorpora aspectos sociais e econômicos como renda, produção, comercialização e padrões de consumo diferenciados, dentro da lógica de existência próprias (SZADKOSKI, 2025).

Os saberes tradicionais não são meros objetos de estudo, seus detentores são protagonistas na produção e reprodução de técnicas integradas. A participação ativa de comunidades locais diretamente na produção de circuitos produtivos específicos contribui para gerar dados territoriais ligados às especificidades locais, além de promover empoderamento e protagonismo comunitário (BANIWA *et al.*, 2025; SILVA: 2019).

Este diálogo equitativo enfrenta múltiplos desafios, como o risco de apropriação indevida dos saberes para fins comerciais, resistência institucional e a dificuldade em transformar práticas locais complexas em fatos econômicos socioambientalmente justos. Alguns trabalhos mostram que a integração socialmente justa é possível e essencial para que os denominados produtos bioeconômicos e a sociobiodiversidade sejam valorizados de forma equitativa, garantindo o direito das comunidades e a viabilidade econômica e ambiental dos territórios (BANIWA *et al.*, 2025; SILVA; 2019).

A integração entre saberes tradicionais e sistemas econômicos locais configura-se como um desafio central para a promoção do desenvolvimento integrado de comunidades rurais, indígenas e tradicionais, especialmente no Brasil, onde a diversidade cultural e ambiental é ímpar. Enquanto os saberes tradicionais representam um conjunto de conhecimentos acumulados e valores sociais específicos, transmitidos oralmente e inseridos em contextos culturais específicos, os sistemas econômicos são ferramentas formais que balizam o desempenho econômico e socialmente produtivo, usualmente baseados em

quantificações e metodologias padronizadas que pouco identificam a composição técnica de uso do território produtivo indígena.

O diálogo entre essas duas formas de conhecimento é fundamental para a construção de diagnósticos, monitoramentos e políticas públicas que respeitem e valorizem as especificidades culturais, assegurando autonomia e garantindo resultados socialmente legítimos e ambientalmente responsáveis (BANIWA *et al.*, 2025). Neste contexto tem-se a necessidade de discutir estratégias socialmente justas para formas socialmente justas de integração, apresentando desafios comuns, em um esforço de contribuir para um maior entendimento na tentativa de superar as dificuldades existentes no contexto da produção indígena já pertencentes em circuitos espaciais produtivos e estruturas técnicas de uso dos territórios específicas.

Em síntese, o processo de integração de saberes tradicionais e estruturas produtivas locais sejam como elos de cadeias produtivas ou processos específicos, é um desafio e uma base de questionamentos, assim como é um processo dinâmico e complexo que requer um conjunto de análises, construção colaborativa e respeito às especificidades culturais, possibilitando o planejamento e a gestão territorial que integre conhecimento ancestral e modernos sistemas produtivos, promovendo a integração produtiva socialmente justa e a justiça socioambiental.

SOCIOBIODIVERSIDADE INDÍGENA NOS CIRCUITOS PRODUTIVOS

A sociobiodiversidade indígena nos circuitos produtivos é uma expressão da relação complexa entre os povos originários e o meio ambiente. Segundo Santos (1996), o território é um campo de relações simbólicas e materiais que estruturam a existência coletiva. Moraes (2002) destaca a importância da territorialidade como uma forma de resistência à homogeneização. Leonel (2000a, 2000b) enfatiza a relação entre a biodiversidade e a diversidade cultural. Nesse sentido, os circuitos produtivos indígenas são uma forma de afirmação da sociobiodiversidade, onde a produção e a conservação ambiental estão intrinsecamente ligadas à reprodução cultural e social dos povos indígenas.

A partir da abordagem de Santos (2006), a sociobiodiversidade indígena atua majoritariamente no circuito inferior da economia, caracterizado por relações de produção e distribuição mais diretas, com menor capital e tecnologia, mas profundamente enraizadas no território. Contudo, essa inserção não é isolada. Segundo Moraes (2002), os circuitos produtivos globais (o circuito superior) penetram, não raro à força, e instrumentalizam ao objetivo dos grupos dominantes essas práticas locais, subordinando-as à lógica capitalista de acumulação. A sociobiodiversidade, riqueza de práticas e recursos, torna-se uma mercadoria a ser extraída, não em seu valor de uso intrínseco, mas para agregar valor nos diferentes elos ou componentes do circuito superior.

Contudo, a análise não pode ser determinista, Leonel (2000a, 2000b) destaca que, mesmo nessa subordinação, a existência indígena resiste e negocia, adaptando-se e, por vezes, desafiando a lógica hegemônica. A sociobiodiversidade, portanto, configura-se como um campo de disputas, onde o território, a cultura e a economia se entrelaçam em uma dialética complexa, tensionada entre a reprodução social local, a lógica global de acumulação e as estratégias sociais de mediação entre a realidade local e os ditames globais.

O conceito de sociodiversidade é fundamental para entender os circuitos produtivos indígenas, pois envolve a integração entre diversidade biológica e cultural mediados por contextos e situações socioeconômicas ligadas aos circuitos produtivos e usos do território.

Os circuitos produtivos indígenas tendem a ser complexos e multifacetados por serem diferentes do modelo capitalista comercial dominante de produção, envolvendo educação, manejo florestal, produção, beneficiamento, comercialização e consumo, embasadas em valores culturais e até mesmo cooperação comunitária, utilizando mutirões, com esforços crescentes para assegurar uma distribuição justa dos benefícios.

REALIDADES SOCIOECONÔMICAS E SOCIOAMBIENTAIS

As realidades socioeconômicas e socioambientais são interconectadas e refletem a complexidade das relações entre os seres humanos e o meio ambiente. Segundo Moraes (2002), o território é um campo de relações de poder e significado. Leonel (2000a e b) destaca a importância da conservação

ambiental como uma questão social. Diegues (1994) enfatiza a necessidade de uma abordagem integrada para entender as relações entre sociedade e natureza. Nesse sentido, as realidades socioeconômicas e socioambientais devem ser analisadas de forma integrada, considerando os diferentes pesos e intensidades das dimensões culturais, políticas e econômicas que as configuram.

Em Diegues (1994), as realidades socioeconômicas e socioambientais revelam a complexa relação entre comunidades tradicionais e o meio. Nesse contexto, o «mito moderno da natureza intocada» é desconstruído, mostrando que essas sociedades moldam ativamente seus ambientes, baseadas em saberes ancestrais. Moraes (2002), com sua análise da formação territorial, adiciona a dimensão espacial e histórica, mostrando como as lógicas de apropriação e acumulação capitalista se impuseram, redefinindo o uso e valorização dos recursos. Leonel (2000a e b), por sua vez, complementa ao enfatizar a existência e a resistência indígena, que, mesmo diante da hegemonia capitalista, negocia, adapta e reatualiza suas práticas. Juntos, esses autores oferecem uma base multifacetada para analisar como as dinâmicas sociais e econômicas se entrelaçam com o ambiente, não de forma harmoniosa, mas em constante tensão e disputa.

Os povos indígenas enfrentam uma dualidade intensa: por um lado, a preservação de modos de vida e produção ancestrais que capacitam para entender a biodiversidade; por outro, vulnerabilidades sociais agravadas por processos de exclusão, falta de infraestrutura, pressões econômicas mercadológicas e ameaças ambientais externas, principalmente em suas terras. A comercialização de seus produtos demanda articulação para evitar a dependência econômica e garantir respeito à autonomia (QUERMES & CARVALHO, 2013).

A crescente demanda por produtos indígenas orgânicos e culturalmente legítimos cria oportunidades econômicas importantes, ao passo que amplia o desafio da organização interna para gerenciar a produção e o acesso a mercados, garantindo qualidade e certificação, mas sem destruir ou comprometer processos internos

AGRICULTURA INDÍGENA E PRODUÇÃO TRADICIONAL

A agricultura indígena e a produção socioterritorial tradicional são expressões da relação complexa entre os povos originários e o meio ambiente.

Segundo Moraes (2002), o território é um campo de relações de poder e significado. Leonel (2000a e b) destaca a importância da conservação ambiental como uma questão social. Mindlin (1985) enfatiza a relação entre a cultura e a natureza nas sociedades indígenas. Costa (2004) analisa a importância da produção tradicional para a segurança alimentar e a integridade dos sistemas. Nesse sentido, a agricultura indígena é uma prática que integra a cultura, a economia, portanto o meio ambiente.

Para a produção tradicional indígena, Moraes (2002) destaca o território como categoria central, onde a produção não se restringe ao autoconsumo, mas é parte da formação espacial e identitária. Mindlin (1985), por sua vez, enfatizaria a cosmologia e o mito, que dão sentido e estruturam as práticas agrícolas e a relação com a natureza. A produção é, portanto, inseparável das narrativas e saberes ancestrais. Leonel (2000a e b) evidencia a existência indígena, que mesmo sob pressão externa, reinventa e negocia sua produção, adaptando-a ou resistindo à lógica capitalista dominante. Por fim, Costa (2004), com uma perspectiva geográfica, observa a organização espacial da produção, a forma como o manejo dos recursos e a distribuição do trabalho se concretizam no território. Juntas, essas abordagens oferecem uma visão geral e complexa, que integra a materialidade da produção, a dimensão simbólica, a estrutura política e a espacialidade das práticas indígenas.

Os sistemas agrícolas indígenas são caracterizados por uma diversidade de práticas que envolvem roças rotativas, policultivos, plantios agroflorestais e manejo integrado do solo e das águas. Essas formas de produção foram e continuam sendo formas eficientes de uso do território amazônico.

Além da produção para subsistência, a agricultura indígena tem se ampliado para o mercado, com produtos como farinha de mandioca, frutas regionais, milho, e produtos florestais não madeireiros, como a castanha e óleos vegetais, assumindo papel fundamental nos circuitos produtivos da sociobiodiversidade. Estudos indicam que esses produtos tendem a agregar valor ao serem combinados com processos tradicionais de preparação e associativos, além de certificações que valorizam o selo indígena e uma valorização territorial.

PESCA INDÍGENA E MANEJO INTEGRADO DE RECURSOS AQUÁTICOS

A partir da abordagem de Isaac, que destaca a complexidade das dinâmicas sociais e econômicas envolvidas na pesca, e considerando os estudos de Barthem (2004) a respeito da importância da gestão integrada dos recursos pesqueiros; enfatizar a necessidade de uma abordagem integrada e adaptativa para o manejo dos recursos aquáticos, visando garantir a conservação e a integridade desses ecossistemas. E conforme Furtado (2006) existe exigência de se fazer uma reflexão a respeito do valor das contribuições socioculturais, assim como do legado sociocultural deixado pela ancestralidade indígena.

Considerando algumas abordagens a pesca indígena é uma realidade não como um ato de mero autoconsumo, mas como um sistema complexo e multifacetado, onde ecologia, cultura, economia, comércio e política se entrelaçam. A análise de Diegues a respeito de povos tradicionais desmistifica a visão romântica do «homem primitivo», do “bom selvagem”, revelando assim a estrutura indígena na construção de territórios e na gestão de seus recursos. Em diálogo, uma farta bibliografia aborda a compreensão da dinâmica pesqueira, tratando como um tipo de apropriação e o manejo comunitário como são fundamentais na reprodução social e econômica, desafiando modelos hegemônicos de gestão, visto que é sob outra lógica. Assim como também temos, uma abordagem etnoecológica, valorizando o conhecimento tradicional como ciência de ponta, essencial para a conservação e o manejo integrado, explicando que o saber local é inseparável das práticas de pesca. Finalmente, a contribuição de Mindlin a respeito da cosmologia indígena resgata a dimensão simbólica e mítica da pesca, revelando que a relação com os peixes e o ambiente aquático é estruturada por narrativas ancestrais, e não apenas por necessidades materiais. A pesca, sob essa perspectiva integrada, é um campo de disputas e de resiliência, onde a resistência cultural e a reinvenção de saberes se manifestam frente às pressões externas quanto ao uso do território.

A pesca é uma atividade central para muitas comunidades indígenas, especialmente na região amazônica, onde rios, lagos e igarapés compõem o cenário ambiental. O manejo participativo de recursos como o pirarucu, o tucunaré e o caranguejo-uçá, envolve técnicas tradicionais e atuais, que equilibram

extração e conservação, sustentando ecossistemas aquáticos e meios de vida locais (FAO, 2025).

DESAFIOS E PERSPECTIVAS FUTURAS

Há desafios técnicos, institucionais e sociopolíticos significativos que envolvem a consolidação dos circuitos produtivos indígenas, como o fortalecimento das redes comerciais, superação da burocracia para certificação, apoio à inovação integrado e a formação de capital social e governança territorial própria.

Por outro lado, iniciativas de bioeconomia indígena e economia da sociobiodiversidade oferecem caminhos promissores para o desenvolvimento integrado, respeitando os direitos e conhecimentos tradicionais, conciliando conservação e geração de renda. A valorização dos territórios indígenas e o apoio a políticas públicas multifacetadas são imprescindíveis para que tais cadeias alcancem seu pleno potencial.

Integrar saberes tradicionais e circuitos econômicos locais é uma tarefa fundamental para promover o desenvolvimento integrado e inclusivo de comunidades rurais, indígenas e tradicionais, principalmente na Amazônia e outras regiões onde o conhecimento ancestral e os modos de vida tradicionais têm papel central na conservação ambiental e produção econômica.

A integração pode ser entendida como um diálogo intepistêmico, em que se reconhecem, valorizam e conciliam diferentes formas de conhecimento, os saberes tradicionais, que são construídos historicamente e incorporam práticas sociais, ambientais e culturais; e as composições territoriais econômicas locais, que balizam aspectos sociais e econômicos.

Esse processo exige, antes de tudo, o reconhecimento da legitimidade dos saberes tradicionais não apenas como objetos de estudo, mas como protagonistas na geração de soluções integradas. Envolver as comunidades locais diretamente na produção de estruturas produtivas socioambientalmente justas contribui para gerar dados contextualizados alinhados às especificidades locais, além de promover empoderamento e protagonismo comunitário.

REFERÊNCIAS

- BANIWA, André *et al.* Saberes confluentes em novas visões de mundo. Stanford Social Innovation Review, edição patrocinada, número 3, Especial Amazônia com oferecimento do Fundo Vale. 2025.
- Barthem, R. B., & Fabrê, N. N. . Biologia e diversidade dos recursos pesqueiros da Amazônia. In M. L. Ruffino (Ed.), A pesca e os recursos pesqueiros na Amazônia brasileira (p.11–55). Manaus: ProVárzea. 2004.
- Diegues, A. C. S. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: Hucitec. 1994.
- FAO. (2025). Projeto Entre Águas Amazônicas é lançado com foco em cadeias produtivas sustentáveis. <https://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1736891/>.
- FIRTH, R. (1974). Elementos de organização social. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- FURTADO, Lourdes. Origens pluriétnicas no cotidiano da pesca na Amazônia: Origens pluriétnicas no cotidiano da pesca na Amazônia: contribuições para projeto de estudo pluridisciplinar. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciências Humanas, Belém, v. 1, n. 2, p. 159-172, maio-ago. 2006.
- ISAAC, V. J. Diagnóstico, tendências e perspectivas para o desenvolvimento do setor pesqueiro artesanal. Diagnóstico da pesca e da aquicultura no estado do Pará. Belém: UFPA-NAEA, 2008.
- LEONEL, Mauro O uso do fogo: o manejo indígena e a piromania da monocultura ESTUDOS AVANÇADOS 14 (38), 2000b.
- LEONEL, Mauro. Bio-sociodiversidade: preservação e mercado. ESTUDOS AVANÇADOS 14 (38), 2000a.
- MIGNOLO, W. D. (2020). Histórias locais / projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- MINDLIN, B. Nós Paiter: Os Surui de Rondônia. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.
- MORAES, A. C. R. de. Território e História no Brasil. São Paulo: Annablume. 2002.
- QUERMES, Paulo Afonso de Araújo; CARVALHO, Jucelina Alves de. Os impactos dos benefícios assistenciais para os povos indígenas Estudo de Caso em Aldeias Guaranis. In: Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 116, p. 769-791, out./dez. 2013.
- RAFFESTIN, C. Por uma Geografia do Poder. São Paulo. Ed. Ática, 1993.
- SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- SANTOS, Milton. Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- SILVA, Franklin Paulo Eduardo da. Capitalismo nas aldeias indígenas: repercussões em pesca, caça e alimentação do povo Baniwa em São Gabriel da Cachoeira, Amazonas. Revista de Estudos em Relações Interétnicas, v. 22, n. 1, jan/abril 2019.
- SZADKOSKI, Marta Helena. Saberes tradicionais e territórios: os impactos dos grandes empreendimentos econômicos na perpetuação do conhecimento. Revista Aracê, São José dos Pinhais, v.7, n.2, 2025.

ASSOCIAÇÕES, COOPERATIVAS E A ECONOMIA SOLIDÁRIA: DAS ROÇAS AOS MERCADOS

Reinaldo Corrêa Costa
Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA)

RESUMO

As cooperativas e associações de produtores rurais familiares no Brasil representam uma reconfiguração das relações sociais de produção, baseada na economia solidária e na autogestão. Elas promovem um uso do território contra hegemônico expropriador, fortalecendo circuitos inferiores de economia e contestando a lógica homogeneizante do circuito superior do agronegócio. Esta dinâmica é estruturada por densas redes de solidariedade que fomentam o capital social e cultural, fundamentais para a constituição de um modo de vida socioterritorial que integra identidade, reprodução (material e simbólica) na defesa de seus modos de vida e de suas instituições. No entanto, estas iniciativas enfrentam as diversas formas de poder (simbólico, econômico e cultural) do capital, que busca subordiná-las à sua lógica. A conversão do capital social e cultural em capital econômico estável permanece seu principal desafio, tornando-os espaços centrais nos processos de reivindicação por um projeto justo e democrático para o campo brasileiro.

Palavras-chave: Circuito inferior; economia solidária; socioterritorial.

INTRODUÇÃO

A partir de uma abordagem baseada na contradição inerente dos processos históricos, temos que cooperativas e associações produtivas e de economia solidária enquanto agirem de forma individualizada, mas inseridas em modelos de mercados exploratórios, elas irão reproduzir as contradições e explorações que tentam superar. As cooperativas e associações, para sobreviver terão que competir umas contra as outras, o que reproduz a agir na mesma lógica de mercado que as oprime. Com isso, ao criarem sistemas de gestão pensando em si mesmas como se fossem empresas, os cooperados e associados se tornam “seus próprios capitalistas”, o que não supera o antagonismo entre capital e trabalho, apenas lhe plasma uma nova forma social. O movimento cooperativo, se não é integrado a um processo de mudança social mais ampla, por exemplo regional, continua isolado e não se torna capaz de estruturar condições de melhoria socioeconômica.

Espaço vivido e a região e que se vive

Frémont (1980) aborda que na valorização do “espaço vivido”, o espaço é experimentado, percebido e sentido de forma individual. Nesse sentido, a categoria analítica “espaço vivido” é básica para identificar e analisar a forma como os produtores familiares vivem e dão sentido aos seus territórios e às suas formas de organização social coletiva. Isso vai além de uma análise puramente econômica ou estrutural das cooperativas e associações, com isso permite compreender as motivações, as lógicas, os laços afetivos e as identidades que se desenvolvem nessas comunidades. Outros dois elementos são a organização e a escala, que são uteis para entender como as cooperativas de produtores familiares produzem seu espaço de atuação, criando redes de solidariedade e de comercialização que podem transcender as fronteiras administrativas e burocráticas, mas que se baseiam em uma experiência de vivência compartilhada.

A pluriatividade, policultura ou a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas, é uma característica dos produtores familiares. A renda dos produtores familiares não depende exclusivamente da produção primária, mas de um conjunto de atividades que incluem o artesanato, os serviços, o trabalho

acessório, turismo rural, entre outros. Essa diversificação de atividades tem um impacto direto nas organizações coletivas, as cooperativas e associações rurais historicamente tentam se adaptar para atender a uma base de situações ligadas a interesses e conseguir fontes de renda mais variadas. Em alguns casos, a combinação pode fortalecer as formas de resiliência das organizações, permitindo que sobrevivam e consigam se reproduzir socialmente em um cenário de transformações econômicas em que historicamente estão sendo explorados.

Os desafios enfrentados pelas cooperativas e associações no meio rural brasileiro envolve abordar temas como a complexidade de transformar a posse da terra em produção organizada e integrada aos modos de vida, incluindo as dificuldades de financiamento, gestão, comercialização, assistência técnica e inserção em circuitos e escalas de mercado.

As cooperativas e associações de produtores rurais familiares constituem uma forma de organização socioterritorial coletiva que objetiva fortalecer a produção e a comercialização de produtos agrícolas socialmente produzidos, ao mesmo tempo em que promovem a solidariedade e a cooperação entre os associados. A partir de Santos (1996), o uso do território é fundamental para entender as relações sociais de produção, pois é nele que se desenvolvem as práticas agrícolas e se estabelecem as relações de poder. Em Santos (1996), o circuito superior e inferior da economia são fundamentais para compreender as dinâmicas territoriais, onde o circuito superior é caracterizado pela concentração de capital e tecnologia, enquanto o circuito inferior é marcado pela produção familiar e pela economia solidária.

Nessas organizações, as redes de solidariedade são fundamentais para a construção de capital social, que, segundo Bourdieu (1989), é um recurso essencial para o desenvolvimento das comunidades. Além disso, o poder simbólico exercido nessas organizações é um elemento-chave para entender as relações de poder e as dinâmicas sociais internas. A formação de cooperativas e associações também está relacionada à acumulação de capital econômico e cultural, que são fundamentais para a reprodução social e econômica dos produtores familiares que criam conjuntos identitários de sua imagem e semelhança, as cooperativas e associações, incluindo suas próprias contradições.

Sob o aspecto socioterritorial, as cooperativas e associações de produtores rurais familiares são uma forma de resistência e afirmação da produção familiar,

pois permitem que os produtores mantenham o controle sobre a produção e a comercialização de seus produtos. Além disso, essas organizações contribuem para a preservação do modo de vida das comunidades rurais, valorizando a cultura e a identidade local. Em síntese, as cooperativas e associações de produtores rurais familiares são formas de organização coletiva que promove o desenvolvimento territorial integrado e buscam construir condições para a melhoria da qualidade de vida dos produtores familiares.

Cooperativas e Associações Rurais Familiares: Economia Solidária e a Reconfiguração do Território

As cooperativas e associações de produtores rurais familiares emergem como formas socioeconômicas fundamentais para se decifrar as contradições e alternativas no espaço agrário contemporâneo. Analisá-las requer transcender uma visão economicista, situando-as como lócus de uma transformação profunda nas relações sociais de produção. Estas entidades, alicerçadas nos princípios da economia solidária, buscam superar a lógica assalariada e exploratória do capital, instituindo relações de cooperação, autogestão e propriedade socioterritorial dos meios de produção. Nesse processo, elas redefinem o uso do território, contestando a hegemonia do circuito superior da economia representado pelo agribusiness e pelo capital financeiro expropriador e poluidor, com isso busca fortalecer os circuitos inferiores especializados em diferentes escalas e circuitos de economicidade e mercado, baseados em mercados locais, feiras e comercialização direta (SANTOS, 2000).

Essa produção socioeconômica e sociotécnica do uso do território é assegurada por redes de solidariedade que fomentam um capital social específico e denso, com um específica capilaridade e distribuição espacial, elemento irrigador para a resiliência coletiva. No entanto, a consolidação dessas iniciativas enfrenta o poder do agronegócio expropriador, que naturaliza e justifica sua lógica produtiva como única e desejável e isso ocorre com discurso de desenvolvimento, crescimento econômico. Em direção contrária aos processos hegemônicos de dominação e subordinação, as cooperativas camponesas mobilizam outras formas de capital, como o capital cultural, expresso nos saberes tradicionais e até mesmo na pedagogia da autonomia; tem-se o capital econômico,

reinvestido de forma coletiva na própria comunidade em forma de estruturas sociais. A síntese desse conjunto se materializa na perspectiva de um modo de vida distintivamente socioterritorial (FERNANDES, 2005), onde a reprodução do grupo socioterritorial está intrinsecamente ligada à defesa de seu território, da biodiversidade e de um projeto ético-político de sociedade. Com isso, longe de serem meras unidades produtivas, essas organizações constituem células sociais de um paradigma pós-exploratório, onde a solidariedade e a ética do território vivido se fundem para construir alternativas concretas de existência.

Nessa perspectiva, o território não é apenas suporte físico, mas campo de disputas simbólicas e materiais, permeado por redes de solidariedade que plasmam práticas de cooperação, reciprocidade e de confiança, bases da economia socioeconomicamente justa e os modos de vida são parte significativa desse conteúdo.

As cooperativas e associações de produtores rurais familiares, inseridas na lógica da economia solidária, representam uma forma de resistência e resignificação do rural frente à hegemonia do agronegócio expropriador. Longe de serem meros arranjos produtivos locais, essas organizações se constituem a partir de complexas relações sociais de produção, onde a cooperação e a autogestão se sobrepõem à lógica da maximização para acúmulo de capital. A formação dessas iniciativas redefine o uso do território, transformando-o de um espaço de exploração para um lugar de pertencimento e reprodução de um modo de vida mais autônomo e justo socioambientalmente e socioeconomicamente.

A economia solidária surge como uma forma de resistência ao modo de produção capitalista, destacando sua capacidade de criar relações sociais mais igualitárias e solidárias. Gaiger (2006) enfatiza a importância da autogestão e da cooperação como elementos-chave para a construção de uma economia mais justa e integrada aos modos de vida. Destaca-se o potencial da economia solidária para gerar trabalho e renda, além de promover a inclusão social. Com isso temos a necessidade de políticas públicas que apoiem e fortaleçam as experiências de economia solidária, visando a possibilidade de construção de um conjunto da sociedade com acesso a uma vida mais justa e igualitária.

Análise das Cooperativas e Associações de Produtores Rurais Familiares no Brasil: Entre a Economia Solidária e a Lógica do Capital

A realidade das cooperativas e associações de produtores rurais familiares no Brasil é um microcosmo das lutas sociais e contradições que moldam o espaço agrário brasileiro. Estas organizações, e mesmo instituições, não podem ser compreendidas como meras entidades produtivas econômicas, mas sim como formas socioespaciais concretas que emergem da tensão entre os processos de reprodução do capital e da resistência dos modos de vida de base camponesa. Elas representam uma reconfiguração empiricamente observável das relações sociais de produção, onde a autogestão, a propriedade socioterritorial e a cooperação buscam substituir a hierarquia da lógica de mercados e a exploração assalariada que são típicas do circuito superior da economia. No entanto, sua trajetória é marcada por um constante embate com este mesmo circuito, que exerce um poder simbólico avassalador, naturalizando a mercantilização da terra e o trabalho extenuante sob a lógica do agronegócio expropriador como únicos caminhos viáveis para o “progresso» ou “desenvolvimento” rural.

Com a abordagem do uso do território, estas cooperativas atuam como agentes socioterritoriais contra uma hegemonia territorial caracterizada pela exclusão. Enquanto o modelo do agronegócio expropriador impõe uma homogeneização da utilidade do espaço por meio das commodities, destruindo e fragmentando ecossistemas naturais e expulsando comunidades. A economia solidária de base camponesa fortalece os circuitos inferiores de produção e de consumo. Estes circuitos inferiores, baseados em feiras locais, compras institucionais (como o PAA e PNAE) e comercialização direta, promovem uma espacialidade alternativa, mais densa em redes de solidariedade e proximidade socioterritorial, e mesmo de renda, de poder aquisitivo, e são menos dependentes dos grandes fluxos globais de mercadorias. Esta ação se constitui em um modo de vida socioterritorial (FERNANDES, 2005), no qual a identidade, a cultura e a reprodução material do grupo estão intrinsecamente conectadas em diferentes formas à defesa e ao cultivo de seu espaço vivido, configurando um verdadeiro mosaico de «territórios de resistências».

O êxito e a espacialização destas iniciativas, porém, dependem da participação e conversão das múltiplas formas de existência do capital a um contexto

de valorização socioterritorial dos processos de produção. O capital social, produzido nas assembleias, mutirões e na confiança interpessoal objetivando solidariedade, é o alicerce que viabiliza os processos de ação coletiva. O capital cultural, expresso nos saberes tradicionais contido em sementes nativas, no manejo agroecológico e em processos artesanais, é o insumo básico que confere originalidade e valor social aos seus produtos, que pode resultar em processos de precificação favoráveis e não abusivos. O grande desafio reside na conversão destes capitais em capital econômico estável e socialmente suficientes para garantir a reprodução social das famílias, sem que, para isso, as cooperativas e associações precisem se submeter às regras excludentes do mercado capitalista dominante, fenômeno conhecido como exploração e formação de pobreza.

A análise da economia solidária no campo brasileiro revela uma dinâmica complexa a partir dos espaços agrários. Estas organizações socioterritoriais são simultaneamente espaços de construção de alternativas e espaços de conflito onde se joga a disputa pelo projeto de país para certas classes sociais. Elas demonstram a viabilidade de um paradigma pós-exploração em gestação, baseado na solidariedade e na gestão socialmente justa dos territórios. No entanto, sua perpetuação exige políticas públicas sólidas e estruturantes que reconheçam e fortaleçam sua singularidade, desafiando a hegemonia do circuito superior e garantindo que as redes de solidariedade possam, de fato, se estruturar e transformar a realidade do Brasil rural.

Dificuldades e Estratégias

Conforme autores como Martins (1997a e b, 1989, 1993, 1983), Oliveira (2007, 1995, 1999) Hébette (1995, 1984, 1996, 1991, 1994), , Costa (2017, 2019) e tantos outros, a identificação e a compreensão do que significa tanto sob o aspecto social quanto sob o aspecto econômico a agricultura familiar de base camponesa no Brasil, tendo por base a realidade material simbólica de suas ações como elementos estruturais de seus modo de vida em relação a processo externos e dominantes, como suas formas de conexão com ao mercado e a sua divisão social do trabalho, em que é típica a sua inserção no mercado, pois é parte de suas estratégias de reprodução social para adquirir aquilo que não é capaz de produzir, isso é ligado ao conjunto de estratégias e práticas em que se

envolve com o mercado, se estruturando e se organizando como uma produção planejada para o mercado, visto que o que se destina ao mercado é produzido na lógica do trabalho familiar, e no pensamento de não aceitar e evitar efeitos econômicos e sociais prejudiciais capazes de desestruturar anos de trabalho.

A relação dos agricultores familiares de base camponesa com os mercados é constituída por realidades de ordem prática que se relacionam, de maneira mais ampla, às suas estratégias de reprodução das condições da família, isso envolve o campo econômico e técnico que é visto na forma e processo de sua produção e de sua comercialização, que envolve as suas mercadorias como fonte de retorno econômico.

Com isso temos que, o processo de formação de sua organização em forma de trabalho associado ou cooperativo, como atividade de fortalecimento de sua produção, que envolve a união de semelhantes, visão de conjunto social coletivo no uso do território, buscam construir espaços de negociação nos mercados em que possam ter alguma autonomia ou evitar a subordinação, isso representa que há um conjunto de dificuldades a serem superadas.

As cooperativas e associações de produtores da agricultura familiar, para conseguirem se relacionar com os circuitos em que estão inseridas precisam construir caminhos em que não fiquem dependentes e subordinadas, pois nesse caso há fortes prejuízos aos cooperados e associados, logo, cada elo da cadeia produtiva deve ser visto em funcionamento adequado no processo de produção, circulação/transporte e comercialização, em conexão adequada aos ideários de seus cooperados e associados.

As cooperativas e associações são elementos históricos e clássicos no processo de resistências da agricultura familiar de base camponesa no Brasil, com isso, é básico entendermos que tais organizações socioterritoriais seja capazes desse capacitarem para os desafios das relações de produção do campo apresentam, desde a pressão do agronegócio expropriador, políticas governamentais em obras públicas e privadas que desestruturam os ambientes naturais, entre outros, como os próprios de uma internalidade, como evitar que a cooperativa e associações explorem seus membros, tomando vida empresarial, monopolizando o território, ou mesmo construir caminhos para melhorar a precificação dos produtos e criar melhores condições de transporte e evitar custos de frete aos cooperados e associados entre tantos outros. (SILVA, SCHULTZ: 2017).

Para fortalecer as cooperativas e associações de agricultura familiar de base camponesas, tem-se que constituir um conjunto de ações baseadas em estruturas em consonância com a realidade recente. Por exemplo, é importante mapear os circuitos produtivos aos quais as cadeias produtivas fazem parte e estão conectadas, direta e indiretamente, e com isso ser capaz de melhorar os sistemas de gestão nos circuitos curtos de comercialização (GAZOLLA, SCHNEIDER, 2017), com isso busca-se integrar a produção às feiras e, também, plataformas digitais visando uma melhor forma de circulação, transporte e escoamento da produção.

Concomitantemente a isso, implementar sistemas de formação em gestão para cooperativas e associações de produtores familiares, com espera-se fortalece o capital social e o poder simbólico dos associados e o capital econômico para a reprodução social do modo e vida. (FANTINI *et al.*, 2018) Outro passo é o de fomentar e articular sistemas de troca com sistemas de reciprocidade de maneira positiva, ou até complementar, como no caso da economia solidária. (SABOURIN, 2014), com isso espera-se consolidar redes sociotécnicas de solidariedade, agregando valor e criando um modo de vida socioterritorial resiliente, capaz de produzir respostas aos desafios atuais e contemporâneos da produção familiar.

Quando um movimento social não atinge seus objetivos, pode ocorrer um processo de institucionalização, onde o movimento se transforma em uma instituição. Isso pode acontecer por várias razões, como a necessidade de se adaptar às estruturas existentes, a busca por recursos e apoio financeiro, ou a perda ou enfraquecimento de apoio popular e político. A institucionalização não pode ser confundida com a mera gestão de interesses. É um movimento que o sujeito histórico se soma ao agente social. Nesse processo, o movimento pode perder sua essência e objetivos originais, tornando-se mais burocrático e menos eficaz em promover mudanças sociais, por outra lado pode ser o caminho mais eficiente. (TOURAINÉ: 1995).

A institucionalização pode ser um sinal de que o movimento está se tornando mais estabelecido e reconhecido, ou mesmo territorializado, mas também pode levar à perda de sua identidade e o propósito original. É importante que os movimentos sociais estejam cientes desses riscos e trabalhem para manter sua autonomia e objetivos claros, mesmo quando se institucionalizam.

A relação entre a institucionalização de movimentos sociais e o território é complexa e multifacetada. Entre algumas possíveis conexões temos Território como espaço de disputa, como fonte de identidade, como escala e circuito de ação e como recurso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Resistências dos Lugares

A análise das associações e cooperativas de produtores rurais familiares revela que a economia solidária transcende a mera esfera econômica, constituindo-se como um fenômeno histórico socioterritorial. Estas organizações são a materialização concreta de um projeto de resistência e re-existência que busca reconfigurar as relações sociais de produção, substituindo a lógica da acumulação do capital expropriador pela ética da reprodução dos modos de vida. Elas operam uma significativa transformação no uso do território, desafiando a hegemonia do circuito superior da economia personificado pelo agribusiness espoliador e fortalecendo circuitos inferiores ancorados em mercados locais, cadeias curtas e na valorização de produtos da sociobiodiversidade. Esta práxis gera um modo de vida singular, onde a identidade camponesa se funde à gestão socioterritorial socioambientalmente justa.

O bom êxito deste modelo, no entanto, não é automático e muito menos recente, ele depende da conversão estratégica de capitais sociais. O capital social, produzido e articulado em redes de solidariedade e na autogestão socioterritorial, e o capital cultural, portador dos saberes tradicionais, precisam ser permanentemente mobilizados para gerar capital econômico integrado, evitando a submissão às regras do mercado convencional. Neste processo, enfrenta-se o poder simbólico do grande capital, que busca invisibilizar estas alternativas. Portanto, a consolidação da economia solidária camponesa exige políticas públicas intencionais que reconheçam sua singularidade e potencial. Mais do que estratégias de geração e agregação de renda, estas iniciativas representam a construção laboriosa de um paradigma pós-exploração, onde o território deixa de ser suporte da acumulação para se tornar o fundamento de

uma sociabilidade baseada na cooperação, na constituição socioambientalmente justa de processo produtivas e obtenção de renda.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, P. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- COSTA, Reinaldo C. Cadeias produtivas, biodiversidade e Camponato no Amazonas. *In*: COSTA, Reinaldo C.; NUNEZ, Cecília V. (orgs.). Cadeias produtivas e seus ambientes. Manaus: Ed. INPA, 2017.
- COSTA, Reinaldo C. A mercadoria como evidência de múltiplos circuitos espaciais produtivos. *In*: COSTA, Reinaldo C. (org.). Circuitos e Cadeias de Produção e a Natureza. Manaus. Ed. INPA. 2019.
- FANTINI, A. C. *et al.* Agroturismo e Circuitos Curtos de Comercialização de Alimentos Orgânicos na Associação "Acolhida na Colônia" – SC/Brasil. RESR, Piracicaba-SP, Vol. 56, Nº 03, p. 517-534, Jul./Set. 2018.
- FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. Revista Nera – ano 8, n. 6 – janeiro/junho de 2005.
- FREMONT, Armand. L'espace vécu et la notion de région. *In*: Travaux de l'Institut Géographique de Reims, nº41-42, 1980.
- GAIGER, L. I. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. Caderno CRH, 16(39). 2006.
- GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. (org). Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.
- HÉBETTE, Jean et. al. Agriculturas Familiares e Desenvolvimento em Frente Pioneira. Clamecy. Lasat/ Cat/Gret/ Uag. 1995.
- _____. A Questão Agrária. Uma Introdução aos Clássicos. *In*: Reforma Agrária. Campinas. Vol 14, Nº 5-6. 1984.
- _____. Reprodução Social e Participação Política na Fronteira Agrícola: o caso da Transamazônica. Texto inédito apresentado no painel Movimentos Sociais Contemporâneos da Third Conference da BRASA. Cambridge. 1996.
- _____. A ocupação camponesa de uma área de fronteira e sua dinâmica social. O Caso de Pau Seco/Cametaú. *In*: Agricultures Paysannes et Développement: Caribe-Amérique Tropicale. Atas do seminário Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural na Amazônia Oriental. SACAD. Point-à-Pitre. 1991.
- _____. Além dos pequenos e dos grandes projetos: O papel da Universidade. *In*: CASTRO, E./ MOURA, E./ MAIA, M.L.S. (Orgs.) Industrialização e Grandes Projetos - Desorganização e Organização do Espaço. Belém. EDUFPA. 1994.
- MARTINS, José de Souza. Exclusão social e a Nova Desigualdade. São Paulo. Paulus. 1997a.

- _____ Fronteira: A degradação do outro nos confins do humano. São Paulo. Hucitec. 1997b.
 - _____ Caminhada no chão da noite: Emancipação política e libertação dos movimentos sociais no campo. São Paulo. Hucitec. 1989.
 - _____ A Chegada do Estranho. São Paulo. Hucitec. 1993.
 - _____ Os Camponeses e a Política no Brasil - As Lutas Sociais no Campo e seu Lugar no Processo Político. Petrópolis. Vozes. 1983.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária. São Paulo: FFLCH, 2007.
- _____ Geografia e Território: desenvolvimento e contradições na agricultura. *In*: Boletim de Geografia Teórica. Vol.25, nº 49-50. Rio Claro. 1995.
 - _____ A Geografia Agrária e as Transformações Territoriais Recentes no Campo Brasileiro. *In*: CARLOS, Ana F. A. (org.) Novos Caminhos da Geografia. São Paulo. Contexto. 1999.
- SABOURIN, Eric. Acesso aos mercados para a agricultura familiar: uma leitura pela reciprocidade e a economia solidária. Rev. Econ. NE, Fortaleza, v. 45, suplemento especial, p. 21-35, out./dez., 2014.
- SANTOS, M. Por uma Outra Globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SANTOS, M. A natureza do espaço. São Paulo: Hucitec. 1996.
- SILVA, Camila Marques Viana da; SCHULTZ, Glauco. Acesso a mercados e gestão de cooperativas da agricultura familiar no Brasil. Revista Espacios, Vol. 38 (Nº 44) Ano 2017.
- TOURAINE, Alain. Producción de la Sociedad. México D. F. UNAM/IFAL.1995.

SOBRE O ORGANIZADOR

Reinaldo Corrêa Costa

Atualmente é pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) e professor orientador do programa Mestrado Profissional em Gestão de Áreas Protegidas (INPA/MPGAP) e em Gestão em Biotecnologia (BIOTEC/UFAM). Tem experiência em Geografia Agrária e Econômica e temas socioambientais, atuando nos seguintes temas: Cadeias Produtivas, Gestão e Biodiversidade, atualmente coordena projeto universal CNPq: Biodiversidade como base para circuitos de inovação no Amazonas

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2202003231659719>

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agricultura e Pesca: 150, 151, 152, 153, 154

Agricultura Familiar: 13, 16, 18, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 67, 70, 84, 85, 87, 88, 91, 93, 95, 96, 99, 100, 101, 102, 103, 108, 111, 113, 115, 116, 117, 119, 122, 123, 124, 129, 130, 134, 135, 147, 148, 149, 170, 171, 172, 174, 175

Agricultura Familiar Camponesa: 13, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 53, 54, 56, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 70, 101, 102, 103, 108, 113, 115, 116, 117, 122, 123, 129, 134

Agroecologia: 91, 92, 93, 97, 99, 100, 113, 118, 135, 138, 144, 145, 146, 147, 149

Amazônia: 8, 9, 11, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 30, 32, 34, 44, 45, 46, 48, 49, 51, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 79, 81, 83, 87, 88, 101, 105, 106, 107, 108, 109, 113, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 125, 126, 128, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 138, 143, 148, 149, 150, 151, 161, 162, 163, 174

Andiroba: 34, 35, 66, 67, 68, 72, 74, 75, 82, 84, 85, 86, 87, 88

B

Biodiversidade: 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 20, 22, 23, 24, 26, 27, 31, 33, 35, 39, 41, 42, 61, 65, 67, 70, 72, 78, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 113, 114, 118, 119, 126, 128, 133, 134, 135, 136, 145, 147, 148, 151, 154, 156, 158, 168, 174

Biodiversidade: 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 20, 22, 23, 24, 26, 27, 31, 33, 35, 39, 41, 42, 61, 65, 67, 70, 72, 78, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 113, 114, 118, 119, 126, 128, 133, 134, 135, 136, 145, 147, 148, 151, 154, 156, 158, 168, 174

C

Cadeias Produtivas: 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 40, 44, 45, 61, 65, 68, 69, 70, 72, 75, 79, 80, 82, 83, 84, 88, 105, 119, 133, 136, 141, 142, 143, 145, 148, 149, 156, 162, 172, 174

Cadeias Produtivas: 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 40, 44, 45, 61, 65, 68, 69, 70, 72, 75, 79, 80, 82, 83, 84, 88, 105, 119, 133, 136, 141, 142, 143, 145, 148, 149, 156, 162, 172, 174

Campesinato: 10, 14, 15, 24, 60, 65, 102, 103, 104, 105, 108, 109, 110, 111, 113, 114, 115, 117, 118, 119, 135, 136, 137, 148, 174

Camponês: 24, 51, 56, 57, 61, 62, 102, 104, 108, 110, 111, 113, 115, 116, 123

Capacidade Ociosa: 67, 84, 85, 87, 148

Circuito Espacial Produtivo: 26, 28, 41, 46, 49, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 78, 84, 88

Circuito Inferior: 18, 41, 46, 47, 49, 50, 54, 57, 59, 60, 61, 62, 85, 108, 110, 141, 152, 157, 164, 166

Circuito Produtivo: 28, 72, 85, 87, 139, 146

Circuitos Curtos de Comercialização: 91, 92, 97, 99, 100, 172, 174

Circuitos Produtivos: 22, 26, 71, 85, 129, 130, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 150, 151, 152, 154, 155, 156, 157, 159, 161, 172

E

Economia Moral: 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137

Economia Solidária: 148, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 173, 174

F

Farmácias de Manipulação: 26, 28, 29, 30, 34, 35, 36, 39, 40, 41, 43

Fitoterápicos: 25, 26, 32, 35, 38, 40, 42, 43, 88

I

Indígena: 49, 58, 59, 122, 123, 127, 128, 131, 132, 133, 134, 136, 151, 153, 154, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162

Indígenas: 10, 12, 13, 14, 15, 20, 32, 46, 105, 106, 107, 108, 120, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162

P

Plantas Medicinais: 25, 26, 27, 28, 32, 33, 34, 40, 41, 42, 43

Política: 18, 27, 40, 42, 45, 51, 53, 60, 68, 69, 78, 89, 102, 104, 105, 112, 113, 116, 118, 119, 120, 124, 126, 127, 130, 134, 136, 141, 152, 154, 159, 160, 174, 175

Produção Familiar: 17, 130, 139, 141, 143, 166, 172

R

Resistência: 47, 48, 53, 56, 58, 59, 60, 62, 63, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 114, 117, 118, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 148, 154, 155, 156, 158, 160, 166, 168, 169, 173

S

Sociobiodiversidade: 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16,

17, 20, 21, 22, 23, 24, 51, 83, 84, 105, 109, 116, 132, :
148, 151, 155, 156, 157, 159, 161, 173

U

Uso do Território: 19, 26, 46, 50, 51, 68, 69, 71, :
76, 85, 106, 119, 124, 136, 139, 140, 143, 145, 146, 147, :
152, 156, 159, 160, 164, 166, 167, 168, 169, 171, 173



científica digital



VENDA PROIBIDA - ACESSO LIVRE - OPEN ACCESS

